



Nazaré Araújo Pires da Silva A Desalavancagem Financeira em Portugal: Caso Montepio



Nazaré Araújo Pires da Silva **A desalavancagem financeira em Portugal: Caso Montepio**

Relatório de Estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Luís Pacheco Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

Aos meus pais.

o júri

Presidente

Professora Doutora Raquel Matias da Fonseca
Professora Auxiliar, Universidade de Aveiro

Professora Doutora Elisabete Fátima Simões Vieira
Professora Doutora Coordenadora S/Agregação, Universidade de Aveiro

Doutor Luís Miguel da Mata Artur Dias Pacheco
Professor Auxiliar Convidado, Universidade de Aveiro

agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais, as pessoas mais importantes da minha vida, sem o esforço e a dedicação deles esta etapa da minha vida não seria possível.

Em segundo lugar, um agradecimento muito especial, às pessoas que me receberam no Montepio Geral em Vila Verde, que durante seis meses me auxiliaram em todo o que era necessário. Senhor Jorge, Senhor Armandino, João Paulo, Helena e Juca muito obrigada do fundo do meu coração pela dedicação, o empenho, a disponibilidade e acima de tudo pela confiança!

Também à Dr.^a. Margarida Melo pela disponibilidade que sempre demonstrou e por ter sido a portadora da boa notícia da aprovação do Estágio.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Luís Pacheco, pela disponibilidade e dedicação.

E por fim mas não menos importante às minhas irmãs e aos meus amigos por todo o apoio incondicional.

palavras-chave

Desalavancagem Financeira; Caixa Económica Montepio Geral; Crise Financeira; FMI; Basileia III;

resumo

O presente relatório tem por base o estágio desenvolvido na Caixa Económica Montepio Geral. As principais atividades desenvolvidas centram-se na concessão de crédito e nos depósitos, dado o seu grande peso na atividade bancária.

O setor bancário assumiu ao longo dos anos uma grande importância para a Economia desenvolvendo a intermediação financeira e auxiliando os agentes económicos a adquirem financiamento e a rentabilizarem as suas poupanças. Mas ao longo dos anos o facilitismo associado ao crédito levou a que vários países se alavancassem em excesso, assim como os seus agentes económicos. Os bancos portugueses encontram-se desde 2008 no processo de desalavancagem financeira, possuindo desde 2011 o apoio do FMI, devido ao Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e tendo como base as medidas de Basileia III que seriam impostas a partir de 2013.

Este trabalho procura identificar como é que a desalavancagem financeira foi feita em Portugal e na Caixa Económica Montepio Geral durante e depois da crise financeira e quais foram os seus impactos. Ao mesmo tempo, através de uma análise qualitativa, perceber quais foram as causas para as modificações encontradas na região de Braga dos depósitos e dos créditos na Caixa Económica Montepio Geral.

keywords

Deleveraging; Caixa Económica Montepio Geral; Financial Crisis; IMF; Basel III

abstract

This report is based on the developed traineeship in Caixa Económica Montepio Geral. The principal activities focus on lending and deposits, given its large weight in banking.

The banking sector has taken over the years a great importance for the economy developing financial intermediation and assisting economic agents to acquire funding and to monetize their savings.

But over the years the easy credit led to several countries to leverage in excess, as well as its economic agents. Portuguese banks are since 2008 promoting financial deleveraging, and have since 2011 been supported by the IMF due to the Plan of Economic and Financial Adjustment and based on the Basel III measures that would be imposed from 2013 onwards. This report seeks to identify how the deleveraging was made in Portugal and at Caixa Económica Montepio Geral during and after the financial crisis and what were their impacts. At the same time, through a qualitative analysis to understand what were the causes for the changes found in the region of Braga deposits and credits in Caixa Económica Montepio Geral.

Índice

Índice	1
Índice de Tabelas	1
Índice de Gráficos	2
Índice de Equações	2
Índice de Figuras	3
Índice de Ilustrações	3
Introdução	5
I. Enquadramento	7
1. A instituição	7
1.1. Apresentação da instituição	7
1.2. Atividades desenvolvidas no estágio curricular	9
II. Revisão de Literatura	15
2. A Banca	15
2.1. O conceito de banco e as suas funções	15
2.1. Sistema Financeiro	18
3. Regulação Bancária	21
3.1. Crise Financeira Global	21
3.2. Regulação da Banca (Comité de Basileia)	27
4. Desalavancagem financeira	35
4.1. Desalavancagem financeira em Portugal	37
4.1.1. A Economia Portuguesa antes da entrada do FMI em Portugal	37
4.1.2. A desalavancagem financeira, Basileia III e o FMI	42
4.1.2.1. A desalavancagem financeira durante a crise financeira	42
4.1.2.2. A desalavancagem financeira depois da crise financeira (rácio de transformação e adequação de capital)	45
4.2. Impacto da desalavancagem em Portugal	52
III. Caso Prático Caixa Económica Montepio Geral	59
5. A desalavancagem financeira na Caixa Económica Montepio Geral	59
5.1. Impacto da Desalavancagem no Montepio	69
5.1.1. A Gestão de Riscos	72
5.1.1.1. Risco de Crédito	72
5.1.1.2. Risco de Liquidez	74
5.1.1.3. Risco Operacional	75
5.1.1.4. Risco de mercado	76
5.2. Desalavancagem Financeira na região de Braga da CEMG (Análise Qualitativa)	77
5.3. Conclusões da análise à Caixa Económica Montepio Geral	85
IV. Conclusões	87
V. Bibliografia	89
VI. Sites Consultados	95
VII. Anexos	97
Anexo I	97

Índice de Tabelas

TABELA 1 MARCOS CRONOLÓGICOS MAIS IMPORTANTES NA CRISE FINANCEIRA GLOBAL	22
TABELA 2 RECURSOS UTILIZADOS PELA CEMG PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	62
TABELA 3 RESULTADOS DOS CÁLCULOS DO RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO DO CEMG DE 2008 A 2013	65
TABELA 4 VARIAÇÃO DOS DEPÓSITOS E DOS CRÉDITOS DE 2008 A 2013 NA CEMG	66
TABELA 5 GAP DA TAXA DE JURO DA CEMG NO PERÍODO DE 2008 A 2013	76
TABELA 6 DEPÓSITOS MAIS UTILIZADOS EM 2007-2013	79

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB <i>PER CAPITA</i> A PREÇOS CONSTANTES	38
GRÁFICO 2 BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL (VALORES LÍQUIDOS EM PORCENTAGEM DO PIB)	38
GRÁFICO 3 POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL	39
GRÁFICO 4 INDICADOR DE SENTIMENTO ECONÓMICO (DADOS CORRIGIDOS DA SAZONALIDADE)	40
GRÁFICO 5 SALDO DAS OPERAÇÕES BANCÁRIAS DOS BANCOS PORTUGUESES (2000-2014)	41
GRÁFICO 6 EVOLUÇÃO DOS CRÉDITOS A PARTICULARES E EMPRESAS EM PORTUGAL (2003-2013)	43
GRÁFICO 7 TAXA DE POUPANÇA DOS PARTICULARES (2007-2013)	44
GRÁFICO 8 RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO (EM PORCENTAGEM)	46
GRÁFICO 9 TAXA DE DESEMPREGO (EM PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO ATIVA) EM PORTUGAL NO PERÍODO DE 2009-2013	47
GRÁFICO 10 CRÉDITOS CONCEDIDOS POR SOCIEDADES FINANCEIRAS RESIDENTES	48
GRÁFICO 11 TAXA DE JURO (TAEG) DOS EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS	48
GRÁFICO 12 EMPRESAS PRIVADAS- DÍVIDA FINANCIADA PELO EXTERIOR	49
GRÁFICO 13 CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO POR SETOR DE ATIVIDADE EM PORTUGAL	49
GRÁFICO 14 DÍVIDA PÚBLICA PORTUGUESA	50
GRÁFICO 15 RECURSOS POR INTERMEDIACÃO DOS CLIENTES NA CEMG	60
GRÁFICO 16 VARIAÇÃO DOS DEPÓSITOS NA CEMG (EM PORCENTAGEM)	60
GRÁFICO 17 CRÉDITOS (NÃO ESPECIALIZADOS) A CLIENTES	62
GRÁFICO 18 CRÉDITOS (NÃO ESPECIALIZADOS) A CLIENTES	64
GRÁFICO 19 EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS QUE COMPÕEM OS FUNDOS PRÓPRIOS DO GRUPO MONTEPIO (2008-2013)	67
GRÁFICO 20 EVOLUÇÃO DAS POSIÇÕES DE RISCO PONDERADAS DO GRUPO MONTEPIO (2008-2012)	68
GRÁFICO 21 EVOLUÇÃO DO RÁCIO <i>CORE TIER 1</i> E <i>TIER 1</i> NA CEMG (2008-2013)	68
GRÁFICO 22 EVOLUÇÃO DO ATIVO DA CEMG	69
GRÁFICO 23 EVOLUÇÃO DO PASSIVO E DO CAPITAL PRÓPRIO DA CEMG	70
GRÁFICO 24 EVOLUÇÃO DAS COMPONENTES DOS ATIVOS (2008-2013)	70
GRÁFICO 25 EVOLUÇÃO DO PASSIVO E CAPITAL DA CEMG (2008-2013)	71
GRÁFICO 26 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO TOTAL E DO CRÉDITO E JUROS VENCIDOS NA CEMG (2008-2013)	73
GRÁFICO 27 EVOLUÇÃO DO ROE E DO ROA (2008-2013)	73
GRÁFICO 28 RISCO DE CRÉDITO (2008-2013)	74
GRÁFICO 29 EVOLUÇÃO DO <i>MISMATCHES</i> ACUMULADOS	75
GRÁFICO 30 EVOLUÇÃO DO RÁCIO <i>COST TO INCOME</i>	76
GRÁFICO 31 A EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS A PARTICULARES	78
GRÁFICO 32 RAZÃO DAS ALTERAÇÕES POSITIVA NOS DEPÓSITOS	78
GRÁFICO 33 TIPOS DE DEPÓSITOS UTILIZADOS NA CEMG NA REGIÃO DE BRAGA	79
GRÁFICO 34 EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS DAS EMPRESAS NA REGIÃO DE BRAGA NA CEMG	80
GRÁFICO 35 TIPOS DE DEPÓSITOS ESCOLHIDOS PELO SEGMENTO EMPRESAS	80
GRÁFICO 36 CARACTERÍSTICAS QUE INFLUENCIAM O DEPÓSITO DAS EMPRESAS	80
GRÁFICO 37 CRÉDITOS QUE SOFRERAM ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS DESDE 2007	81
GRÁFICO 38 RAZÕES PARA ALTERAÇÃO DO CRÉDITO HABITAÇÃO NA CEMG	81
GRÁFICO 39 CRÉDITO INDIVIDUAL NA CEMG	82
GRÁFICO 40 LEASING NA CEMG	82
GRÁFICO 41 CRÉDITO AUTOMÓVEL NA CEMG	82
GRÁFICO 42 EVOLUÇÃO DOS CRÉDITOS A EMPRESAS DESDE 2007 NA CEMG	83

Índice de Equações

EQUAÇÃO 1 CÁLCULO DO RÁCIO DE ALAVANCAGEM DE ACORDO COM BASILEIA III	31
--	----

Índice de Figuras

FIGURA I ESTRUTURA DO GRUPO.....	7
FIGURA II A EXISTÊNCIA DO MERCADO FINANCEIRO	18
FIGURA III PREÇOS DAS HABITAÇÕES DE 1996-2007 (EUA) VARIAÇÃO/ANO	24
FIGURA IV FATORES SUBJACENTES À EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS NO PERÍODO JUNHO 2011-DEZEMBRO 2014.....	45
FIGURA V VARIAÇÃO DO RÁCIO CORE TIER 1.....	51
FIGURA VI CONSTITUINTES DO ATIVO TOTAL	53

Índice de Ilustrações

ILUSTRAÇÃO 1 CRÉDITOS EXISTENTES NA CAIXA ECONÓMICA MONTEPIO GERAL	63
--	----

Introdução

O presente relatório tem como base o estágio curricular realizado no âmbito do Mestrado em Gestão, no perfil de Finanças Empresariais, correspondente ao 2º ciclo de Bolonha, do Departamento de Economia Gestão e Engenharia Industrial, da Universidade de Aveiro.

O estágio curricular permite aprofundar os conhecimentos e competências adquiridas ao longo do percurso académico, sendo o primeiro contacto com o mercado de trabalho. Em simultâneo, permite a aquisição de competências técnicas do setor bancário para desempenhar as funções de forma responsável e competente.

O estágio em questão realizou-se na Caixa Económica Montepio Geral (CEMG), no balcão de Vila Verde da região de Braga com a duração de 6 meses, iniciando-se em 1 de Outubro de 2013 e finalizando-se a 31 de Março de 2014. Possibilitou o conhecimento específico e aprofundado do setor bancário e da sua atividade, face ao contacto diário com os diversos produtos e serviços disponibilizados pela instituição, em conjunto com a interação com os profissionais da área e dos clientes.

As instituições financeiras desempenham um papel crucial na economia dos países, desempenhando o papel de intermediador financeiro, sendo assim um dos setores mais regulados. Como tal, ao longo dos anos foram desenvolvidos acordos para coordenar as instituições, pretendendo-se assim diminuir e evitar os efeitos negativos sobre a economia decorrentes de eventuais crises sistémicas e em simultâneo representar os depositantes nas funções de monitorização das instituições bancárias. Neste momento encontra-se o acordo de Basileia III em execução.

A crise de 2007, desencadeada devido à bolha imobiliária dos EUA, propagou-se rapidamente e provocou uma das crises financeiras mais graves. Como consequência, as instituições financeiras ficaram numa situação delicada, marcada pela probabilidade de problemas de liquidez no mercado interbancário, diminuindo dramaticamente a capacidade e disposição das instituições financeiras para incorrerem em riscos com o desenrolar da crise (Iyer, Lopes, Peydro, & Schoar, 2010).

Estes problemas condicionaram as instituições financeiras no desempenho do seu papel fundamental, o financiamento dos agentes económicos (Iyer, Lopes, Peydro, & Schoar, 2010).

Em Portugal, devido ao facilitismo de crédito a alavancagem dos agentes económicos e dos sistemas bancários foram excessivos. Uma vez que o refinanciamento

no mercado era cada vez mais difícil, o país teve que começar de forma gradual uma desalavancagem financeira. Porém em 2011 é realizado um pedido de ajuda externa, onde o FMI e o Banco de Portugal organizam um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro à banca.

O Programa de Ajustamento Económico e Financeiro contempla um conjunto amplo de medidas que visam, em última instância, reverter algumas das principais fragilidades que caracterizam a economia portuguesa, nomeadamente no que se refere à sustentabilidade das finanças públicas e aos bloqueios estruturais, que limitam o seu crescimento potencial. Assim, pretende-se organizar uma desalavancagem ordenada e gradual e reforçar os capitais dos bancos, consistentes com uma posição do financiamento de mercado sustentável no médio prazo (Banco de Portugal, 2011b).

A desalavancagem financeira é dividida em dois períodos, durante a crise financeira marcado essencialmente por: aumento de depósitos e, depois da crise financeira, a partir de 2011, com a diminuição dos créditos e a adequação do capital.

Este relatório pretende clarificar sobre a forma como a desalavancagem foi efetuada em Portugal e quais foram os seus impactos, assim como é que esta foi realizada na CEMG e quais foram os impactos na instituição financeira. Em terceiro lugar, verifica-se que a desalavancagem financeira centra-se nos depósitos e nos créditos, por isso o último objetivo do trabalho é entender a partir de uma análise qualitativa quais foram os indicadores que influenciaram na zona de Braga as alterações dessas rubricas.

Este relatório está repartido em quatro partes fundamentais.

Numa primeira fase são apresentados os dados essenciais sobre a instituição onde foi realizado o estágio curricular assim como as tarefas realizadas ao longo do estágio.

Em seguida é apresentado o enquadramento sobre a desalavancagem financeira, onde são apresentados o funcionamento da banca e as causas da alavancagem excessiva, complementado com a leitura empírica sobre a desalavancagem.

Em terceiro lugar, é apresentada a forma como a desalavancagem financeira foi realizada na CEMG e quais os impactos na instituição, seguida de uma avaliação qualitativa aos dados da região de Braga sobre a forma como desde 2007 se alteraram os depósitos e os créditos dos agentes económicos naquela região.

E, por último, são apresentadas as conclusões sobre o estudo, onde se pretende enquadrar os três cenários, Nacional, CEMG a nível Nacional e CEMG na região de Braga e também apontar as dificuldades e as restrições deste estudo.

I. Enquadramento

1. A instituição

1.1. Apresentação da instituição

O grupo Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) é um dos grupos bancários e financeiros mais diferenciados do sector financeiro nacional e europeu dada a sua origem, natureza e finalidades mutualistas, a que qualquer cidadão poderá associar-se, subscrevendo as mais variáveis modalidades, cedendo-se assim direitos de participação e beneficiando dos resultados gerados pelas próprias empresas, o que lhe confere características únicas e um posicionamento singular no sector e na sociedade portuguesa.

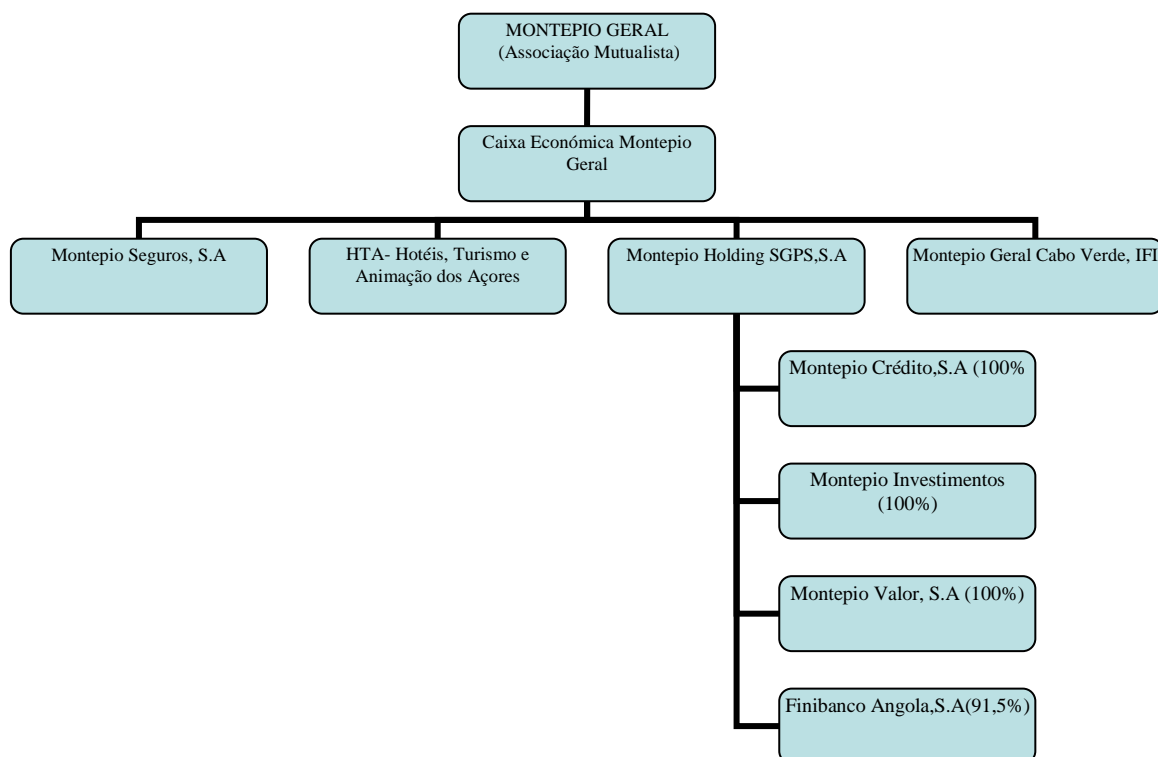


Figura I Estrutura do Grupo

Fonte: Caixa Económica Montepio Geral(2013a)

O Montepio Geral – Associação Mutualista é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que prossegue fins de auxílio recíproco no interesse dos associados e famílias desenvolvendo respostas eficazes e solidárias destinadas a complementar os sistemas públicos de segurança social e saúde.

Esta Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) representa desde 1840 valores como o associativismo, a solidariedade e o humanismo, sendo a mais antiga associação mutualista do país. Anexada ao Montepio Geral – Associação Mutualista encontra-se, como se pode verificar na Figura I Estrutura do Grupo, a Caixa Económica Montepio Geral (CEMG). Esta foi fundada a 24 de março de 1844 em Lisboa, sendo responsável pela atividade bancária. Concentra-se assim na captação de recursos de clientes de pequena e média poupança e na concessão de créditos a particulares, microempresas, Pequenas e Médias Empresas (PME), empresários em nome individual e instituições do terceiro sector. A CEMG é uma caixa económica, ou seja oferece os mesmos produtos e serviços que os bancos comerciais, sendo a diferença não existir distribuição de lucros pelos acionistas (que não existem), sendo aqueles reservados para garantias futuras da entidade e para obras sociais em prol da entidade e da sociedade.

O Montepio é reconhecido pela solidez financeira, qualidade dos serviços prestados, satisfação dos seus clientes e excelência do trabalho desenvolvido junto do mercado, situando-se em 2013 no 402º lugar no TOP 1 000 dos melhores bancos do mundo (baseado no rácio de solvabilidade *Core Tier 1*) da revista *The Banker*. Foi ainda considerado “Marca de Excelência” pelo 5º ano consecutivo devido aos índices de satisfação do cliente, sendo considerado líder na satisfação. Em relação aos canais complementares, o Montepio foi considerado pelo *International Faculty of Executives* e pela *Call Center* como tendo a melhor qualidade do serviço de Atendimento Telefónico, sendo ainda premiado na área da comunicação com eficácia e excelência.

A responsabilidade social e sustentabilidade são transversais a todas as entidades do grupo Montepio, por isso a CEMG tem ao longo do tempo desenvolvido iniciativas nestas áreas.

Em 2010, o grupo Finibanco é integrado no grupo Montepio, acabando por ser o Montepio a gerir as participações financeiras das empresas do Finibanco Holding SGPS, que mais tarde vem a chamar-se Montepio Holding SGPS, pertencendo 100 por cento ao Montepio como o Montepio Crédito, Montepio Valor, Montepio Investimento, o que já não acontece com o Finibanco Angola, S.A., em que o Montepio detém 91,5 por cento das ações.

1.2. Atividades desenvolvidas no estágio curricular

O estágio curricular que serve de suporte a este relatório realizou-se no balcão de Vila Verde, na região de Braga, com a duração de seis meses, onde foram abordadas e acompanhadas todas as atividades desenvolvidas no balcão na área administrativa e na área comercial.

Numa primeira fase, verificou-se a apresentação do funcionamento da Caixa Económica Montepio Geral, assim como o funcionamento do balcão e das atividades desenvolvidas por este a nível comercial e administrativo.

A nível administrativo realizava as seguintes tarefas:

- Envio e receção de correio;
- Organização de arquivo;
- Anexos de documentos em processos existentes.
- Acompanhamento de abertura/ atualização e encerramento de contas de particulares, empresas e menores;
- Acompanhamento na adesão dos particulares e de empresas ao serviço NET24.

Normalmente, a abertura de conta é o primeiro contacto entre o cliente e o banco, sendo este o mais importante para a criação de um vínculo. Neste processo, em primeiro lugar, recolhe-se toda a documentação necessária, nos particulares, cartão de identificação, comprovativo do número de identificação fiscal, comprovativo de morada e comprovativo de atividade profissional, nas empresas, recolhe-se o cartão de identificação dos sócios da empresa, o comprovativo de número fiscal e a certidão da empresa. Numa segunda fase, existe a validação dos dados no sistema. É neste momento que ocorre a realização do *cross-selling*, informando o cliente dos produto/ e/ou serviços que se encontram à disposição no Montepio.

Em paralelo, ocorria o acompanhamento da telecompensação diária do balcão, sendo este um processo por via eletrónica da compensação. Entende-se como compensação, segundo Banco de Portugal (2002), um processo de apuramento das posições devedoras ou credoras, através do qual os bancos participantes efetuam entre si as cobranças e pagamentos mútuos, designadamente de cheques depositados em outros bancos.

Numa segunda fase do estágio foram acompanhadas as transações monetárias:

- Depósitos monetários ou em cheque;

Os depósitos monetários permitem o acesso imediato aos fundos.

Os cheques podem ser nacionais ou estrangeiros, em caso de serem nacionais, os fundos são depositados na conta no mesmo dia se o cheque pertencer ao Montepio, no caso de ser de outro banco os fundos serão depositados em três dias úteis até às 15 horas. No caso dos cheques estrangeiros, a disponibilização dos fundos é realizada de outra forma, os cheques são aceites, mas só os considerados cheques firme permitem a disponibilização de fundos imediatamente ao cliente. No caso dos cheques de cobrança, a cobrança só ocorre se existir boa cobrança, para tal é necessário o contacto com o banco estrangeiro, o que poderá levar algum tempo;

- Pagamento ao Estado,
- Câmbios,
- Ordens de transferência realizadas por ordem do cliente, por exemplo pagamentos de ordenados;
- Carregar letras, livranças;
- Cheques pré-datados;
- Aplicações financeiras, como Depósitos a Prazo, Contas Poupança e Produtos de poupança;

O acompanhamento diário, a disciplina e rapidez de atuação no banco é fundamental para prevenir e minimizar os problemas de morosidade e para auxiliar os clientes, melhorando as prestações e os créditos.

Neste sentido, a área do crédito foi acompanhada com especial atenção, acompanhando as várias fases do crédito, seja para os Particulares, seja para as Empresas.

No processo de concessão de crédito, inicialmente começa-se por solicitar ao cliente os documentos para averiguar a capacidade de endividamento de quem o solicita. É feita inicialmente a simulação seguindo-se a proposta de crédito. A decisão em primeiro lugar é dentro do balcão (Gerente), seguindo-se pelo órgão de decisão dentro da Instituição. No caso de ser aceite, é preparada toda a documentação contratual para a assinatura do contrato. No entanto, o crédito vai variar consoante os fins.

Podem-se definir vários tipos de crédito consoante os fins mas também consoante a duração deste, nomeadamente, de longo prazo, quando superior a um ano, por exemplo Crédito Habitação para os Particulares ou, no caso das Empresas, para aquisição de ativos, ou de médio e de curto prazo, quando inferior a um ano, por exemplo, contas correntes ou situações pontuais de rápida resolução.

Dentro do segmento dos **particulares**, existem vários tipos de crédito, como já explicado consoante os fins dos mesmos, o Montepio neste momento possui:

- ✓ Crédito Habitação, que como o próprio nome indica, pretende auxiliar na aquisição de habitação, seja primeira habitação ou habitação secundária, permitindo a escolha do prazo, da modalidade de prestação, tipo de taxa de juro (fixa ou variável), possibilidade de período de carência ou possibilidade de amortização;
- ✓ Créditos Montepio Imóveis, sendo este um crédito que permite a aquisição de Imóveis que pertencem ao Montepio, os clientes ao optar por este tipo de crédito possuem algumas vantagens, financiamento de 100 por cento do empréstimo e ainda a isenção de comissões relacionadas com a avaliação, estudo do *dossier*, contratação e dispensa de realização de registos provisórios;
- ✓ Crédito Individual, crédito pessoal que pode dividir-se em crédito ao consumo, energias renováveis, férias, formação ou mais mobilidade, consoante o fim pretendido;
- ✓ *Leasing* divide-se em dois tipos, o automóvel ou o imobiliário. Esta modalidade permite que o locador (neste caso o Montepio) de acordo com a instrução do seu cliente (locatário-entidade que usufrui dos bens), cede a disponibilidade temporária do bem, mediante o pagamento de uma quantia periódica (renda) por um certo período de tempo, existindo no final existe a possibilidade de compra por parte do locatário a partir de uma quantia pré-acordada que se domina valor residual, e por fim o crédito automóvel.

Ao longo destes seis meses de estágio curricular foi possível acompanhar, de forma atenta, no segmento dos Particulares, o Crédito Habitação, Crédito Montepio Imóveis e ainda o Crédito Individual.

Os créditos Habitação normalmente são de longo prazo e correspondem ao período de vida ativa de uma família, salientando que a idade do mutuário não deverá ultrapassar os 75 anos no final do contrato. As suas taxas podem ser constantes, fixas ou mistas, variando as taxas normalmente consoante a Euribor 3 meses ou Euribor 6 meses, em que o valor final resulta do somatório desta com o *spread* que é atribuído pela instituição de crédito, neste caso a CEMG, *spread* esse que poderá ser negociado consoante a subscrição de outros produtos do grupo. No entanto, são necessárias garantias, que estão associadas à hipoteca da casa, junto com outras garantias se o

Montepio o assim desejar, ou então a existência de fiadores, pessoas idóneas e responsáveis pelo pagamento do empréstimo no caso de o devedor não cumprir com as suas obrigações para com o Montepio.

O Crédito Individual é procurado para os mais diversos fins, sendo tratado pelos meios tradicionalmente conhecidos, obrigando muitas das vezes à adoção de garantias e/ou fiadores e as taxas de juro poderão ser fixas ou variáveis, consoante o *spread* e a taxa indexante Euribor 3 meses ou Euribor 6 meses.

Dentro do segmento das **empresas** existe uma grande oferta de créditos por parte do Montepio consoante as necessidades do setor:

- ✓ Créditos para Fundo de Maneio;
- ✓ Créditos de Antecipação de Receitas;
- ✓ Créditos de Apoio ao Investimento;
- ✓ Linhas de Crédito Protocoladas;
- ✓ Crédito de Energias Renováveis.

Em relação a este segmento, foi possível acompanhar alguns créditos, mais precisamente os das linhas de crédito protocoladas como a PME crescimento, contas correntes caucionadas (assim como a renovação dos seus limites) e o *Leasing*.

Prioritariamente, ocorre a recolha e tratamento de documentos das empresas (informações dos sócios, património, certidão do registo comercial, declaração de não dívida à segurança social e às finanças, IRC, informação empresarial simplificada (IES) e no caso das PME aquando de crédito com linhas protocoladas, a declaração do IAPMEI a declarar o tipo de empresa). Em seguida realiza-se uma análise para conhecer a situação económica financeira das empresas que fazem o pedido de crédito, através dos rácios, notações de risco, faturação, indicadores de atividade, indicadores de estrutura de endividamento, indicadores de rentabilidade entre outros. Os dados são enviados para um sistema interno onde é qualificado o risco da empresa, de 1 a 11, em que de 1-2 é Muito Bom, 3-6 é Normal e 7-11 é Mau. No caso de ser uma linha protocolada, elabora-se uma proposta de crédito referente à linha PME das empresas que solicitam o financiamento. Seguidamente, a gerência do balcão decide, numa primeira instância, sobre o crédito tendo em consideração a finalidade do mesmo, o tipo de crédito pretendido, as garantias e a taxa de esforço. Depois de aprovada no balcão, a proposta é despachada para os órgãos de decisão competentes, no caso das linhas protocoladas para a Norgarante, que delegam o parecer do crédito em questão.

Em relação às Contas Correntes Caucionadas são bastante utilizadas, pois permitem um empréstimo de curto prazo em que o Montepio disponibiliza um limite de

crédito contratado, contra a prestação de garantias pessoais e/ou reais e mediante o pagamento de uma remuneração acordada, sendo renovável de seis em seis meses, o montante são definidos de acordo com as necessidades do cliente, possuindo assim maior flexibilidade e comodidade com este apoio à tesouraria.

O acompanhamento destas tarefas ao longo do estágio curricular permitiu uma maior facilidade no atendimento ao público de forma a auxiliar os clientes em diversas questões.

Perante as atividades desenvolvidas dentro da Instituição apercebemo-nos que o sistema financeiro é realmente importante para o funcionamento da Economia Nacional e Internacional, facilitando as transações entre todos os agentes económicos em questão.

Apesar das dificuldades macroeconómicas que o país tem vindo a atravessar o Montepio continua a permanecer na confiança dos clientes, devido ao seu foco no cliente, com elevados padrões éticos, respeitando os princípios mutualistas, a liberdade, a autonomia, a responsabilidade, a igualdade e a solidariedade. Criando valor para os associados Montepio e para todos os *stakeholders*, obtendo níveis de responsabilidade sustentados numa oferta universal de produtos e serviços que satisfazem integralmente as necessidades bancárias e financeiras dos associados e clientes.

II. Revisão de Literatura

2. A Banca

2.1. O conceito de banco e as suas funções

O sistema bancário é o principal elemento do sistema financeiro, tendo como papel predominante o financiamento das atividades económicas e desempenhando um papel crucial em tudo o que diz respeito à utilização da moeda pela economia (A.P.B, 2014).

Longínquo é o tempo em que para obter produtos era realizada uma troca direta. Desde a criação da moeda, como meio de troca, foi possível a aquisição de algo sem ser necessariamente um produto específico (A.P.B, 2014). Assim, o assinalar da moeda permitiu que o excesso de recursos de determinados agentes económicos (indivíduos, famílias e empresas) possa ser canalizado para outros agentes económicos que dela necessitam, em troca de um rendimento no futuro para aqueles que realizam a poupança. Esta atividade é desenvolvida devido à existência dos bancos como intermediários financeiros, pois estes recorrem às poupanças de quem possui recursos excedentários, disponibilizando-as a quem delas necessita, o que permite o aumento da capacidade de investimento das empresas e dos particulares (A.P.B, 2014).

Freixas & Rochet (2008) defendem que o termo corrente da palavra banco dá ênfase ao facto dos bancos prestarem unicamente serviços (liquidez e meios de pagamento) para o público em geral, enquanto as entidades reguladoras definem um banco como sendo uma instituição cujas operações consistem na atual concessão de empréstimos e no recebimento de depósitos do público, podendo-se descodificar as suas funções tendo em atenção o artigo 4º do *Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras*, que assegura que os bancos podem efetuar o seguinte: receção de depósitos ou outros fundos reembolsáveis, operações de crédito, incluindo concessão de garantias e outros compromissos, locação financeira e *factoring*, serviço de pagamento, emissão e gestão de outros meios de pagamento, transações por conta própria ou da clientela, sobre instrumentos do mercado monetário e cambial, instrumentos financeiros a prazo, operações sobre divisas, taxas de juro, mercadorias e valores mobiliários, participação em emissões e colocações de valores mobiliários e prestação de serviços correlativos, atuação nos mercados interbancários, consultadoria, guarda, administração e gestão de carteiras de valores mobiliários, gestão e consultadoria em gestão de outros patrimónios, consultadoria das empresas em matéria

de estrutura do capital, de estratégia empresarial e de empresas, operações sobre pedras e metais preciosos, tomada de participação no capital de sociedades, mediação de seguros, prestação de informações comerciais, aluguer de cofre e guarda de valores, locação de bens móveis, nos termos permitidos às sociedades de locação financeira, prestação dos serviços e exercício das atividades de investimento, emissão de moeda eletrónica e por fim outras operações análogas e que a lei não proíba. Enquanto as outras instituições de crédito, não bancos, só podem efetuar as operações permitidas pelas normas legais e regulamentares que reagem a sua atividade.

Chick (1994) explica que o sistema bancário teve uma evolução constante mas que nem sempre foi seguida pela teoria. No entanto, Mettenheim e Butzbach (2012) defendem que a vantagem competitiva dos bancos poderia ser associada aos custos de agência e de transação. Por outro lado, este assinala que existem autores que defendem as teorias mais recentes que enfatizam a assimetria da informação. A existência dos bancos é justificada pelo papel que têm no processo de alocação de recursos, especificamente, na alocação de capital. O sistema financeiro facilita a eficiência da alocação do ciclo de vida do consumo e do capital físico no sector industrial. Mais tarde a teoria bancária contemporânea reclassificou as funções em quatro categorias: oferecer liquidez e serviços de pagamento, transformação de ativos, gestão de risco e processo de informação e monitorização dos devedores (Freixas & Rochet, 2008).

A oferta de liquidez e serviços de pagamento iniciou-se com o câmbio das moedas, a gestão de dinheiro começou a ser realizada a partir de duas funções, do câmbio e dos pagamentos de serviços que ficaram associados a tarefas realizadas por os bancos, devido o pagamento em moeda ser dispendioso e demorado, especialmente para grandes montantes (Freixas & Rochet, 2008). Em cada pagamento realizado, era necessário conferir a moeda uma a uma, sendo estas de diferentes tamanhos e diâmetros (Konh, 1999). A fim de conseguir contornar a situação armazenavam-se as moedas e o pagamento passava a ser realizado, não por moedas, mas em propriedades das mesmas (Konh, 1999). Como Konh (1999) descreve transferia-se títulos de pagamento de moedas que se tinham depositado com os *"money changers"* em vez da própria moeda. A função principal dos bancos é então, manter os depósitos e realizar os pagamentos. Desta maneira, consegue-se garantir a gestão das contas e ao mesmo tempo uma atuação de garantia de pagamento por parte do devedor através da transferência de dinheiro (Freixas & Rochet, 2008).

Segundo Freixas & Rochet (2008), existem três meios de transformação de ativos: *convenience of denomination, quality transformation e maturity transformation*.

- a) *Convenience of denomination* é referido por Freixas & Rochet (2008) como o tamanho da unidade de denominação (depósitos e empréstimos) consoante a conveniência para os seus clientes. Segundo os autores Gurley e Sham (1960) esta transformação de ativos pretende viabilizar o atendimento das necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, manifestadas pelos agentes carentes de recursos e em simultâneo minimizar os riscos das disponibilidades dos agentes com excedentes orçamentais.
- b) *Quality transformation* segundo Freixas & Rochet (2008) surge quando os bancos atuam como intermediários financeiros, que segundo Konh (1999) ocorre porque os bancos emprestavam em seu nome a outros, dando origem ao crédito para os vários segmentos de clientes bancários, sendo possível oferecer um conjunto de produtos com as melhores características e os melhores resultados em termos de retorno esperado e de exposição ao risco, do que se os devedores e os credores negociassem entre si, devido à assimetria de informação, pois a informação bancária é mais credível.
- c) *Maturity transformation* segundo Freixas & Rochet (2008) consiste como o próprio nome indica na transformação dos títulos de empréstimo com pequenas maturidades em longas maturidades, de forma a garantir os interesses dos depositantes e dos devedores. No entanto, poderá vir a surgir risco para o banco a nível de liquidez, pois poderá o devedor não conseguir cumprir o seu compromisso.

A gestão de riscos é uma peça fundamental para o bom funcionamento do banco em si. Como Ferreira (2004) explica, “num mundo de pressão e de competição constantes, é essencial para as instituições financeiras a identificação, quantificação e controlo das suas exposições aos riscos, de modo a minimizarem as perdas, sobreviverem e ultrapassarem os seus concorrentes.” Os bancos controlam assim uma enorme variedade de riscos, segundo Freixas & Rochet (2008), risco de crédito, risco de taxas de juro e o risco de liquidez que correspondem a diferentes linhas dos balanços dos bancos. No entanto, os bancos também poderão estar sujeitos a mais dois riscos fundamentais, o risco de câmbio que só ocorre se existirem transações cambiais e o risco operacional a que todas as instituições financeiras estão sujeitas (Freixas & Rochet, 2008).

Os bancos têm a função de gerir alguns problemas que resultem da imperfeição da informação dos devedores (Freixas & Rochet, 2008). Mayer (1988) afirma que a atividade de monitorização (controlo) permite uma relação, entre as empresas e os intermediários financeiros, de longo prazo, de forma a mitigar os efeitos do risco moral exposto.

A informação disposta no mercado influencia o preço dos títulos, assim como o valor dos empréstimos irá refletir o valor do mercado, que *a priori* é desconhecido (Freixas & Rochet, 2008).

2.1. Sistema Financeiro

Os intermediários financeiros assumem, um peso elevado em determinados sistemas económicos e, em particular, na atividade bancária. “*Nas sociedades capitalistas existem aqueles que têm excesso de fundos para emprestar ou investir. Chamá-lo-emos credores. Há outras pessoas que precisam de contrair empréstimos para investir ou consumir. Chamá-lo-emos devedores.*” (Klemkosky, 2013). No entanto, estas ações não são feitas diretamente entre eles, existe uma ponte – a intermediação financeira – através da qual os devedores pedem emprestado a instituições financeiras, como bancos, que por sua vez realizam créditos financeiros (depósitos) com os credores (Klemkosky, 2013). Pode-se assim afirmar que o intermediário é um agente económico especializado na atividade de compra e venda simultânea de contratos financeiros e títulos (Freixas & Rochet, 2008). Estes créditos financeiros são realizados através da canalização das poupanças para o investimento nos mercados financeiros, e da compra e venda de produtos financeiros, onde a mesma pessoa pode assumir simultaneamente o papel de aforrador e investidor (A.P.B, 2014). Como se pode verificar na Figura II.

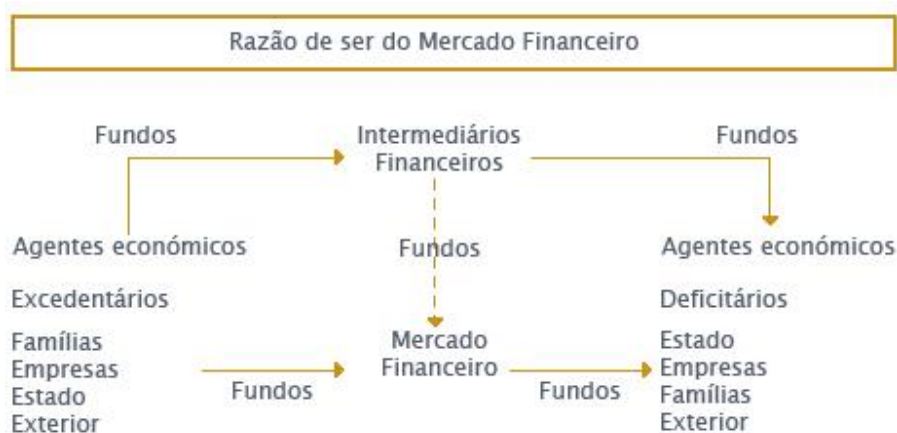


Figura II A existência do mercado financeiro

Fonte: A.P.B (2014)

Os bancos são fundamentais na intermediação financeira, pois recolhem a poupança de quem possui recursos excedentários e disponibilizam esses recursos a quem deles necessita. Sem esta operação, a capacidade de investir dos particulares e das empresas ficaria muito limitada (A.P.B, 2014). Tal como afirma Klemkosky (2013), as instituições financeiras permitem reunir fundos, fornecendo aos credores diversificação, conhecimento e gestão de risco, a nível de monitorização e de retorno, bem como permitem reduzir custos de transação, procura de empréstimos e fundos de investimento. Pode-se afirmar que em termos de finanças fazer um empréstimo implica receber uma quantia de dinheiro com a condição que ele será pago de volta mais tarde, em troca de pagamentos extra pelo serviço, permitindo atingir metas específicas a longo prazo que não seriam possíveis realizar no momento (Roland-Lexy, Boumelki, & Guillet, 2010). Por outro lado, a poupança é *“a capacidade de ser capaz de projetar no futuro, para antecipar e conectar o presente ao futuro.” (Roland-Lévy, 1998) ” (Roland-Lexy, Boumelki, & Guillet, 2010).*

Conclui-se assim que a função principal do sistema financeiro é avaliar e verificar a eficiência da alocação do capital para investimentos e/ou consumo, permite a suavização dos gastos e do consumo a longo prazo, fornecendo um mecanismo eficiente de pagamento e liquidez, conferindo segurança aos depositantes particulares contra choques idiossincráticos que afetam as suas necessidades de consumo (Freixas & Rochet, 2008), facilitando assim as transações financeiras e económicas (Klemkosky, 2013).

Klemkosky (2013) afirma que um mecanismo eficiente de pagamento e liquidez facilita as transações financeiras e económicas, como Diamond (1984) argumentou num estudo influente, os intermediários superaram os problemas de informação assimétrica, agindo como *“delegated monitors”*. Outra vertente da literatura, começa com os autores Diamond e Dybvig (1983) enfatizando o papel dos bancos em assegurar as necessidades de liquidez dos clientes e, ao mesmo tempo como investidores de ativos de longo prazo. No entanto nesses modelos e grande parte da literatura posterior, ambos os ativos e passivos de um banco são reais e não há transferência de propriedade de dinheiro como meio de troca entre os agentes. Só muito recentemente os economistas começaram a fornecer teorias de intermediação onde os distúrbios monetários (tais como mudanças na procura por dinheiro em relação aos depósitos) podem afetar o montante de crédito oferecido pelo sistema bancário, por exemplo, Diamond e Rajan (2006).

A existência de intermediários financeiros levou à existência da regulação da banca, pois esta auxilia na prevenção de ocorrência de algo repentino, o chamado risco

sistemático, que poderá afetar o sistema financeiro como um todo. Santos (2000) defende que a existência de falhas do mercado tais como a importância das externalidades, o poder do mercado ou as assimetrias entre compradores e vendedores leva à necessidade de regulamentação. Aquele autor apresenta ainda duas justificações para a necessidade de regulamentação da banca: o risco de crises sistêmicas e a incapacidade dos depositantes monitorizarem os bancos.

Segundo Santos (2000), a passagem de informação negativa em relação ao desempenho de um banco automaticamente levará à “corrida aos bancos” o que poderá ser benéfico devido a ser uma fonte de disciplina, no entanto se existir assimetria de informação, o banco é obrigado à liquidação prematura dos ativos, interrompendo o processo de produção, no sistema e no funcionamento dos mercados. Esta corrida aos bancos é justificada devido à oferta de liquidez por parte dos bancos (Diamond & Dybing, 1986).

Em suma, um sistema financeiro eficiente é extremamente positivo para a vitalidade económica. À medida que as economias tornam-se mais avançadas e globais, o sistema financeiro fica mais complexo, adaptável, inovador e interligado a nível Nacional e Global. Para bom funcionamento deste sistema deve-se deter boas informações, transparência e confiança, uma vez que o aumento de risco e de incerteza no sistema financeiro conduzirá a Economia a uma crise financeira.

3. Regulação Bancária

3.1. Crise Financeira Global

Purnanandam (2008) afirma que a recente crise financeira criou um enorme impacto na economia mundial. Para entender esse impacto é necessário perceber como é que se desenvolveu a crise financeira global.

Neves (2011) afirma que as crises económicas são fatores naturais, que sempre houve e sempre haverá, tornando-se menos violentas à medida que o desenvolvimento se aprofunda, e sendo as suas causas bem conhecidas e relacionadas com vários aspetos da Economia. De acordo com Ribeiro (2009), na segunda metade da década de 90 do século vinte o papel das Tecnologias de Informação e Comunicação transformou a sociedade afetando a produtividade positivamente, mas também os investimentos: “Os Estados Unidos da América criaram assim um novo motor de crescimento endógeno contratado num domínio à escala global de uma ampla gama de segmentos das TIC e da internet/e-business” (Ribeiro, 2009). Assim, a indústria de alta tecnologia e serviços cresceu exponencialmente e transformou-se.

O aumento da produtividade das empresas aumentou a rentabilidade das mesmas, modificando a exploração de “rendas” de inovação, associadas à liderança Mundial do desenvolvimento de tecnologias emergentes. Alterando o modo como as empresas remuneram os acionistas através da ampliação do valor das ações e à transferência periódica desse valor para os acionistas como ações próprias, sendo que esse processo contribuiu igualmente para reduzir a exposição das empresas aos riscos de “takeovers”. Em simultâneo, os processos de aquisição e fusão eram realizados com ações, sendo outra forma de distribuir valores aos acionistas, assim todas estas características propuseram o aumento do valor das ações no período 1995-2000 no entanto, esta valorização acompanhou a um estímulo ao consumo, reduzindo as poupanças das famílias e estimulando o investimento em empresas e tornando possível o acesso a capital a preço baixo (Ribeiro, 2009).

Segundo Glick e Lansing (2011), a era do declínio das taxas de poupança coincidiu com um período de expansão da oferta de crédito, para as famílias que contribuíram para contribuíram para um aumento dramático na alavancagem, que é explicado através da relação entre a relação entre a dívida das famílias e o rendimento disponível das mesmas. Obviamente que existiu um aumento crucial da dívida (Glick & Lansing, 2011). Este aumento pode ser explicado,

explicado, segundo Neves (2011), graças à criação de poderosas inovações financeiras que revolucionariam o crédito, devido à globalização e à criatividade financeira, gerando uma situação uma situação perigosa por causa do pouco conhecimento e falta de controlo.

Tabela 1 podem-se observar os principais marcos históricos da crise global de 2008. Como se pode observar, o primeiro acontecimento é no final de 2005, com o rebentamento da bolha no Mercado Imobiliário Americano, porém existiram acontecimentos marcantes antes de 2005 que influenciaram o rebentamento da bolha.

2005 Fins	Rebentamento da bolha no mercado imobiliário americano.
2006 Fins	Começo da crise do <i>subprime</i> .
14 Set de 2007	Apoio ao Northern Rock.
22 Fev de 2008	Nacionalização do Northern Rock.
14 Mar	Apoio ao Bear Stearns.
16 Mar	Fusão do Bear Stearns com o JP Morgan Chase.
7 Set	Nacionalizações de Fannie Mae e do Freddie Mac.
14 Set	Falência do Lehman Brothers, depois comprado pelo Barclays; Venda do Merrill Lynch ao Bank of America.
15 Set	Intervenção na AIG.
22 Set	Passagem do Goldman Sachs e do Morgan Stanley para a banca comercial.
29 Set	Compra da Wachovia pelo Citigroup; Início da crise na Islândia.

Tabela 1 Marcos cronológicos mais importantes na crise financeira global

Fonte: Neves (2011)

A facilidade do crédito começa no início dos anos 2000, quando se tenta combinar a banca com a bolsa a fim de alargar o acesso ao mercado de capitais, concedendo-se créditos e dispersando o risco dos empréstimos pela venda de títulos cujo

valor dependia da rentabilidade dos créditos originais. Isto é, o ativo-base nos Estados Unidos da América era, maioritariamente, as casas, assim as garantias do crédito concedido eram as hipotecas em conjunto com títulos (Neves, 2011).

Como é exposto por Neves (2011), a utilização destes títulos - *asset-backed securities* – títulos com base em ativos, consentia que o primeiro credor passasse parte do negócio para outros, e estes poderiam passar para outros, sendo este gesto repetitivo, conduzindo à dispersão do risco.

Assim se origina o nome dado à crise, crise de *subprime*, porque um crédito nos EUA a um credor idóneo e suportado por uma garantia real é um crédito seguro, em inglês *prime*, mas quando exista alguma falha e tem menos segurança é conhecido como *subprime* (Neves, 2011).

Não se pode afirmar que a existência do facilitismo no crédito foi a única questão que levou à crise, pois existiram outras inovações financeiras estruturadas, que acabaram por auxiliar. Segundo Neves (2011), eram realizadas através de CDO (*collateralized debt obligation*), ou obrigações de dívida colateral, que permite a venda dos direitos e a divisão do risco de crédito, sendo essa venda em parcelas, podendo ser mais baratas ou mais caras consoante as parcelas. Permite-se assim o acesso ao crédito das pessoas mais desfavorecidas e até a quem não tinha rendimento, trabalho ou ativos. Como Bhatia (2007), Punanandam (2009) e Gorton (2009) explicam na sua análise aquando da utilização deste tipo de crédito titularizado, a banca começa a privilegiar o modelo *originate-to-distribute* (originar e distribuir), libertando assim capital para alocação a outras operações de financiamento, permitindo que os bancos concedam crédito de forma quase ilimitada. Glick e Lansing (2009) explicam também que a facilidade do acesso ao crédito permitiu aumentar a riqueza, pois existiu um influxo de compradores de casas, aumentando assim os preços das mesmas e, como é óbvio, o valor delas no mercado. Assim, sendo usando o exemplo de Neves (2011), o que as pessoas faziam era hipotecar a sua casa que no mercado tinha o valor de 1000, por um crédito de 800 para ir de férias ou comprar bens. O problema é que o valor das casas mais tarde desceu para 300 mas o crédito seria na mesma de 800, ora isto só aumentou a bolha que se estava a formar.

Em síntese, o aumento do endividamento deve-se a vários fatores. Segundo Glick e Lansing (2009) são eles: taxas de juro baixas, padrões de empréstimo fracos, propagação das hipotecas exóticas e crescimento do mercado global de créditos titularizados.

O grande problema da altura foi a opacidade do mercado, ninguém sabia qual o nível de segurança da situação patrimonial de nenhum credor. Então, a descida do mercado imobiliário e habitacional, como se pode observar na Figura III, serviu como alarme (Neves,2011).

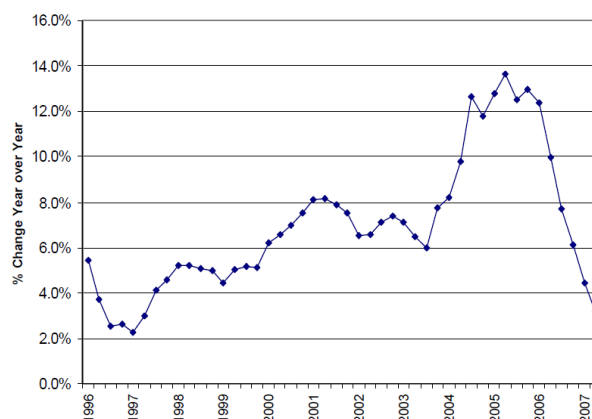


Figura III Preços das habitações de 1996-2007 (EUA) Variação/ano

Fonte: Getter, Jickling & Murphy (2007)

A incerteza começou a sentir-se nos EUA, os bancos deixaram de emprestar entre si, o que levou à falta de liquidez no mercado (Neves, 2011). E os problemas começam, segundo Grouhy, Jarrow e Turnbull (2008) com o fecho, em 2006, do *Mortgage Solutions*, o 11º maior emissor de hipotecas de alto risco e, em 2007, com o fecho do *New Century*, o 2º maior credor do mercado *subprime*.

Segundo DiMartino e Duca (2007) e Ribeiro (2009), em 14 de Agosto de 2007 a paralisia dos mercados de capitais levou a que três fundos de investimento suspendessem os levantamentos por parte de investidores por considerarem não estar em condições de calcular o valor das suas ações perante o risco de desvalorização maciça dos CDO que tinham subscrito.

Mais tarde, a 13 de Setembro de 2008 foi convocada uma reunião pelo *New York Fed* – o Banco da Reserva Federal de Nova Iorque - onde estiveram presentes os presidentes dos seguintes bancos: Goldman Sachs Group, JPMorgan Chase, Morgan Stanley, Citigroup Merrill Lynch, Royal Bank of Scotland, Credit Suisse, Deutsche Bank e Bank of New York Mellon, sendo o assunto principal salvar o banco Lehman Brothers, que não se encontrava presente, pedindo-se a cada banco presente um apoio no valor de mil milhões de dólares (Neves, 2011). Valukas (2010) defende que o 4º maior banco de investimentos dos EUA falhou por não conseguir segurar os seus credores ao mesmo tempo que tinha uma grande concentração de ativos ilíquidos com deterioração valores residuais e comerciais dos imobiliários, ou seja, o Lehman Brothers tinha em suas mãos,

devido às hipotecas cedidas vários imóveis, mas devido à descida das habitações de debaixo valor.

Apesar de a 7 de Setembro de 2008 se terem verificado as nacionalizações de Fannie Mae e do Freddie Mac (Paulo, 2011), o apoio ao Lehman Brothers é negado e este entra em falência no dia seguinte, sendo um marco bastante importante na história da crise global, como se pode observar na Tabela 1, apresentada atrás.

Mas foi no Verão de 2008, que surgiu a globalização da crise, à qual a Europa, apesar de afastada do epicentro da crise foi muito sensível (Neves, 2011).

A partir da falência do Lehman Brothers, as falências das instituições financeiras aumentaram de forma exponencial, como Paulo (2011) afirma, o nível de confiança desceu e os bancos deixaram de emprestar dinheiro entre si, por isso estes foram obrigados a vender ativos que ainda não tinham sido afetados, fazendo com que estes desçam os seus preços, levando à falta de liquidez. É neste momento que começa o envolvimento da Europa, uma vez que o *Northern Rock*, o maior banco de crédito hipotecário do Reino Unido é nacionalizado. Assim como o *Dexia* e o *Fortis* são salvos pelos governos Belga e Francês, respetivamente (Paulo, 2011).

As economias desenvolvidas são as primeiras a serem afetadas por a crise financeira, no entanto devido aos vários canais de comunicação a crise financeira acaba por se propagar devido à exposição aos “ativos tóxicos”. Assume-se como um desses canais são os créditos externos, por exemplo, que antes de 2007 era recorrente os bancos europeus expandirem os seus créditos externamente e internamente, impulsionando a sua lucratividade, o financiamento barato e o crescimento económico, no entanto levou à alavancagem excessiva por parte dos bancos europeus, e à dependência dos créditos a curto prazo obrigando a que estes ajustassem as suas operações de forma a reestruturar e reorganizar os seus balanços (Feyen & Mazo, 2013).

Para combater as consequências da crise financeira os bancos europeus desenvolvem uma desalavancagem financeira equilibrada, através de requisitos de capital, requisitos de liquidez, mudanças de estratégia, reformas estruturais, aumento da aversão ao risco e redução da procura de crédito (Deloitte, 2012).

Os bancos Europeus são confrontados com várias opções para conseguir realizar a sua desalavancagem financeira, mexendo no passivo dos balanços, através do aumento o capital, através de ações, conversação de dívida em capital, compra devolta os títulos se negociar com desconto, em relação ao ativo dos balanços pode-se aumentar lucros, através do aumento de preços, diminuição dos dividendos ou redução de custos. Outro método é o reforço de liquidez como tal a captação de depósitos a longo prazo para absorção de choques de liquidez (Feyen & Mazo, 2013).

Segundo um estudo da Deloitte (2012), o ritmo da desalavancagem poderá ser observado através de dois indicadores, o rácio de crédito sobre os depósitos e a relação do crédito com o PIB. No entanto, cada país tem o seu ritmo.

Os fatores de desalavancagem estão classificados em três grupos: financeiros, regulamentares e económicos. Os fatores financeiros estão centrados em condições de financiamento mais restritos, menos disponibilidade e pedidos de mais garantias. Os fatores regulamentares estão relacionados com a regulamentação dos sistemas financeiros, pretende-se que as regulamentações internacionais sejam mais rigorosas permitindo a existência de uma base forte em relação aos vários tipos de choque, assim foi desenvolvido o acordo de Basileia III que ajuda a reajustar e a evitar uma futura desalavancagem com o aumento de requisitos de capital e de liquidez. Os fatores económicos estão relacionados com a desaceleração económica sentida na Zona Euro que permite a diminuição do crescimento dos ativos e da rentabilidade bancária permitindo o aumento de lucros acumulados (Feyen & Mazo, 2013).

A crise financeira iniciada em 2007/2008 teve impacto sobretudo em duas vertentes económicas: na desvalorização de ativos financeiros e patrimoniais das instituições e, segundo, no aumento das populações necessitadas devido ao aumento do desemprego e da pobreza nos países, com naturais reflexos na sociedade (Santos, 2012).

O primeiro passo foi a restrição do crédito, os principais afetados foram as Pequenas e Médias Empresas (PME), que dependem mais do financiamento através de empréstimos bancários do que as grandes empresas (Viera & Novo, 2011). De um modo mais geral, o declínio da procura e a contração do comércio internacional contribuíram para o alastramento da crise: as exportações mundiais diminuíram 12 por cento em 2009 (Neves, 2011). Consequentemente, os países mais orientados para as exportações sofreram as maiores reduções do PIB (Alemanha -4,7 por cento, Japão -5,2 por cento). Os bancos também reduziram a sua exposição aos mercados emergentes racionando o crédito nas suas sucursais locais e evitando as saídas de capitais para estes países (em especial, a Europa Central e Oriental). Os países em desenvolvimento foram igualmente afetados em graus variáveis: os exportadores de produtos de base primária tiveram de enfrentar acentuadas descidas dos preços; outros países em desenvolvimento foram afetados por reduções das remessas dos emigrantes ou dos investimentos diretos estrangeiros (os fluxos mundiais de IDE diminuíram 37 por cento em 2009) (Paulo, 2011).

Os países aumentaram as suas restrições, de acordo com Campello, Graham & Harvey (2010) que realizaram um estudo a várias empresas da zona Euro, EUA e Ásia

sobre as restrições financeiras impostas às empresas, concluíram que as poupanças das empresas com restrições são usadas para distribuir os dividendos planeados, assim como aceleram a retirada de fundos a partir das suas linhas de circulação de crédito por causa da restrição dos bancos, já as outras empresas essas raramente realizam estas estratégias. Os autores também conseguiram verificar que as empresas com restrições financeiras vendem os seus ativos para gerar fundos, restringem a sua procura de projetos atraentes e muitas cancelam os investimentos realizados, podendo-se concluir que se relaxarem as restrições de financiamento nos vários países podem-se produzir novas oportunidades de crescimento de longo prazo da economia. o aumento o financiamento barato, o lucro e o crescimento económico, o que levou a uma alavancagem excessiva dos bancos europeus, ficando dependentes de créditos a curto prazo, obrigando os bancos a reajustarem e reorganizarem os seus balanços. (Feyen & Mazo, 2013).

3.2. Regulação da Banca (Comité de Basileia)

O ano de 1973 é marcado pelo colapso do sistema de Bretton Woods. Este sistema era um sistema internacional económico que regularizava as transações económicas e financeiras entre países, existindo desde 1944. Em 1974, conforme refere o BIS (2013), os responsáveis pela supervisão bancária da Alemanha Ocidental retiraram ao Bankhaus Herstatt a licença bancária. Obviamente que todos os bancos fora da Alemanha sofreram perdas elevadas, graças às operações a liquidar com o banco em questão, acabando por existir uma dimensão internacional desastrosa. Em Outubro do mesmo ano, o Franklin National Bank de Nova York também acabou por fechar após acumular perdas cambiais excessivas, três meses depois como resposta a estas ações os administradores dos bancos centrais dos países do G10¹ estabelecem uma comissão de regulação de práticas de supervisão bancária (BIS, 2013). Em 1975, ocorreu a primeira reunião em Basileia no BIS - *Bank for international Settlements*, composta por representantes do G10, que redigiram a *Concordata* (BIS, 2013).

Segundo BIS (1988), o acordo de capital, oficialmente designado por *Internacional Convergence of Capital Measurement and Capital Standards*, ou Basileia I, tinha como objetivo fortalecer a solidez e a estabilidade do sistema bancário internacional e permitir a

¹ G10 - O Grupo dos Dez é uma organização internacional que reúne representantes de onze economias desenvolvidas. Foi fundado em 1962 por representantes dos governos centrais de Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Holanda e Reino Unido; e dos bancos centrais da Alemanha Ocidental e Suécia. Em 1964, a Suíça foi incorporada ao grupo, que manteve a denominação G10

consistência na aplicação dos diferentes países, devido à desigualdade competitiva entre bancos.

Wall e Peterson (1995) defendem que os requisitos de capital regulamentar alteraram o comportamento de um significativo número de bancos a nível global e aumentaram o rácio entre o Capital e o Ativo de muitas instituições. Seja pelo aumento do numerador (nível de capital regulamentado) ou diminuindo o denominador (total de ativos ponderados pelo risco) (Jackson, et al., 1999).

No entanto, a preocupação com outros riscos leva a emendas no acordo de capital.

Segundo BIS (2013), em Junho de 1999 o comité apresentou um novo quadro de adequação do capital para substituir o acordo de 1988, que ficou conhecido como Basileia II, com o objetivo de melhorar as exigências de capital refletindo os riscos subjacentes e a forma de laborar com a inovação financeira.

Basileia II encontra-se dividida em 3 pilares, com os seguintes objetivos: i) verificação dos requisitos mínimos de capital, que procuram desenvolver e expandir as regras, sobre o assunto, padronizadas estabelecidas no Acordo de 1988; ii) revisão da supervisão da adequação do capital e processos de avaliação interna e iii) utilização eficaz de divulgação como uma alavanca para fortalecer a disciplina do mercado e incentivar as boas práticas bancárias.

Segundo BIS (2013), mesmo antes do colapso do *Lehman Brothers* existiu a necessidade de um reforço fundamental no quadro de Basileia. Assim foi apresentado em 12 de Setembro de 2010, o acordo de Basileia III, que ainda se encontra em vigor.

Este acordo tenta responder às falhas da Basileia II e, ao mesmo tempo, apresenta algumas novidades para o setor bancário.

Sendo elas:

- a) O *buffer* de conservação de capital, que quando ultrapassado restringe os pagamentos para proteger o requisito mínimo de património comum;
- b) Um amortecedor de capital anti cíclico que coloca restrições à participação dos banco nos sistemas de crédito, com o objetivo de restringir as perdas associadas aos créditos, propostas de capital adicional e de liquidez detidos pelos bancos, cuja falência ameaça todo o sistema bancário,
- c) Um rácio de alavancagem;
- d) Requisitos de liquidez;
- e) Propostas adicionais para os bancos para aumentar capital, melhorar a supervisão e resolução dos mesmos.

Antes da crise, houve um período de excesso de liquidez, levando a que o risco de liquidez para muitos bancos e supervisores se tenha tornado praticamente invisível. Quando a liquidez se tornou escassa, os bancos descobriram que tinham reservas insuficientes de liquidez para satisfazer as suas obrigações (Barfiel, 2011). Além disso, os bancos tinham capital de boa qualidade insuficiente, pois a baixa inflação e o baixo retorno levou os investidores a procurar formas cada vez mais arriscadas de gerar retornos, o que levou a um aumento da alavancagem e à procura de produtos financeiros mais arriscados, levando a uma alta alavancagem, como solução os bancos tentaram vender os ativos em queda, encolhendo os mercados criando um ciclo vicioso de redução de capital social (Barfiel, 2011).

O Pilar I tem como objetivo dimensionar o capital das instituições financeiras de acordo com os riscos de crédito, de mercado e operacional a que está sujeito. Pode-se então afirmar que existem três dimensões de intervenção: capital, cobertura de risco e contenção de alavancagem.

Segundo o quadro regulamentar do BIS, no Pilar I, a nível de Capital, convém referir que o capital regulamentar total é a soma do capital *Tier 1*, que permite a absorção de perdas e a continuação da instituição, com o Capital *Tier 2*, que permite a absorção de perdas mas a instituição fica mobilizada. O Capital *Tier 1* é constituído pela soma do *Common Equity Tier 1* (constituído por ações ordinárias e lucros acumulados) com o Capital *Tier 1* adicional (constituído com ações preferenciais).

No novo acordo verificam-se mais exigências com o capital de maior qualidade- *Common Equity Tier 1*- pois é aquele que permite uma maior absorção de perdas comparativamente a outras categorias, assim em caso de ser considerado inviável poderá emitir ações ordinárias, a fim de se defender das possíveis crises financeiras. O mínimo do *Common Equity Tier 1* passará para 4,5 por cento, um aumento de 2,5 por cento do valor anterior definido. Vale destacar que esta nova definição mais centrada de capital obrigará os bancos a aumentar o seu capital (Cecchetii, 2010).

Assim, o aumento do capital levou à criação de *buffers* em períodos calmos para serem utilizados numa altura crítica na banca.

Foi criado um ***Buffer de Conservação de Capital-Capital Conservation Buffer***, reforço adicional do *Capital Equity Tier 1*, em 2,5 por cento dos ativos ponderados por o risco, elevando o capital mínimo não de 4,5 por cento mas para 7 por cento, e ainda a restrição de distribuição de dividendos aquando estes não estiverem dentro da faixa em questão.

Outro *buffer* criado é o **Buffer Contracíclico - *contracyclical buffer*** - acabando por ser um complemento do outro *buffer* apresentado, ou seja, uma defesa de capital adicional dos bancos para fazer face a períodos de risco particularmente acentuado. Este reflete nos requisitos de capital dos bancos o ambiente macroeconómico onde estes operam, pelo que a constituição deste *buffer* está intimamente relacionado com a evolução combinada do ritmo de crescimento do crédito com o risco aferido em todo o sistema. Assim, a regulação pretende um máximo de 2,5 por cento de ativos ponderados pelo risco como *Common Equity Tier 1*, quando ocorrer um aumento de crédito e as autoridades acharem que levará ao aumento do risco sistemático, segundo o quadro resumo do BIS.

A nível de cobertura de riscos pode-se verificar que no novo acordo pretende-se abordar os riscos mais significativos (Cecchetti, 2010). Passaram a ser consideradas as titularizações, obrigando os bancos a realizarem análises mais rigorosas, a exposição ao *trading book*, exposições fora dos balanços e risco de crédito de contrapartes, reforçando substancialmente o quadro de risco de crédito da contraparte. A partir destes requisitos mais rigorosos para medir a exposição ao risco, pretende-se aumentar os incentivos de capital para os bancos recorrendo a contrapartes centrais para derivados e mais capital para exposições setoriais inter-financeiros, segundo o quadro regulamentar do BIS.

Ao rácio já existentes (rácio de *Tier 1*, rácio de *Tier 2* e rácio de solvabilidade), acrescenta-se um novo rácio, o rácio de alavancagem. Um índice de alavancagem não ponderado pelo risco que atua como barreira para a exigência do capital com base no risco. Este rácio tem dois propósitos:

- a) Restringir o endividamento no sector bancário, ajudando assim a reduzir o risco de desestabilização que provém dos processos de desalavancagem, pois verifica-se que estes amplificam a pressão descendente sobre os preços dos ativos, agravando significativamente a dimensão das perdas quer no sistema financeiro, quer na economia;
- b) Introduzir uma maior prudência no desenvolvimento da atividade, definindo salvaguardas adicionais relativamente a eventuais erros que possam ser identificados na modelização do risco e sua mensuração.

O rácio de alavancagem, como se observa na Equação 1, será dado pelo *Capital Tier 1* e a Exposição total, tendo entrado em vigor no dia 1 de Janeiro de 2013 e permanecerá até 1 de Janeiro de 2017, devendo chegar pelo menos aos 3 por cento.

$$\text{Rácio de alavancagem} = \frac{\text{Capital tier 1}}{\text{Exposição total}} \geq 3\%$$

Equação 1 C culo do rácio de alavancagem de acordo com Basileia III

Fonte: Segundo dados BIS elaboração própria

Existe também uma grande preocupação com dois tipos de rácio: o rácio de liquidez, em que se exige aos bancos um montante mínimo de ativos líquidos para absorver um choque de liquidez num horizonte de 30 dias e que é especificado pelos supervisores, segundo o quadro regulamentar do BIS, e o rácio dos fundos líquidos estáveis (*Net Stable Funding Ratio*), de carácter mais estrutural, que procura incentivar os bancos a assegurar fontes de financiamento com prazos mais longos (penalizando a utilização de fundos de curto prazo no financiamento de ativos de longo prazo).

Uma vez que o estudo sobre a liquidez foi desenvolvido ao longo da crise financeira verifica-se que todos os princípios de orientação de liquidez estejam relacionados com o ambiente em que o estudo foi realizado, sendo desenvolvido um conjunto de métricas de monitoramento para auxiliar os supervisores na identificação e análise de tendências de risco de liquidez, tanto a nível de banco como de sistema.

O Pilar II permite a gestão de riscos, capturando o risco de exposições fora do balanço e as atividades de titularização, orientando as concentrações de risco, oferecendo incentivos para melhor gestão de risco e retornos de longo prazo, boas práticas de compensação, práticas de avaliação, *stress tests*, normas para instrumentos financeiros e governança corporativa nos bancos.

O Pilar III introduziu algumas exigências que dizem respeito a posições de titularização. Divulgação sobre o detalhe dos componentes do capital regulamentar e sua reconciliação com as contas reportadas são necessárias, incluindo uma explicação detalhada de como um banco calcula os seus rácios de capital regulamentar, segundo o quadro resumo de Basileia.

Basicamente, o Pilar III tem por objetivo aumentar o grau de transparência das instituições financeiras através de uma divulgação objetiva e detalhada acerca da adequação dos seus níveis de capital, bem como das suas operações fora do balanço.

Allen, Chan, Milne & Thomas (2012) defendem que Basileia III demonstra duas consequências negativas com a reforma da regulação: a contração do potencial de empréstimos pelos clientes dos bancos e a dificuldade que as propostas de liquidez e o incerto ambiente financeiro contribuem para a gestão de liquidez. A contração de crédito permite reformar a liquidez bancária, forçando os bancos a realizar a contração do

balanço e aumentando os ativos líquidos, pretendendo diminuir o risco obtendo uma margem mais ampla e mais segura, independente dos requisitos de capital, em consequências particulares e as pequenas e médias empresas de maior risco diminuirão o rendimento e/ou as receitas. Como consequência, existe uma diminuição da procura de emprego para qualquer nível de produção e, por outro lado, as pequenas e médias empresas com elevado risco que ficam sem acesso ao financiamento, diminuem a pressão competitiva sobre as grandes empresas e subtraem as inovações e os modelos de negócios que aumentam a produtividade.

O rácio de financiamento estável de liquidez deve ser superior a cem por cento, este explica que os ativos de longo prazo devam ser financiados com, pelo menos, o mínimo montante de passivos estáveis em relação ao risco de liquidez, num horizonte de um ano, Dietrich, Hess e Wanzenried (2014) elucidam que para tal acontecer existem duas opções: i) mudar o tipo de financiamento, alongando a duração do seu financiamento, aumentando os depósitos e/ou o capital próprio, no entanto o aumento da dívida de curto prazo e o financiamento de capital são mais caros e a concorrência mais vigorosa para os depósitos dos clientes, consequentemente os juros aumentam e sucessivamente existe uma diminuição dos lucros dos bancos o que poderá afetar a resiliência do sistema bancário, e ii) encolher a base de ativos, diminuindo os empréstimos, perdendo oportunidades que consequentemente levarão à diminuição da rentabilidade. Estes autores afirmam que o mais provável é os bancos tentarem utilizar ambas as opções de forma complementar.

Cosimano & Hakura (2011) investigaram o impacto que as recomendações de capitais mínimos sugeridas no Basileia III podem ter nas taxas de juros de empréstimos bancários e no crescimento de crédito. O estudo abrangeu os cem maiores bancos mundiais e concluiu que terá de haver um aumento do rácio de capital próprio por ativos totais de 1,3 pontos percentuais a longo prazo, o que pode implicar uma redução no volume de empréstimos na ordem de 4,6 pontos percentuais a longo prazo nas economias desenvolvidas que sofreram uma crise financeira entre 2007-09 e de 14,8 pontos percentuais nos bancos dos países que não tiveram uma crise no mesmo período, reduzindo assim drasticamente o crescimento da economia real a nível mundial.

Hyun & Rhee (2011) observaram que os bancos podem satisfazer as recomendações dos reguladores no que diz respeito ao aumento dos rácios de capital emitindo novas ações ao público ou reduzindo os empréstimos ao público. Dados os custos elevados do capital próprio, os bancos preferem reduzir os empréstimos, geralmente quando a economia está em crise. Isto significa que a implementação de

Basileia III pode reduzir a atividade económica do país se os bancos optarem pela redução de crédito aos seus clientes para chegar aos rácios mínimos em vez de optar pelo aumento e pela qualidade do seu capital próprio.

Rossignolo, Fethi & Shaban (2012) após um estudo dos países PIGS (Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha) concluíram que o sucesso económico destes países no início deste século foi o resultado direto da introdução do Euro como moeda única na maior parte dos países da União Europeia, que resultou num aumento rápido e excessivo do crédito por causa das taxas de juro baixas em comparação com as taxas de juros aplicadas às antigas moedas fracas destes países. Os mercados de capitais aumentaram com o efeito da bolha de crédito e contribuíram para um aumento do PIB nunca visto nos PIGS. Os bancos dos PIGS não tinham acumulado uma reserva de capital suficiente para cobrir qualquer risco a que ficassem expostos no caso de alguma queda súbita nos mercados capitais embora estivessem a cumprir com os requisitos impostos pelos respetivos bancos centrais. O resultado foi o efeito cascata da queda do sector bancário observado nos PIGS nesta crise financeira. O BCBS decidiu evitar que tal situação voltasse a acontecer e recomendou a implementação do Basileia III a nível global. A proposta de Basileia III representa uma fase crucial no fortalecimento das regras de capital que gerem as operações bancárias, para evitar as hipóteses de ocorrer uma outra crise sistémica no futuro. Embora teoricamente corretas, essas medidas parecem ter algumas limitações e podem não ser suficientes para garantir a viabilidade bancária. Os bancos dos PIGS podem ser obrigados a aumentar ainda mais o seu capital de alta qualidade além do recomendado por Basileia III para poderem sobreviver no futuro

Um estudo da Deloitte (2010) explica que o acordo de Basileia III teria na macroeconomia o seguinte impacto: as mudanças regulamentares afetarão a zona Euro, entre 2011-2020 o crescimento médio anual será reduzido em cerca de 0,5 por cento por ano levando a uma perda acumulada de 4,5 por cento, O PIB nominal será inferior no final da década, nos próximos dez anos existirão menos 4,8 milhões de empregos criados e, por fim, existirá um aumento das taxas de empréstimo para o setor privado, acompanhado pelo aumento dos *spreads* de crédito no mercado interno de cerca de 15 por cento e o declínio no volume de empréstimos de 1,4 por cento. A nível de alterações nos bancos, serão mais precisamente a nível de capital, pois os bancos da zona Euro poderão vir a ser bastante afetados pelas provisões para ajustar o capital regulamentado, nomeadamente, a exclusão de interesses minoritários e ativos fiscais do capital *Tier 1* e, por outro lado, existirão deduções na ordem dos 180 biliões de euros, isto é, poderá

existir a reclassificação dos ativos e poderão passar a ser *Tier 2* ao longo de 3 anos, entre 2012-2014.

A Basileia III é transportada para a legislação europeia através do CRD que entrou em vigor a 17 de Julho de 2013 e começou a ser executado a 1 de Janeiro deste ano, dividindo-se em duas componentes a Diretiva 2013/36/ UE e o regulamento nº 575/2013 (UE), que são aplicados a 8200 bancos da Europa independente de dimensão, complexidade ou modelo de negócio (ESBG, 2011).

A Diretiva regula o acesso à atividade de captação de depósitos e a regulamentação rege as atividades realizadas pelas instituições de crédito e empresas de investimento, esperando-se que estas medidas reduzam a probabilidade de uma crise bancária (*Bailly, Hugthes e Bunyan, 2011*).

A Diretiva 2013/36/UE defende no artigo 75º que as instituições devem dispor de estratégias e processos sólidos para avaliar e manter numa base permanente os montantes, tipos e distribuição de capital interno para cobrir a natureza e o nível dos riscos a que estão ou possam vir a estar expostos, sendo estas objeto de análise interna regular.

Concluindo, é necessária qualidade, coerência e transparência da base de capital, para qualidade devem-se possuir critérios severos, a coerência deve ser internacional e os ajustes realizados, assim com os critérios mínimos em relação à transparência, devem melhorá-la através da divulgação detalhada da informação e da comparação de adequação de capital.

4. Desalavancagem financeira

A teoria económica *standard* explica que a integração financeira internacional oferece ganhos para todos os países, facilita a diversificação do portefólio global, gerando uma alocação de ativos mais eficientes de recursos entre os países. No entanto a falha de informação e o funcionamento dos mercados financeiros levará a que falhas nuns pais rapidamente passe a ter represálias nos outros países (Devereux & Sutherland, 2011).

Como exemplo, a crise financeira 2007-2009 começou no setor financeiro e rapidamente se propagou numa crise global (Kalemli-Ozcan, Yesiltas, & Sorensen, 2012), a diminuição dos preços dos ativos e as saídas de capital dos bancos afetou rapidamente os vários países (Devereux & Sutherland, 2011).

O Barclays (2012) realizou um estudo explicando que a base da desalavancagem dos Estados-Membros era a Basileia III, impondo os rácios de capital mais rapidamente possível, o auxílio estatal fornecido e por fim as questões do financiamento a longo prazo, estes levaram à saída de recursos de países vulneráveis e sem estabilidade e a redução de cooperação entre os países (Cuerpo, Drumond, Lendvai, Pontuch, & Raciborski, 2013).

O aumento do custo do financiamento externo obrigou que os bancos e as empresas reduzissem a sua alavancagem real, levando a uma menor produção (Kalemli-Ozcan, Yesiltas, & Sorensen, 2012).

Como Eggertsson & Krugman (2012) explicam uma dívida não pode ser resolvida executando ainda mais dívida pois assim se cria uma dificuldade para a sua recuperação. Como exemplo, possui-se a Grande Depressão, ocorrida em 1929, causada por um ciclo vicioso em que a diminuição dos preços aumentou o valor real da dívida, existindo uma maior deflação, consequentemente (Fisher, 1933).

Um período de elevado crescimento ou o aumento do preço dos ativos permite uma alavancagem em excesso, num cenário onde o limite máximo de endividamento é mudado rapidamente o comprador deve atualizar e diminuir rapidamente o seu endividamento, ou seja realizado um processo de desalavancagem num único período, sendo a solução, por exemplo a diminuição da taxa de juro real (Eggertsson & Krugman, 2012).

A maior parte dos países está a atravessar um período de desalavancagem financeira, devido ao pico do endividamento das empresas e das famílias. Esta desalavancagem pode ser passiva, em que a dívida vai diminuindo gradualmente e o

crédito se mantêm ou então desalavancagem mal-sucedida, onde a dívida estagna e tem um efeito negativo nos créditos.

A desalavancagem financeira é uma fonte de preocupação para a atividade económica, devido ao que implica modificar para conseguir uma desalavancagem adequada a cada país, pois este processo depende das estrutura do mercado do país, da dinâmica do mercado de crédito, entre outros indicadores (Cuerpo, Drumond, Lendvai, Pontuch, & Raciborski, 2013). Deve-se ter em atenção que dada a função de intermediação financeira a desalavancagem financeira por parte do setor bancário existirá pressão no mercado, pressão nos requisitos de capital e assim aumento de custos de financiamento que por sua vez levará à desalavancagem dos setores não financeiros (Cuerpo, Drumond, Lendvai, Pontuch, & Raciborski, 2013).

A desalavancagem financeira pode ocorrer aquando do aumento de impostos, consequentemente aumenta-se a poupança a longo prazo e o consumo a curto prazo, sempre que se considerar que existe um limite de endividamento exógeno, no entanto o limite de dívida, ou seja o valor a desalavancar depende em alguns caso do rendimento do agente económico, se existir uma diminuição de impostos, o rendimento aumenta, e por consequência o limite do endividamento para o agente aumentará. O processo de desalavancagem também poderá depender do estado do mercado, das garantias dos agente económico (Eggertsson & Krugman, 2012).

Segundo Reinhart (2012) existem cinco *drivers* para ocorrer a desalavancagem: crescimento económico, aumento da inflação, repressão financeira, reestruturação da dívida e aumento das poupanças. Obviamente que o melhor *driver* seria o aumento do crescimento económico, no entanto, este não é uma política mas um resultado das medidas tomadas pelos Estados Membros, logo os processos de desalavancagem podem ser tão variáveis como os Estados Membro existentes (Caballero, Drumond, & Pontuch, 2013).

A desalavancagem financeira acaba por limitar a oferta de crédito tendo tal impacto na desalavancagem financeira dos setores não financeiros e nas famílias. Em simultâneo, ocorre um aumento das taxas de poupança nas famílias por causa da incerteza na macroeconomia. A oferta de crédito está relacionada com os indicadores de solidez, sendo eles: o rácio *Core Tier 1*, retornos sobre o capital e o crédito vencido, estes condicionam as condições de financiamento (Cuerpo, Drumond, Lendvai, Pontuch, & Raciborski, 2013).

Na vanguarda estão os esforços políticos que são utilizados para aumentar o crescimento da zona euro e trazer a inflação de volta a níveis normais, por estímulo da

procura e da flexibilidade estrutural das economias da área do euro (European Union, 2014).

Roxburgh, et al (2010) afirma que “apertar o cinto” é o elemento mais utilizado para a desalavancagem financeira, no entanto Caballero, Drumond, & Pontuch (2013) defendem que a existência de este processo poderá ser perigoso pois tende a existir um mercado de crédito incorrompido e recessão económica.

Caballero, Drumond & Pontuch (2013) explicam que as reformas estruturais são essenciais na época pós-crise pois garante um processo de reequilíbrio durável e atenua o impacto negativo da desalavancagem garantindo um crescimento sustentável da economia, apoiando um processo de reequilíbrio para não existir novamente um excesso de endividamento dos setores.

4.1. Desalavancagem financeira em Portugal

Os bancos europeus encontravam-se desde 2008 com uma alavancagem excessiva, como já foi referido, não sendo Portugal exceção.

Portugal enfrentou a desalavancagem financeira com o auxílio de um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Maio de 2011 a Maio de 2014, onde foi acompanhado pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia.

Antes de se entender como foi realizada a desalavancagem financeira em Portugal, é necessário entender a razão que levou Portugal a socorrer-se de um Programa de Ajustamento Económico e Financeiro e por sua vez à ocorrência de uma desalavancagem financeira em Portugal, assim como a sua relação com o acordo de Basileia III, que entrou em vigor na União Europeia no início de 2014.

4.1.1. A Economia Portuguesa antes da entrada do FMI em Portugal

A União Europeia só sentiu as consequências da bolha imobiliária e da crise *subprime* dos EUA em 2009, no entanto, já há muitos anos que Portugal se encontrava numa situação de estagnação. Tal como afirmam Castro, Félix, Júlio e Maria (2014), o período de 2003 a 2013 foi marcado em Portugal por um conjunto de eventos não antecipados bastante perturbadores para o funcionamento regular das relações económicas a nível global no entanto, Neves (2011) defende que Portugal já se encontrava em crise e com problemas económicos desde 1995.

Como se pode verificar no Gráfico 1 encontra-se representada no período de 1961 a 2012 o PIB (Produto Interno Bruto) *per capita*, que corresponde ao somatório de bens e serviços finais de uma determinada região ou país num determinado período de tempo, este possuiu um aumento na entrada de Portugal na União Europeia e um abrandamento desde a década de noventa, que acabou por estagnar no ano 2000 (Banco de Portugal, 2014a). Esta evolução pode ser explicada devido ao grande esforço para controlar a situação orçamental, cambial e inflacionária devido a Portugal querer ser um dos fundadores do euro, aliando-se ainda a capacidade de um excelente ambiente internacional, onde a globalização, o avanço das TIC e a abertura financeira permitiu que o crescimento de Portugal fosse superior ao da Europa na segunda metade da década (Neves, 2011).

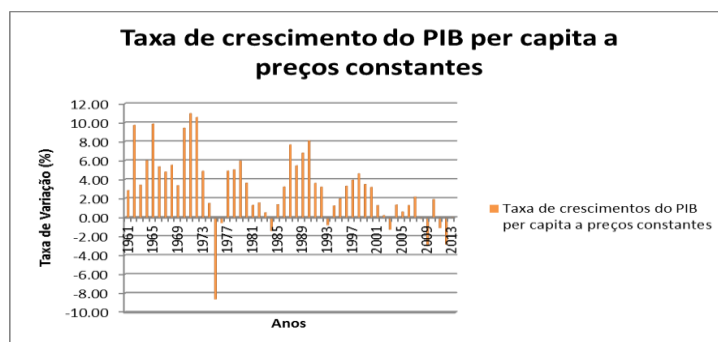


Gráfico 1 Taxa de crescimento do PIB *per capita* a preços constantes

Fonte: Elaboração Própria com dados do INE, BP-DATA

A estagnação é acompanhada por a acumulação de desequilíbrios económicos (Banco de Portugal, 2014a).

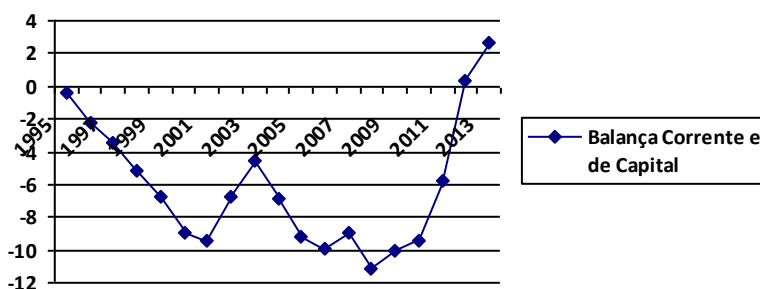


Gráfico 2 Balança corrente e de capital (valores líquidos em percentagem do PIB)

Fonte: Elaboração própria com dados do Banco de Portugal

O rendimento líquido de Portugal é retratado na Balança Corrente (Gráfico 2), esta é composta por Bens, Serviços, Rendimentos e Transferências Correntes, no período de 1995 a 2013, verifica-se que somente antes da entrada do FMI em Portugal, ou seja antes de 2011, inclusive, os valores são negativos, indicando que o financiamento externo é quase nulo, estando em concordância com o que Neves (2011) explica que os

fundos comunitários desciam o seu peso em Portugal. Mas, segundo o Banco de Portugal (2014a), a integração financeira em crescimento e a convergência nominal para a área do euro levou ao aumento do financiamento ao exterior por parte dos agentes económicos.

Se por um lado aumentava-se de forma exorbitante o financiamento no exterior como é afirmado por Banco de Portugal (2014a) e Neves (2011), o mesmo não acontece no investimento internacional em Portugal, observado no Gráfico 3.



Gráfico 3 Posição de investimento internacional

Fonte: Elaboração própria consoante os dados do Banco de Portugal

Como se pode verificar este indicador é completamente negativo de 2006 a 2013, sendo as responsabilidades detidas superiores às disponibilidades, por outras palavras, os ativos são inferiores aos passivos em Portugal. No entanto, é em 2009 que se encontra o maior valor negativo deste indicador, em que o investimento em Portugal atravessa o pior período, devido à falta de confiança dos agentes económicos em Portugal, as suas reticências fazem com que Portugal tenha um investimento exponencialmente maior do que o investimento realizado em Portugal. Adicionalmente, Reis (2013) afirma que a intermediação financeira dos fluxos de capitais externos pelo sistema bancário terá sido relativamente ineficiente.

A confiança dos consumidores, no período de 1987 a 2013, tem sofrido oscilações, no entanto verifica-se que as quedas de confiança dos agentes económicos são superiores ao aumento de confiança, medida através do indicador do sentimento económico (Gráfico 4).

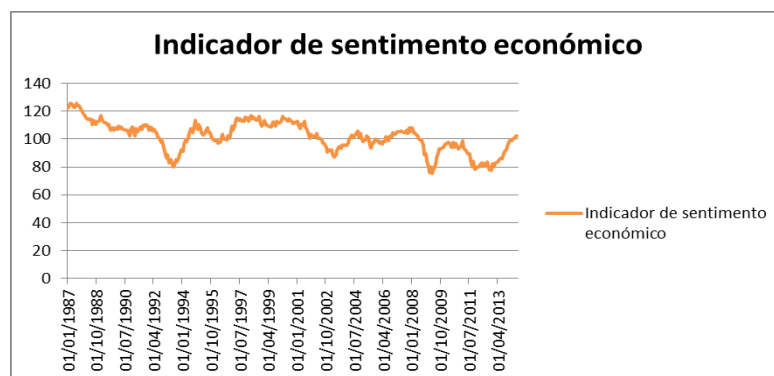


Gráfico 4 Indicador de sentimento económico (dados corrigidos da sazonalidade)

Fonte: Elaboração Própria com dados do Banco de Portugal e INE

Este indicador resulta do enquadramento de cinco indicadores com diferentes pesos, a confiança dos consumidores com um peso de 20 por cento, a confiança na indústria com um peso de 40 por cento, a confiança no comércio a retalho com um peso de 5 por cento, a confiança nos serviços com um peso de 30 por cento e a confiança na construção com um peso de 5 por cento. Estes dados são conseguidos através de inquéritos realizados aos diferentes setores e consumidores (Mendicino & Punzi, 2013).

No período de 2008-2009 este indicador toma o valor mais baixo devido às variações homólogas negativas nos vários setores, principalmente na indústria transformadora e nos serviços. Em Novembro de 2009 assume-se a maior queda de confiança de -6,6 por cento em Outubro para -7,4 por cento (INE, 2009).

Em consequência desta falta de confiança em Portugal, os bancos portugueses aumentam de forma contínua o seu financiamento do Banco Central Europeu (Banco de Portugal, 2014a). Esta afirmação é justificada pela observação de algumas rubricas do balanço do Banco de Portugal como: as facilidades permanentes de depósito, facilidades permanentes de cedência de liquidez, operações principais de refinanciamento, operações de refinanciamento de longo prazo, outras operações de cedência de liquidez e outras operações de absorção de liquidez.

Estes indicadores quando avaliados em conjunto são operações de política monetária dos bancos portugueses (Gráfico 5), destacando-se as operações de cedência de liquidez com frequência semanal em Portugal a partir de 2009 (Banco Central Europeu, 2008). Os outros indicadores também aumentaram desde 2009 contribuindo para o aumento do financiamento no Eurosistema. Em 2010 registou-se um aumento da dívida em 10 por cento do PIB, um aumento de cerca de 18000 milhões de euros (Banco de Portugal, 2014a), aumento que é justificado pela procura de financiamento por parte do setor público que foi respondido com a oferta de crédito dos bancos portugueses que se financiavam nos mercados internacionais em iguais circunstâncias que os seus pares europeus (Banco de Portugal, 2014b).

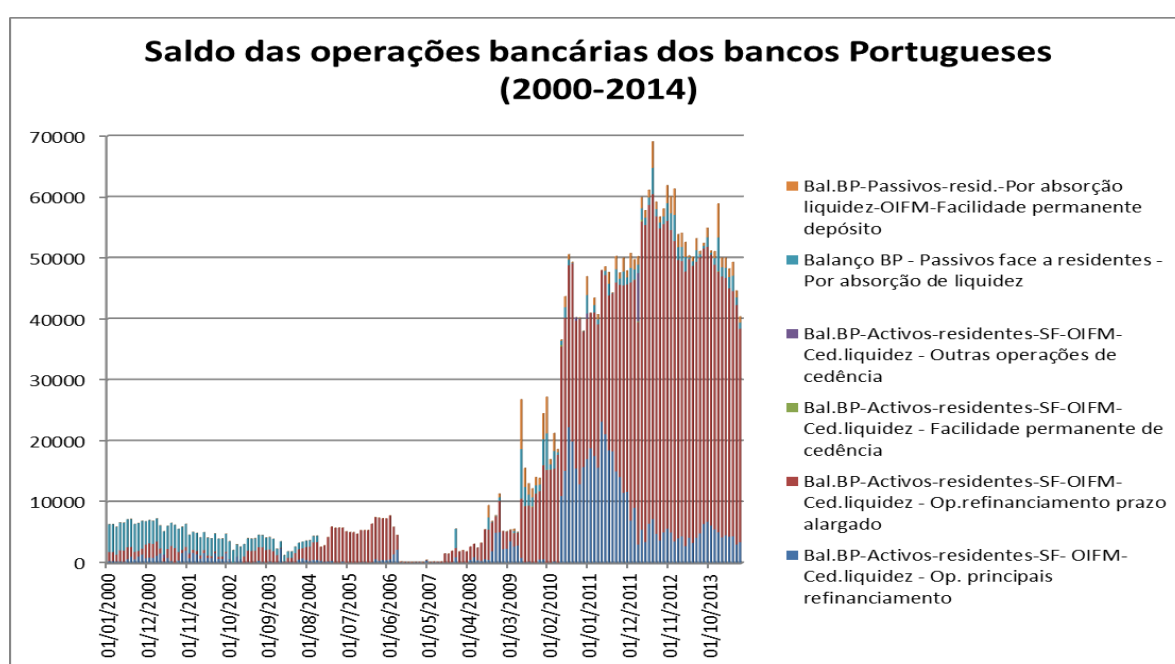


Gráfico 5 Saldo das operações bancárias dos bancos portugueses (2000-2014)

Fonte: Dados do Banco de Portugal; Elaboração Própria

O elevado grau de financiamento levou ao aumento das taxas de juro que, por sua vez aumentou a dívida pública. Em conjunto com a deterioração da situação financeira, a incerteza de responder adequadamente às responsabilidades financeiras e o fraco aumento dos custos de financiamento do Estado, entre outros fatores, Portugal remeteu-se ao pedido de Assistência Financeira em Abril de 2011.

4.1.2. A desalavancagem financeira, Basileia III e o FMI

A crise financeira global e a subsequente crise da dívida soberana alteraram de forma significativa o enquadramento da economia portuguesa, desencadeando um processo de ajustamento das vulnerabilidades do país. Este ajustamento foi motivado pela contração da procura de crédito e do nível de oferta, e por uma revisão das expectativas dos agentes económicos (Banco de Portugal, 2014b).

O sistema bancário evidenciou uma desalavancagem financeira significativa, com o reforço substancial dos rácios de adequação de fundos próprios e na redução do rácio entre empréstimos e depósitos (Banco de Portugal, 2014b).

A desalavancagem foi transversal a dois períodos de ajustamento. Durante a crise financeira (2008-2010) que se notou um crescimento de depósitos, devido ao reforço da poupança das famílias em consequência do momento de incerteza vivido e também devido às remunerações oferecidas pelos bancos portugueses. Após a crise financeira, verifica-se que a desalavancagem é conduzida pelo Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, em que se verifica a contração de ativos dos bancos e, consequentemente, verificam-se implicações nos outros setores da economia.

4.1.2.1. A desalavancagem financeira durante a crise financeira

A desalavancagem financeira no período referente à crise financeira global (2008-2010) é desenvolvida através do aumento dos depósitos a partir do reforço das poupanças das famílias e de reafecção das aplicações financeiras. Os bancos portugueses continuaram a assegurar o crédito à economia portuguesa e os bancos estrangeiros continuaram a sua atividade em Portugal, o que permitiu atenuar uma desalavancagem mais radical (Banco de Portugal, 2014b).

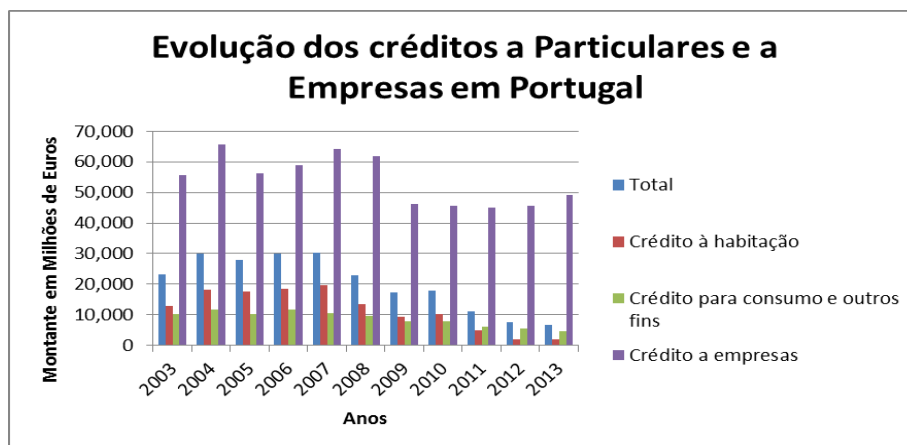


Gráfico 6 Evolução dos Créditos a Particulares e Empresas em Portugal (2003-2013)

Fonte: Elaboração Própria com dados do Banco de Portugal

No Gráfico 6 podem-se observar as alterações realizadas nos montantes dos créditos das empresas e a particulares.

O Crédito Habitação tem vindo a diminuir ao longo dos anos desde 2007, no entanto, a dívida hipotecária associada às residências principais tem um peso dominante na dívida das famílias (cerca de 80 por cento) (Banco de Portugal & INE, 2012). Com a evolução dos anos verifica-se que existe um aumento dos critérios de restritividade, aumento dos *spreads*, e a diminuição do rácio entre o empréstimo e as garantias concedidas, por outro lado o aumento do desemprego é a causa do incumprimento do Crédito Habitação, segundo os inquéritos ao mercado de crédito feito pelo Banco de Portugal. Em relação aos créditos ao consumo das famílias estes também descem desde 2008 (Gráfico 6), devido à diminuição da capacidade de assegurar o pagamento da dívida, ao aumento do risco associado às garantias e da situação económica do país. Apesar destas restrições, as famílias portuguesas em 2010, encontravam-se 40 por cento endividadas, com um valor médio de dívida de 31,7 milhares de euros, em que 25 por cento tem hipotecas, 13 por cento têm empréstimos sem garantias e 8 por cento tem dívidas de cartões de crédito ou descobertos bancários (Banco de Portugal & INE, 2012).

O ano de 2007 é marcado como o início da etapa do aumento das poupanças das famílias, explicado por o agravamento das medidas para corrigir o défice excessivo das contas públicas (Alves & Cardoso, 2010).

Segundo o estudo de Alves & Cardoso (2010) verifica-se que na taxa de poupança das famílias portuguesas no período de 1985 a 2009 a variação da taxa de juro nominal a longo prazo tem uma relação positiva e quando esta tem uma subida de 1 ponto percentual a taxa de poupança aumenta 0,6 pontos percentuais, em relação ao saldo orçamental, existindo uma relação negativa com o défice orçamental, seja a longo ou curto prazo, a longo prazo o aumento de 1 ponto percentual do défice orçamental (em

percentagem do PIB) implica o aumento de 0,9 pontos percentuais da taxa de poupança a longo prazo o que implica que a taxa de poupança é influenciada pela situação financeira pública, a dinâmica do PIB possui uma relação positiva com a taxa de poupança, a aceleração do PIB permite um aumento de 0,6 pontos percentuais a longo prazo e de 0,4 pontos percentuais a curto prazo, por fim a riqueza total líquida como Castro (2007) e Farinha (2009) explicam afeta o consumo das famílias, logo a riqueza total líquida também irá afetar negativamente a taxa da poupança das famílias.

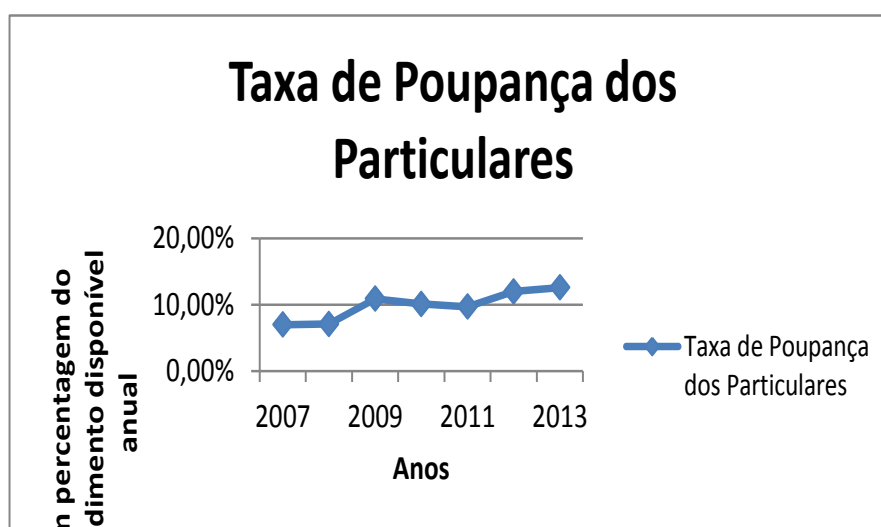


Gráfico 7 Taxa de poupança dos particulares (2007-2013)

Fonte: Elaboração própria com dados do INE.

A taxa de poupança continuou a aumentar com a evolução da crise financeira (Gráfico 7), segundo o Banco de Portugal (2012a) pois, por preocupação, as famílias continuaram a aumentar as suas poupanças.

A reafectação das aplicações financeiras deve-se essencialmente ao reajustamento dos ativos financeiros dos particulares residentes (Banco de Portugal, 2011a). Aquando da elaboração dos planos de financiamento e de capital dos bancos portugueses foram implementadas algumas restrições, estas tendiam a reforçar os incentivos para que os bancos adotassem estratégias de reintermediação no balanço dos

recursos dos clientes aplicados em outros instrumentos emitidos pelo grupo financeiro.

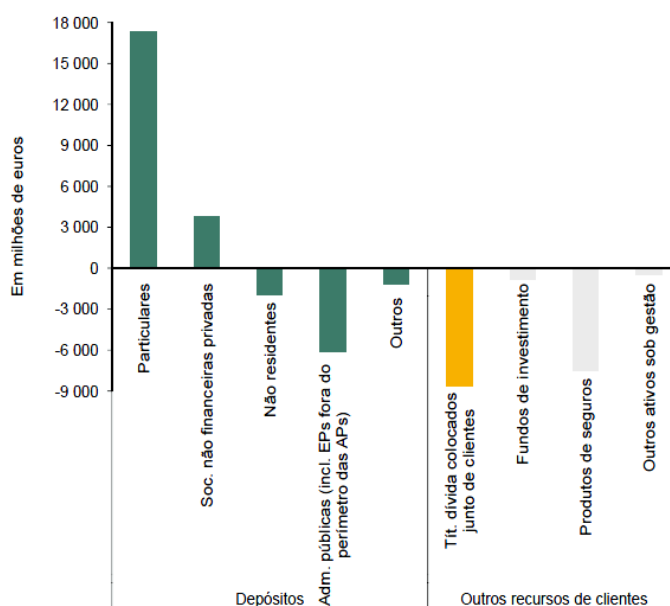


Figura IV Fatores subjacentes à evolução dos depósitos no período junho 2011-Dezembro 2014

Fonte: Banco de Portugal (2011a)

Como se pode verificar na Figura IV os depósitos dos particulares têm aumentado, como estaria acordado, apesar da contração de consumo de muitas famílias e do aumento da taxa de poupança, como explicado anteriormente. Uma parcela da responsabilidade deste aumento de depósitos deve-se, como se verifica na Figura V, à diminuição de outros recursos, recursos como os Fundos de Investimento, produtos de seguros, títulos de dívida, recursos que estão propícios ao risco de mercado. Com o aumento da incerteza do mercado devido à turbulência nos mercados financeiros a nível global, que se traduziu num aumento de volatilidade e numa diminuição das responsabilidades das aplicações financeiras sujeitas a risco (Banco de Portugal, 2011a).

Em suma, a desalavancagem financeira, nesta primeira fase, centrou-se no aumento dos depósitos através do reforço das poupanças das famílias e na reafecção das aplicações financeiras, enquadradas por um aumento generalizado de incerteza e da perceção do risco e por uma melhoria das condições de remuneração oferecidas pelos bancos (Banco de Portugal, 2014b).

4.1.2.2. A desalavancagem financeira depois da crise financeira (rácio de transformação e adequação de capital)

Com a entrada em Abril de 2011 do FMI em Portugal entra em vigor o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, um plano com durabilidade de três anos,

anexado um empréstimo em parcelas, perfazendo os 78 mil milhões de euros no total, em que 12 mil milhões serão para recapitalização do sistema bancário (Governo de Portugal, 2014). Ao mesmo tempo, Basileia III, como foi explicado anteriormente, pretende realizar uma reforma do sistema bancário para conseguir prevenir uma próxima crise financeira, para tal os bancos serão obrigados a aumentar o seu capital próprio (Banco de Portugal, 2014b).

Sendo assim o processo de desalavancagem a partir de 2011 com a entrada do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro centra-se na contração dos ativos do sistema financeiro, realizando adequação de capital, e também na diminuição do rácio de transformação entre crédito e depósitos.

No início do Programa de Ajustamento, a economia portuguesa possuía um elevado grau de endividamento, o que era refletivo no rácio de transformação (Gráfico 8) (relação entre o crédito concedido por os bancos e os depósitos recebidos por o banco) (Governo de Portugal, 2014).

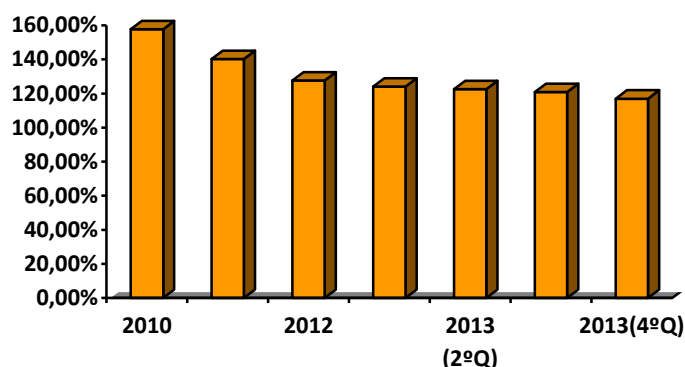


Gráfico 8 Rácio de transformação (em percentagem)

Fonte: Governo de Portugal (2014)

Em Julho de 2010 possui-se o valor mais alto do rácio de transformação 167 por cento, indicando que os níveis de endividamento dos agentes económicos são bastante elevados. Assim no início do Verão de 2011 o FMI e o Banco de Portugal acordaram um limite máximo para este rácio, 120 por cento, uma imposição que passado um ano seria somente uma meta, no entanto o Banco de Portugal continua a referenciar este valor.

Para a diminuição do rácio de transformação é necessário diminuir os créditos e aumentar os depósitos.

. Os particulares devido à incerteza quando à evolução da macroeconomia, restringem o consumo e aumentam a taxa de poupança (como se pode verificar no Gráfico 7) por precaução (Banco de Portugal, 2014b). Mas a taxa de poupança também foi afetada, principalmente em 2012 por os rendimentos disponíveis. Segundo Banco de

Portugal (2011a) os rendimentos do trabalho possuem um contributo negativo para a evolução do rendimento disponível, mas o rendimento de capital ou de propriedade é o inverso, o que implica que a poupança dos que possuem os rendimentos de propriedade ou de capital é maior que os que possuem rendimentos de trabalho.

Com a descida dos rendimentos desde 2011, recuou o nível de rendimento para valores da década de noventa, por seu turno o consumo também diminuiu e como consequência existiu um aumento da taxa de poupança dos particulares (Banco de Portugal, 2014a), como se verifica no Gráfico 7.

Em relação ao crédito disponível para os particulares, a oferta do crédito dos anos em estudo diminuiu devido à restritividade dos critérios aplicados na aprovação de empréstimos aos particulares, essencialmente, devido às dificuldades encontradas em conseguirem garantias válidas para a aquisição de créditos.

Em suma, os particulares aumentaram os seus depósitos e diminuíram a procura aos créditos, atualmente, os investimentos adequam-se ao rendimento esperado e são influenciados por o endividamento elevado existente, como consequência existe uma diminuição da procura de créditos para investimentos, pois o endividamento é bastante elevado e o rendimento esperado cada vez menos devido ao aumento do desemprego (Gráfico 9) (Banco de Portugal, 2014b), em simultâneo com a queda da oferta de crédito por parte dos bancos portugueses.

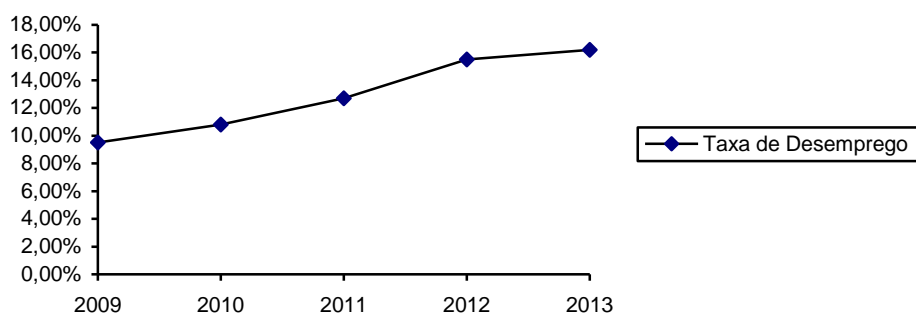


Gráfico 9 Taxa de Desemprego (em percentagem da população ativa) em Portugal no período de 2009-2013

Fonte: Elaboração Própria consoante dados do INE

Em relação às empresas não financeiras, o seu contributo para a desalavancagem foi gradual. Em primeiro lugar é necessário verificar que existem dois tipos de empresas, as empresas privadas e as empresas públicas, nas quais não se enquadram as administrações públicas.

As empresas privadas diminuíram os créditos às sociedades financeiras residentes em Portugal (Gráfico 10), esta diminuição que se verifica desde 2009 é

explicada por a perceção de risco de incumprimento por parte dos bancos, aumentaram assim as restrições de concessão de crédito por parte dos preços e das quantidades. Verificou-se então um aumento das taxas de juro para novos empréstimos a sociedade não financeiras (Gráfico 11), este aumento verifica-se essencialmente nos anos de 2011 e 2012 devido ao aumento dos custos de financiamento dos bancos (Banco de Portugal, 2014a).

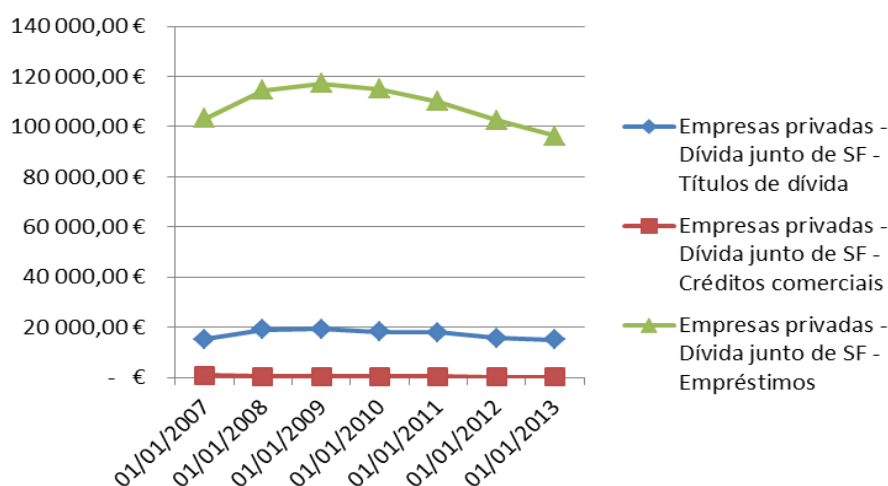


Gráfico 10 Créditos concedidos por Sociedades Financeiras residentes

Fonte: Elaboração Própria consoante dados do Banco de Portugal.

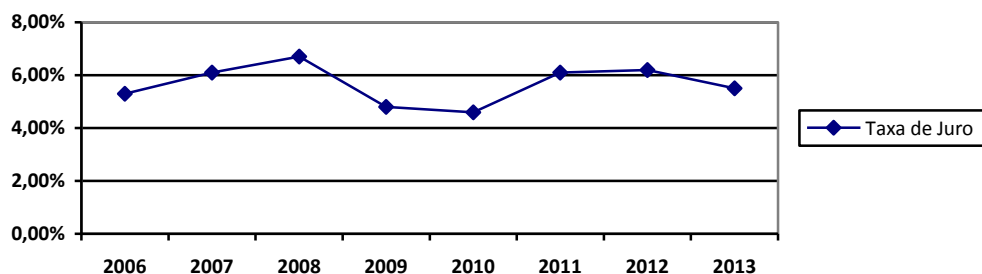


Gráfico 11 Taxa de Juro (TAEG) dos empréstimos a empresas

Fonte: Elaboração Própria consoante dados do INE

As empresas que diminuíram os seus créditos nas Sociedades Financeiras residentes foram essencialmente PME, uma vez que estão mais expostas ao mercado interno (Banco de Portugal, 2014a). As empresas de grande dimensão possuem meios para recorrer ao mercado exterior (Gráfico 12) (Banco de Portugal, 2014a).

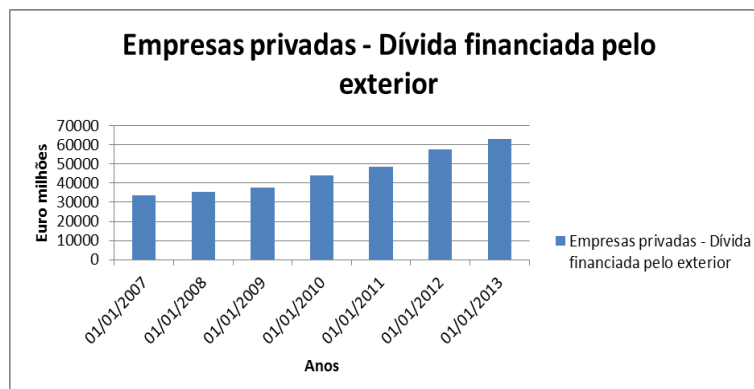


Gráfico 12 Empresas privadas- dívida financiada pelo exterior

Fonte: Elaboração Própria consoante dados do INE.

Este tipo de crédito (Gráfico 12) é procurado por grandes empresas. Vieira e Novo (2010) afirmam no seu artigo que as PME só dificilmente conseguem ter financiamento externo bancário, pois entre outros fatores encontra-se a inacessibilidade ao mercado de capitais, uma vez que não conseguem ceder garantias adicionais, particularmente relevantes em períodos de dificuldade comercial, como os anos em questão.

Em suma, a alavancagem das empresas privadas é centrada nas empresas de grande dimensão. No entanto, existem setores mais alavancados do que outros no sistema bancário (

Gráfico 13) (Banco de Portugal, 2014b).

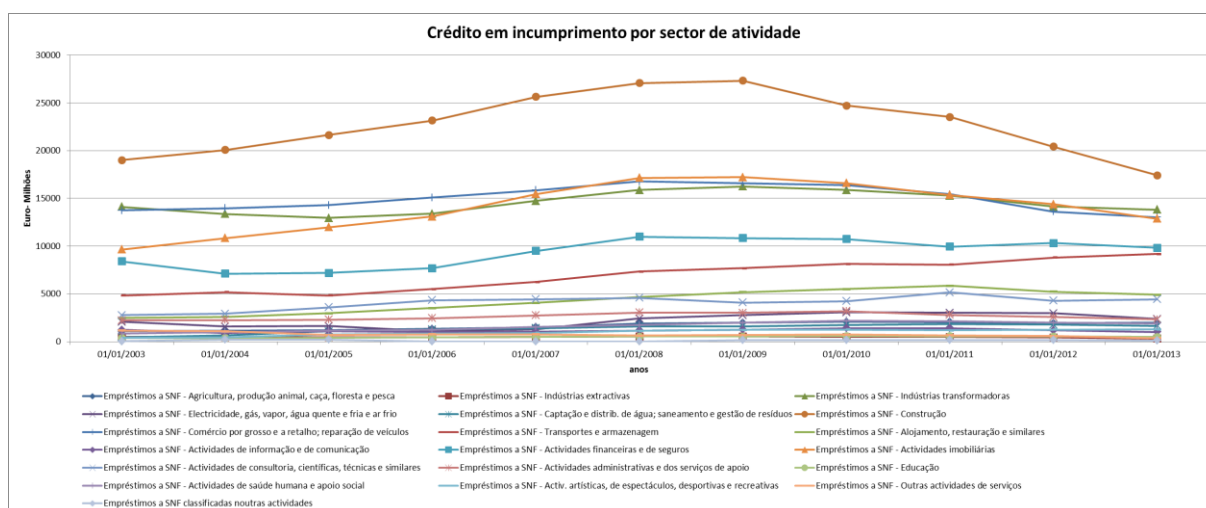


Gráfico 13 Crédito em incumprimento por setor de atividade em Portugal

Fonte: Elaboração Própria consoante dados do Banco de Portugal

Ao observar o

Gráfico 13, sobre o crédito em incumprimento por setor de atividade, verifica-se assim que os três setores que se encontram com mais crédito em incumprimento, crédito vencido e não regularizado são a construção, com os maiores valores, seguido do setor

imobiliário e por fim o comércio. As empresas destes setores foram assim expostas de uma forma particular ao ajustamento da desalavancagem portuguesa, devido à sua dependência de procura de financiamento interno (Banco de Portugal, 2014b) e também devido à perceção do risco por parte da banca sobre estes setores, mas verifica-se também uma procura destes setores mais baixa devido à crise imobiliária antes de 2009. Por outro lado, segundo o Banco de Portugal (2014b), é possível verificar o aumento dos créditos, devido a grandes empresas de setores que possuem um crédito em incumprimento quase nulo, como é o caso do setor de eletricidade, gás e água.

Ainda no âmbito das empresas, existem as empresas públicas mas que não se enquadram nas empresas de administração públicas, segundo o Banco de Portugal (2014b) essas empresas deixaram de ter acesso a empréstimos junto dos bancos residentes durante o período em análise, ou seja, desde 2011. No entanto, o seu endividamento aumentou, o que foi possível graças ao financiamento requerido ao exterior, ou seja apesar de se manter ou aumentar o valor de empréstimos para elas, existiu uma enorme reestruturação do financiamento.

Infelizmente, o agente económico administração pública não consegue um processo de alavancagem no sentido de redução do nível de endividamento deste setor, no período do programa de ajustamento em Portugal (Banco de Portugal, 2014b).

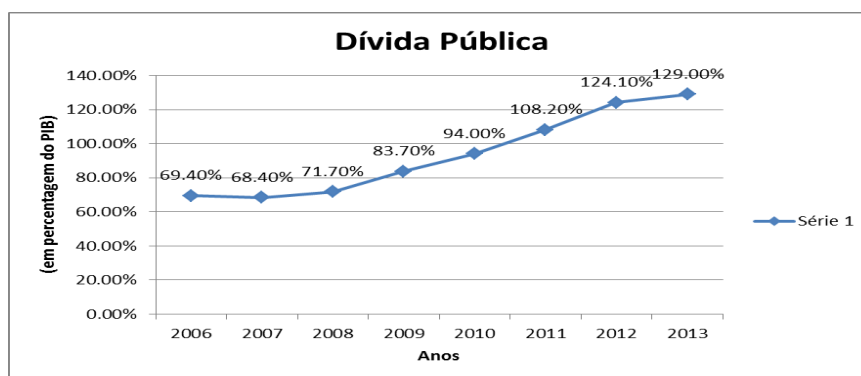


Gráfico 14 Dívida Pública Portuguesa

Fonte: Elaboração Própria com dados do INE

Como se pode observar, no Gráfico 14, a dívida pública encontra-se a aumentar ao longo dos anos. Segundo o Banco de Portugal (2014b), isto acontece devido à acumulação de ativos financeiros, por via do aumento dos depósitos ocorridos nas administrações públicas e da emissão de instituições de capital contingencial no âmbito dos processos de capitalização de um conjunto de bancos nacionais.

Em suma, o rácio de transformação assumiu em 2013 o valor de 117, valor este abaixo do indicado por o Banco de Portugal, devendo-se essencialmente à captação de depósitos em Portugal que tem vindo a aumentar ao longo dos anos, nos segmentos

particulares e sociedades não financeiras, apesar de os valores dos depósitos das administrações públicas terem aumentado, o ano de 2013 fica marcado por a diminuição destes (Banco de Portugal, 2014c).

No decurso de 2011 foram adotadas diversas medidas relativas à adequação dos fundos próprios com vista a reforçar os níveis de solvabilidade (Banco de Portugal, 2011c).

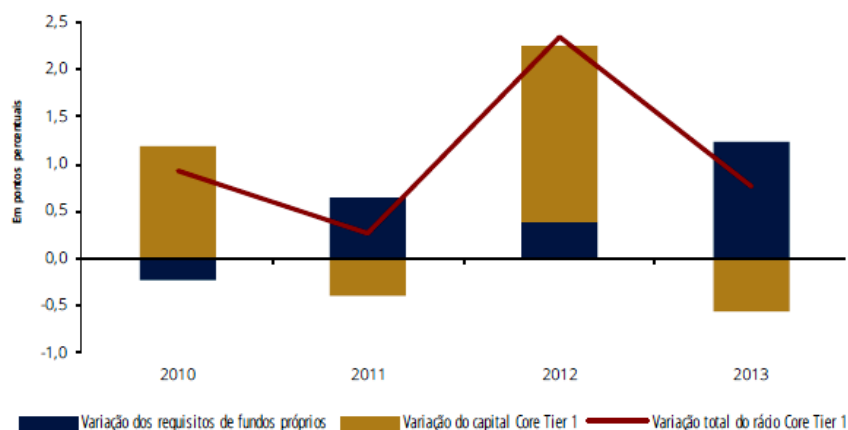


Figura V Variação do rácio Core Tier 1

Fonte: Banco de Portugal (2014c)

Em 2011, o Banco de Portugal fixou o valor mínimo de 8 pontos percentuais para o rácio *Core Tier 1*, segundo o aviso nº1/2011 do Banco de Portugal. O conceito de rácio *Core Tier 1* foi definido de acordo com as regras de Basileia III, enquadrando somente os fundos próprios de melhor qualidade em relação à capacidade de absorção de prejuízos e permanência. Ao mesmo tempo que se aumentava a solvabilidade dos bancos portugueses preparava-se Portugal para o impacto do acordo de Basileia III (Banco de Portugal, 2011b).

No final do ano 2011, o mínimo imposto para o rácio *Core Tier 1* passou a ser de 9 por cento. Portugal conseguiu um rácio de 9,6 por cento, que se deve à diminuição dos ativos ponderados pelo risco devido ao processo de desalavancagem exposto em curso, assim como ao aumento dos fundos considerados *core*, outras medidas mais simples e que tiveram impacto nos Fundos Próprios foram a distribuição racional dos dividendos e a recompra das ações próprias (Banco de Portugal, 2012b). Apesar de em 2011 a maior parte dos bancos afirmar não necessitar de reforço de capital, estes valores no rácio *Core Tier 1* devem-se ao aumento de capital de dois dos principais bancos portugueses através de ofertas públicas de troca de títulos de dívida subordinada por ações ordinárias da instituição.

O ano de 2012 fica marcado pelo aumento exponencial da variação do *Core Tier 1*, isto devido essencialmente ao aumento de capital realizado nos bancos com os 12 mil milhões de Euros disponibilizados pelo FMI (Banco de Portugal, 2014c), como se pode observar na Figura V. Em Dezembro de 2012, o valor do rácio *Core Tier 1* era aproximadamente de 11,5 por cento, existindo uma variação positiva de 2,6 por cento em relação a Dezembro de 2011. A explicação deste aumento deve-se ao aumento da capitalização, isto é, devido às medidas tomadas no primeiro semestre de 2012 para o aumento do capital elegível das instituições financeiras, o aumento do capital de uma das maiores instituições financeiras e o aumento do prémio de emissão de ações, enquanto no segundo semestre duas instituições financeiras aumentaram o seu capital, sendo assim utilizados 4,5 mil milhões de euros dos 12 mil milhões colocados à disposição por parte do Estado Português (Banco de Portugal, 2013). Por outro lado, os requisitos dos fundos próprios diminuíram ao longo do ano cerca de 4 por cento para o rácio *Core Tier 1* devido à diminuição dos ativos ponderados pelo risco em função do ativo (Banco de Portugal, 2013).

Em relação ao ano de 2013, o rácio *Core Tier 1* situava-se em 12,3 por cento, o que se compara a 11,5 por cento no final de 2012, em simultâneo, o rácio de adequação global de fundos próprios aumentou de 12,6 por cento, em 2012, para 13,3 por cento no em 2013, finalmente o rácio de alavancagem passa para valores próximos de 7 por cento. A razão destas modificações não se deve ao aumento de fundos próprios como ocorreu em 2012 mas sim à diminuição dos ativos ponderados pelo risco, isto devido aos valores negativos assumidos nos resultados em 2013 (Banco de Portugal, 2014c).

4.2. Impacto da desalavancagem em Portugal

Segundo o Banco de Portugal (2014b), com o processo de desalavancagem o sistema bancário verifica os seus rácios reforçados, dentro dos valores do resto dos países da zona euro. Neste momento, o seu financiamento em relação aos mercados financeiros internacionais implica uma menor dependência, sendo substituído pelo financiamento do sector público e do banco central.

Desde 2011, assistiu-se ao ajustamento das fontes de financiamento do sistema bancário, no sentido de uma estrutura mais sustentável e menos sensível a alterações na perceção do risco por parte dos investidores internacionais (Banco de Portugal, 2014c).

As medidas de desalavancagem incorporadas nos planos de financiamento não pretendem comprometer a estabilidade financeira de médio prazo nos bancos, existindo a consciência que o apoio aos setores mais produtivos da economia e às pequenas e

médias empresas é necessário. Paralelamente, pretendeu-se reduzir de forma significativa o refinanciamento no Eurosistema e em simultâneo assegurar a estrutura de financiamento de uma forma mais estável por parte de cada grupo bancário.

O crescimento dos depósitos tem tido um papel crucial na desalavancagem e no ajustamento, refletindo a confiança dos clientes bancários e, em simultâneo, auxiliando na contração do ativo que foi acompanhado por uma redução de recursos obtidos através da emissão da dívida pública (Banco de Portugal, 2014c).

Em jeito de conclusão, o nível de financiamento obtido junto do Eurosistema pelas contrapartes residentes reduziu-se em 5 mil milhões de euros em 2013, correspondendo na mesma ao meio mais utilizado para refinanciamento (cerca de 90 por cento) de prazo alargado (Banco de Portugal, 2014c).

A desalavancagem financeira levou a mudanças na estrutura de ativos e dos passivos desde 2010, ocorrendo principalmente uma redução no ativo total do balanço. O ativo total é composto por rubricas como: crédito a clientes, ativos tangíveis e intangíveis, disponibilidades e aplicações OIC, disponibilidades e aplicações BC, títulos e derivados e participações de outros ativos, como se verifica na Figura VI.

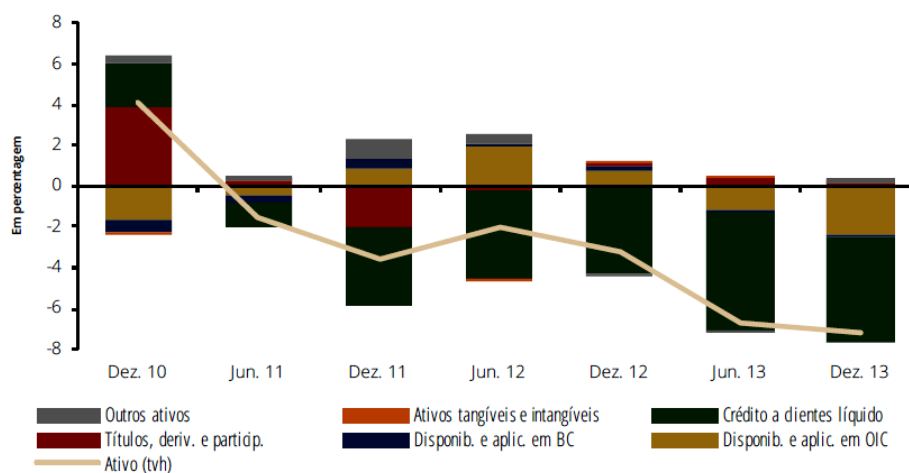


Figura VI Constituintes do ativo total

Fonte: Banco de Portugal (2014c)

Por observação da figura em questão verifica-se que os componentes têm uma alteração que está a condicionar maioritariamente o ativo total, o crédito aos clientes, que desde 2010 têm uma variação acumulada de -13 por cento do ativo total. No entanto, muitas empresas perderam assim o seu único meio de financiamento, consequentemente reduziu-se a atividade de vários setores, o que levou a um impacto nos particulares, tendo o seu rendimento também diminuído e aumentado o desemprego ao longo do mesmo período (Banco de Portugal, 2014c).

Por outro lado, os títulos de dívida pública, em relação ao ano de 2013, aumentaram a sua importância na constituição do ativo total, diminuindo os da dívida privada. Assim, o sistema bancário fica sensível devido a este aumento dos títulos sobre a dívida pública, sendo que 80 por cento é constituída por títulos, com a diminuição do ativo, aumenta-se a exposição ao risco soberano português que atinge 9 por cento do total do ativo (Banco de Portugal, 2014c).

Em relação ao passivo, o Banco de Portugal (2014c) salienta que as taxas de depósitos são condicionadas em 2013, devido a operações passadas nos anos anteriores com um prazo de 2 anos e com taxas de juro mais elevadas e também os custos de financiamento da recapitalização de alguns principais grupos bancários.

Com a desalavancagem financeira, a estrutura de financiamento dos bancos portugueses é modificada, os depósitos atingem 35 por cento do total das fontes de financiamento do sistema bancário, isto devido à confiança dos particulares e das sociedades não financeiras, levando a que o consumo seja prudente e ajustando-se os níveis de rendimento permanentemente a níveis inferiores aos que estavam a ser implicitamente antecipados antes do pedido de assistência (Banco de Portugal, 2014c). Este aumento deve-se à turbulência encontrada nos mercados financeiros a nível global, que se traduz num aumento da volatilidade e numa diminuição das rentabilidades das aplicações de ativos financeiros sujeitos a risco de mercado (fundos de investimento, ações cotadas e ou títulos de dívida) (Banco de Portugal, 2011b).

Obviamente que estas mudanças drásticas, observadas até agora têm consequências nos riscos abordados pelo sistema bancário, pois a desalavancagem financeira provocou modificações nos indicadores macroeconómicos internos e estes influenciam o risco abordado pelo sistema bancário Nacional.

Portugal enfrenta agora novamente os mercados internacionais e os riscos estarão associados às condições que o mercado apresenta, para bancos e para o Estado, isto porque as condições poderão não ser as mais favoráveis (Banco de Portugal, 2014d).

Nas economias emergentes espera-se um abrandamento do crescimento económico e o aumento da instabilidade política, social e económica o que levará à diminuição dos preços do petróleo e das matérias-primas, sendo reportado para Portugal.

A nível cambial espera-se encontrar mudanças na competitividade externa das economias da área, afetando as exportações e o ritmo de recuperação da atividade económica. (Banco de Portugal, 2014d). Sendo assim, a volta de Portugal ao financiamento aos mercados por grosso não ocorre em condições favoráveis e isso

poderá levar a consequências no refinanciamento para os bancos. Estas dificuldades poderão levar a repercussões no acesso à economia portuguesa ao financiamento externo bem como na estabilidade do sistema bancário.

A desalavancagem financeira restringiu as empresas nos financiamentos, mesmo aqueles setores viáveis, devido às garantidas pedidas e as restrições impostas, retraindo a economia. O setor que se tem destacado é o setor imobiliário, pois uma parte significativa dos créditos aos particulares refere-se à habitação, como se pode observar no Gráfico 6 devido ao aumento de oferta, como consequência do aumento da construção. As empresas necessitam de uma renovação do capital produtivo do setor empresarial, para acelerar a desalavancagem do mesmo, através, por exemplo de lucros investidos ou lucros para abate da dívida. No entanto os bancos utilizam *forbearance* pelo sistema bancário para recuperação de crédito, os devedores realizam pagamentos regulares e em troca o sistema bancário, não adquire o imóvel que se encontra como garantia (Banco de Portugal, 2014d).

Pode-se então afirmar que as mudanças no mercado, modificam o risco de mercado, pois o ajustamento das condições de mercado num contexto de oferta excendentária limita o acesso ao crédito, ocorrendo uma descida no nível dos preços no mercado imobiliário e por sua vez, a uma diminuição colateral associados ao crédito. Com as alterações da desalavancagem poderá surgir um aumento de taxa de juro, que consequentemente aumenta o incumprimento por parte dos particulares e das empresas. (Banco de Portugal, 2014c).

Os bancos portugueses poderão depois da desalavancagem financeira ver o risco de liquidez a aumentar, pois a sua estrutura de liquidez é avaliada pelo Banco de Portugal, pelo seu rácio de transformação, modificações drásticas no rácio levará a aumento de risco sistémico (Banco de Portugal, 2014c).

O regresso gradual dos bancos ao financiamento externo ao mesmo tempo acontece o processo de desalavancagem, que permite a continuação da redução demorada do custo com as novas operações de depósitos, isto acontece se os instrumentos concorrentes de captação de poupança continuarem a ajustar às novas circunstâncias. (Banco de Portugal, 2014d).

Um ambiente prolongado de baixas taxas de juro e de ampla liquidez, por efeitos das políticas adotadas pelos principais bancos centrais a nível internacional, dos fluxos internacionais de capitais e do reforço de capitalização das instituições financeiras, tem contribuindo para a intensidade da procurada de *search for yield*. Os agentes económicos

escolhem alternativas para rentabilização ou reinvestimento dos ativos em carteira, aceitam assim mais risco e ficam vulneráveis ao mercado.

Por outro lado a continuação das baixas taxas de juro continuará a condicionar negativamente a margem financeira dos bancos portugueses, afetando em particular a margem de juros do crédito à habitação, no entanto esta manutenção permite manter o incumprimento deste segmento com efeitos positivos a nível das imparidades do sistema financeiro das famílias.

Mas outro problema que se coloca são os passivos dos sistemas bancários que se encontram com taxas de juro garantidas, com a diminuição das taxas de juro a descer os bancos possuem em mãos um grande desafio, acabando por incentivar a investimentos em ativos com mais risco.

A alavancagem do setor bancário e os elevados níveis de endividamento das famílias e das empresas não financeiras contribuem para aumentar o risco de crédito, o processo de desalavancagem do setor financeiro e decorrente da fase descendente do ciclo económico contribui para o aumento das perdas resultantes do incumprimento do crédito (Banco de Portugal, 2014c).

A carteira de investidores das instituições financeiras está significativamente exposta ao setor imobiliário, isto devido a exposições a ativos imobiliários, participações em fundos imobiliários ou de reestruturação cujos ativos são imóveis, exposição a titularização de empréstimos hipotecários, ou ativos imobiliários aceites como garantias de operações financeiras (nos bancos, por exemplo, para concessão de empréstimos habitação ou ao setor da construção). Desde 2010, as habitações têm vindo a perder valor e o Banco de Portugal tem vindo a reavaliar os ativos devido à sobreavaliação dos riscos por causa destes ativos na carteira de crédito.

As agências bancárias ao longo destes anos têm vindo a distribuir alguns produtos financeiros pertencentes a outras instituições dos grupos, assim parte dos recursos capturados são aplicados fora do balanço dos bancos, especialmente em fundos de investimento e seguros de vida, potenciando a geração de resultados ao nível do grupo. O processo de desalavancagem é assim agilizado, como a gestão de liquidez, porque ao financiamento tornar-se interno canalizando-se para o balanço diretamente ou indiretamente fundos aplicados em produtos de outras entidades do grupo. A integração dos intermediários financeiros permite aumentar a diversificação dos produtos com impacto nos resultados consolidados do grupo, reorientar as escolhas dos aforradores e celebrar de contratos de repo intragrupo.

Apesar da independência dos investidores internacionais, aumenta-se o risco de concentração e maior vulnerabilidade a perdas nos restantes subsectores financeiros.

A gestão de capital deve ser estratégica a nível de negócios do grupo, pois o aumento das instituições do grupo aumenta a exposição aos riscos comuns.

Apesar das mudanças devido à desalavancagem financeira, os bancos conseguiram manter a confiança dos particulares e das empresas não financeiras, no entanto, existe o risco reputacional, pois nem todos os aforradores estão conscientes dos riscos que são assumidos quando as suas poupanças são canalizadas para aplicações com risco explícito, como consequência aumenta o risco de liquidez (Banco de Portugal, 2014d).

O *Core Tier 1* foi ao longo do tempo da desalavancagem financeira alvo de mudanças, a imposição de mínimos fundos próprios permitiu manter a confiança dos mercados no sistema bancário português e permitiu melhorar a capacidade de resposta a diversas situações adversas verificadas nos contextos internos e externos contribuindo para a resiliência do sistema financeiro nacional e ainda o reforço do rácio de solvabilidade e melhoria da qualidade de capital, passando o total dos fundos próprios quase somente composto pelo capital *Core Tier 1*.

III. Caso Prático Caixa Económica Montepio Geral

Cada vez mais as instituições de crédito assumem uma grande importância como intermediários financeiros, como tal a regulação bancária torna-se um ponto crucial para manter a confiança dos consumidores nestas instituições. A desalavancagem financeira em Portugal foi um dos pontos mais importantes para a regulação e supervisão bancária.

Esta secção é dividida em duas análises, numa primeira estância é realizada uma análise à documentação existente (Relatórios Anuais) que permite verificar como é que a desalavancagem financeira foi realizada e quais os impactos na Caixa Económica Montepio Geral e numa segunda fase é realizada uma análise para perceber quais foram as causas para as alterações dos depósitos e dos créditos. Na segunda parte desta secção pretende-se aprofundar o estudo das modificações dos créditos e dos depósitos da região de Braga, uma vez que não existem dados quantitativos, é realizado um estudo qualitativo através de um inquérito realizado a todos os colaboradores dos balcões da Caixa Económica Montepio Geral da região de Braga, pelo que a amostra deveria assumir o valor de 62 respostas, no entanto somente foram respondidos 30 inquéritos, dificultando a análise e os resultados em questão.

5. A desalavancagem financeira na Caixa Económica Montepio Geral

Como se verificou atrás, Basileia III e a Regulação e Supervisão do setor financeiro em Portugal de 2011 a 2014 promoveram a desalavancagem financeira do sistema bancário português de forma consistente com o cenário macroeconómico, de maneira que os bancos portugueses conseguissem reduzir a dependência de fontes financiamento menos estáveis.

Como consequência, registam-se impactos na adequação do capital, nos depósitos e nos créditos, e mesmo nos riscos nos diversos bancos.

Nesta secção pretende-se verificar quais as alterações na Caixa Económica Montepio Geral a nível de desalavancagem financeira.

A desalavancagem financeira está associada à diminuição do rácio de transformação, ou seja associado à diminuição de créditos e ao aumento de depósitos.

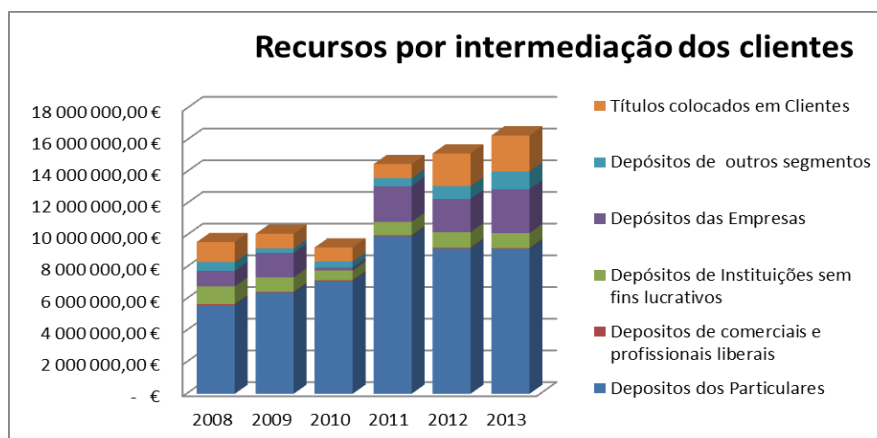


Gráfico 15 Recursos por intermediação dos clientes na CEMG

Fonte: Elaboração própria consoante os dados encontrados nos Relatórios e Contas do Montepio de 2008 a 2013.

Como se verifica no Gráfico 15, os recursos por intermediação dos clientes na CEMG está a aumentar de uma forma crescente desde 2010, verifica-se um grande impulso destes recursos de 2010 para 2011 e nota-se também que este aumento deve-se em primeiro lugar ao aumento dos depósitos dos Particulares e dos títulos colocados junto dos clientes.

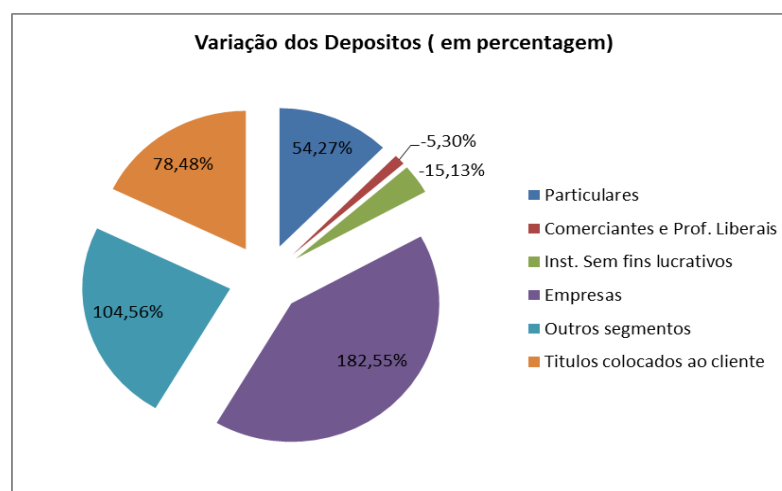


Gráfico 16 Variação dos depósitos na CEMG (em percentagem)

Fonte: Elaboração própria consoante os dados encontrados e nos Relatórios e Contas de 2008 a 2013

O Gráfico 16, no intervalo 2008-2013 verifica a variação dos depósitos na CEMG do vários setores, conclui-se por sua observação que somente as instituições sem fins lucrativos é que diminuíram os depósitos na CEMG. A CEMG deparou-se com dificuldades em financiar-se no exterior, a sua opção passou pela captação dos recursos dos clientes. Em compensação, tornou-se o banco principal dos seus clientes, ou seja o banco onde os clientes possuíam a maioria das suas poupanças permitindo assim o acesso a recursos de forma mais segura e menos dispendiosa. Isto acontece devido à preocupação por parte do Montepio em encontrar soluções de poupança para os seus clientes e futuros clientes de forma a satisfazer as suas necessidades. Como se verifica

na Tabela 2, a CEMG desde 2008 teve uma maior preocupação na captação de depósitos do que nas aplicações fora do balanço, que estão associadas normalmente a maiores riscos.

Ano	Depósitos	Aplicações fora do Balanço
2008	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mega Depósito²; ▪ Duplo Depósito <i>Premium</i>; ▪ Depósitos Online; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fundos de Investimento Multi Gestão; ▪ Montepio mais futuro;
2009	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mealheiro Montepio³; ▪ Depósitos a curto e médio prazo; ▪ Depósitos online; ▪ Montepio Negócios; ▪ Montepio Negócios Plus; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fundo Montepio Plus⁴;
2010	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Solução Montepio Consigo; ▪ Montepio Depósito Especial; ▪ Montepio Depósito Exclusivo; ▪ Soluções globais⁵; ▪ Aplicações Mutualistas; ▪ Depósitos Online; ▪ Mealheiro Montepio. ▪ Montepio Mais Negócios; ▪ Solução Montepio IPSS e Montepio Misericórdias; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Montepio Multi Investimento; ▪ Montepio Multi Investimento Plus; ▪ Montepio Aforro Mais 2010;
2011	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Montepio Poupança Hoje; ▪ Soluções Montepio Consigo; ▪ Montepio Super Depósito 5%; ▪ Montepio Super Depósito 4,5%; ▪ Soluções Mutualistas; ▪ Montepio Aforro Prémio 2011; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Montepio Proteção Mais;

2 Captação de recursos não provenientes de aplicações já existentes

3 Destinado a menores, a CEMG pretende rejuvenescer a base de clientes e fortalecer a posição competitiva, ao mesmo tempo pretende apoiar o incentivo à poupança e contribuir para a literacia financeira dos cidadãos.

4 Este fundo pretende auxiliar nas necessidades de gestão dos excedentes da tesouraria dos clientes.

5 As soluções globais enquadram-se no Montepio Poupança Consigo e Montepio Poupança Solução Valor, ambos pretendem auxiliar o cliente e ao mesmo tempo realizam um estímulo ao *cross-selling*.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Montepio Aforro Negócios; ▪ Montepio Mais Negócios; ▪ Depósito terceiro setor; 	
2012	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Montepio Poupança Especial; ▪ Depósitos Online; ▪ Montepio Aforro; ▪ Montepio Poupança; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Obrigações de Caixa; ▪ Emissões de títulos de dívida da CEMG; ▪ Emissões de Papel Comercial;

Tabela 2 Recursos utilizados pela CEMG para captação de recursos financeiros

Fonte: Elaboração Própria consoante dados encontrados nos Relatórios e Contas de 2008 a 2013.

A aposta nos depósitos deriva, como explicado nos Relatórios e Contas Anuais desde 2008, do aumento da procura por parte dos clientes, Particulares e Empresas, em produtos de baixo risco, ou nulo, com capital garantido e estabilidade de curto/médio prazo. Retirando a entrada do Finibanco S.A no grupo Montepio, verifica-se igualmente um aumento de depósitos por parte dos particulares e um aumento de aforradores para o setor empresarial, em 2012.

Em relação à análise dos créditos é necessário em primeiro lugar estar ciente da integração do grupo Finibanco, S.A em 2011 para o grupo Montepio, pois este marco irá influenciar as várias rubricas do balanço e de fora do balanço desde 2011.

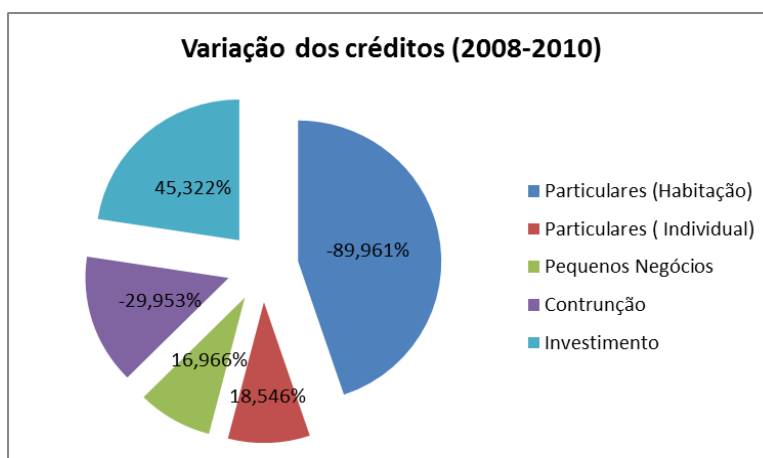


Gráfico 17 Créditos (não especializados) a clientes

Fonte: Elaboração e cálculos próprios consoante dados dos Relatórios e Contas dos anos 2008 a 2011

No intervalo 2008-2010, antes da entrada do Plano de Ajustamento Económico e Financeiro em Portugal, o Crédito à Habitação e os Créditos à Construção já tinham diminuído de forma exponencial, como se verifica no Gráfico 17, no entanto, os outros créditos vinham a aumentar de forma gradual.

Segundo os Relatórios dos anos de 2008 a 2010, verifica-se que as soluções de crédito propostas pelo Montepio conseguiram a penetração nos segmentos Comércio, Indústria, Transportes e Serviços, verificando-se um aumento do peso dos créditos das Empresas.

No entanto, o setor da construção sofreu uma diminuição de confiança por parte dos bancos, diminuindo os créditos por mitigação do risco de concentração e para diversidade do risco de crédito, por sua vez a diminuição dos créditos às empresas levou à diminuição do rendimento da construção o que diminuiu os créditos a particulares, necessariamente para Habitação mas, por outro lado, os créditos a particulares (individual) aumentaram de forma consistente

Apesar de só se dividir os créditos das Empresas em Construção e Investimento, nos gráficos acima, a CEMG tem no segmento Empresas uma grande variedade de créditos disponíveis, dependendo dos fins a que se destinam. Assim, a Caixa Económica Montepio Geral possui diversos tipos de crédito, como se verifica na Ilustração 1.

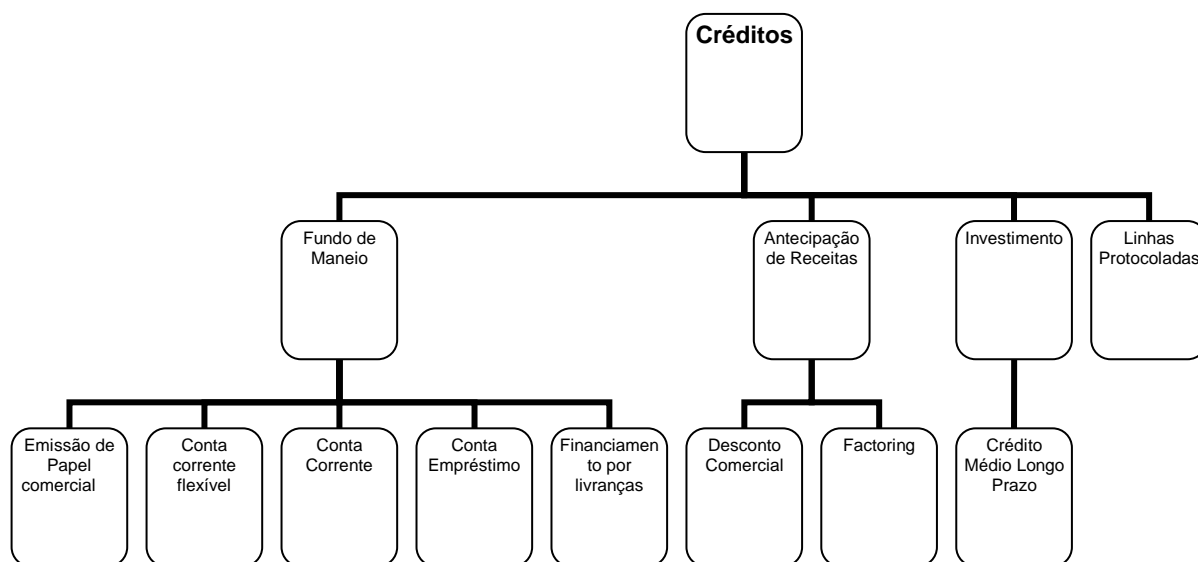


Ilustração 1 Créditos existentes na Caixa Económica Montepio Geral

Fonte: Elaboração Própria

Os créditos de Fundo de Maneio são normalmente créditos de curto prazo. A Conta corrente flexível, Conta corrente permitem transações na conta à ordem a partir de valores creditados pelo banco, a curto prazo de modo que a amortização vai variando consoante o crédito em questão, No entanto, o crédito por livranças, que corresponde a um crédito que acontece depois de uma assinatura de uma livrança que serve como garantia, diminuíram. A Emissão de Papel Comercial consiste na emissão de títulos de dívida a curto prazo, sendo estes um valor mobiliário transmissível, estando abrangidos pelo Programa de Emissão de Papel Comercial e sob a liderança de uma Instituição Financeira.

A antecipação de receitas é composta por créditos titulados como desconto comercial e Factoring. O desconto comercial, basicamente é um adiantamento realizado pelo banco ao portador de um título crédito, antes da data do seu vencimento e igual ao valor nominal deduzido de juros e encargos. Em relação ao Factoring é a solução para converter as faturas das empresas em liquidez, reduzindo os custos administrativos associados à cobrança dos créditos sem aumentar o endividamento da Empresa, isto é, o Montepio presta aos seus clientes um conjunto de serviços que têm por base a cessão de créditos comerciais de curto prazo que os Aderentes (clientes Montepio) detêm sobre os seus Devedores (clientes dos clientes Montepio).

Os créditos propícios ao investimento são os empréstimos de médio e longo prazo, o *Leasing*, *Renting* e as garantias e avais bancários.

Em relação à evolução dos créditos de 2011 a 2013 na CEMG, verifica-se que os créditos variaram negativamente em todos os tipos, exceto no Crédito Investimento das empresa, como se verifica no Gráfico 18.

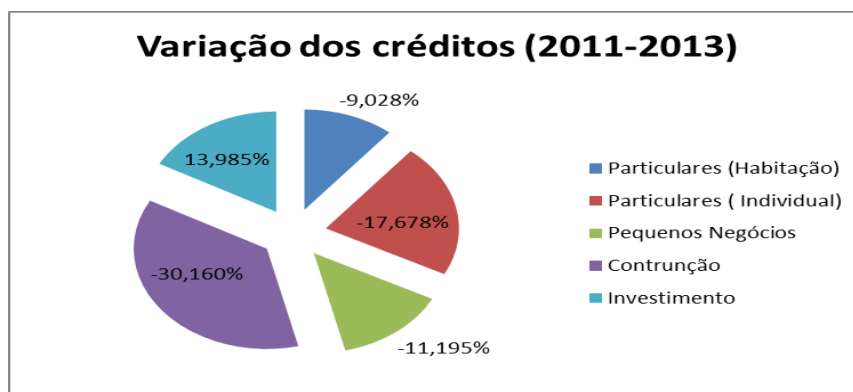


Gráfico 18 Créditos (não especializados) a clientes

Fonte: Elaboração e cálculos próprios consoante os dados dos Relatórios e Contas de 2011 a 2013

Os créditos do segmento das empresas foram também afetados pelas alterações macroeconómicas do país e medidas sobre os bancos, com o setor imobiliário a ser o mais afetado diminuindo em 30 por cento os créditos, de forma a diversificar a carteira e diminuindo o risco da carteira de crédito. Por outro lado, os pequenos negócios também diminuíram os seus créditos, em 11 por cento, o que se deve ao desenvolvimento desde 2011 das linhas protocoladas.

O Montepio é reconhecido no mercado pelo apoio às pequenas e médias empresas, às empresas em nome individual e às IPSS. Ao longo dos anos tem apostado no contínuo acompanhamento e relação de médio e longo prazo procurando a solução adequada para cada empresa, por isso existiu a adaptação de linhas protocoladas onde o financiamento torna-se mais barato, o risco é dividido entre o Montepio e as empresas de Garantia Mútua.

Este acompanhamento às empresas permite assim aumentar o crédito especializado, como o *leasing*, ok-faturas e o *renting*, segundo os relatórios de contas de 2008 a 2013.

Em suma, os depósitos foram aumentados de uma forma genérica, pois era essencial para o Montepio a captação de depósitos sendo um financiamento fiável substituindo assim o financiamento externo, permitindo assim que o Montepio consiga diversificar os meios de financiamento como foi pedido no Plano de Apoio Financeiro e Económico do FMI. Em relação aos créditos não seria possível continuar a aumentar os créditos, sem financiamento, por outro lado o incumprimento de crédito tinha tendência a aumentar, em consequência existia uma crise de liquidez e de solvabilidade.

Estas alterações automaticamente permitem alterações no rácio de transformação. Em 2011, o PAEF com o Banco de Portugal impôs o valor de 120 por cento para o rácio de transformação, sendo calculado de acordo com a instrução nº23/2012 do Banco de Portugal (Crédito a Clientes Líquidos/ Depósitos a Clientes), no entanto a CEMG apresenta outro cálculo para o rácio Crédito a Clientes Líquido/ Recursos dos Clientes.

Apresentam-se a seguir os cálculos realizados:

Rácio de transformação¹= Crédito a Clientes (líquido) / Recursos de Clientes de Balanço⁶

Rácio de transformação²= Crédito a Clientes (Líquido) / Depósitos a Clientes

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Crédito a clientes (líquido)	15 009 892,00 €	14 682 382,00 €	14 554 133,00 €	16 706 626,00 €	15 703 547,00 €	15 555 141,00 €
Depósitos de Clientes	8 631 470,00 €	9 175 941,00 €	8 351 794,00 €	13 608 555,00 €	13 103 506,00 €	14 039 197,00 €
Recursos de Clientes	9 903 813,00 €	10 103 894,00 €	9 240 199,00 €	14 498 545,00 €	15 170 652,00 €	16 310 031,00 €
RT1	1,515566984	1,453140938	1,575088697	1,15229673	1,035126704	0,953716213
RT2	1,738972852	1,600095511	1,742635534	1,227656132	1,198423307	1,107979395
RT1 (em percentagem)	151,5567%	145,3141%	157,5089%	115,2297%	103,5127%	95,3716%
RT2 (em percentagem)	173,8973%	160,0096%	174,2636%	122,7656%	119,8423%	110,7979%

Tabela 3 Resultados dos Cálculos do rácio de transformação do CEMG de 2008 a 2013

Fonte: Elaboração própria consoante os dados do Relatório e Contas Anuais de 2008-2013

6 Recursos de clientes do Balanço = Depósitos de Clientes + Títulos Colocados aos Clientes

7 De acordo com a instrução nº23/2012

O cálculo do rácio de transformação é bastante claro, com o primeiro método de cálculo do rácio de transformação já se verificam melhorias e o rácio dentro dos valores estipulados pelo Banco de Portugal desde 2011. No entanto, com o segundo método só a partir de 2012 é que o rácio se encontra dentro do valor pretendido.

Em jeito de conclusão, pode-se verificar que entre 2008-2011 existe uma variação positiva de depósitos e negativa de créditos devido à falta de confiança dos mercados financeiros e devido à instabilidade em que o mundo se encontrava. No entanto, em 2010 regista-se um maior rácio de transformação, pelo segundo método, que por cada 100 euros depositados existe um crédito de cerca de 157 euros, no segundo método, segundo a instrução do Banco de Portugal o rácio é maior, por cada 100 euros depositados existe um crédito de 174 euros. Tal aconteceu pois a diminuição dos créditos foram pouco significativos e os depósitos também diminuem (Tabela 4).

	Variação dos Depósitos	V.D (%)	Variação dos Créditos	V.C (%)
2008-2009	€ 544 471,00	5,93%	- 327 510,00 €	-2,182%
2009-2010	-€ 824 147,00	-8,98%	- 128 249,00 €	-0,873%
2010-2011	€ 5 256 761,00	62,94%	2 152 493,00 €	14,790%
2011-2012	-€ 505 049,00	-3,71%	- 1 003 079,00 €	-6,004%
2012-2013	€ 935 691,00	7,14%	- 148 406,00 €	-0,945%

Tabela 4 Variação dos Depósitos e dos Créditos de 2008 a 2013 na CEMG

Fonte: Dados dos Relatórios e Contas de 2008ª 2013 da CEMG com cálculos e elaboração própria

Como se verificou na secção da desalavancagem financeira, esta ficou marcada pela redução do rácio de transformação e pela adequação de capital. O acordo de Basileia III pretendia aumentar a qualidade dos fundos próprios dos bancos e, ao mesmo tempo, aumentar a liquidez, conseguindo assim diversificar o financiamento.

A CEMG, junto com os outros bancos teve que alterar a constituição dos seus capitais próprios.

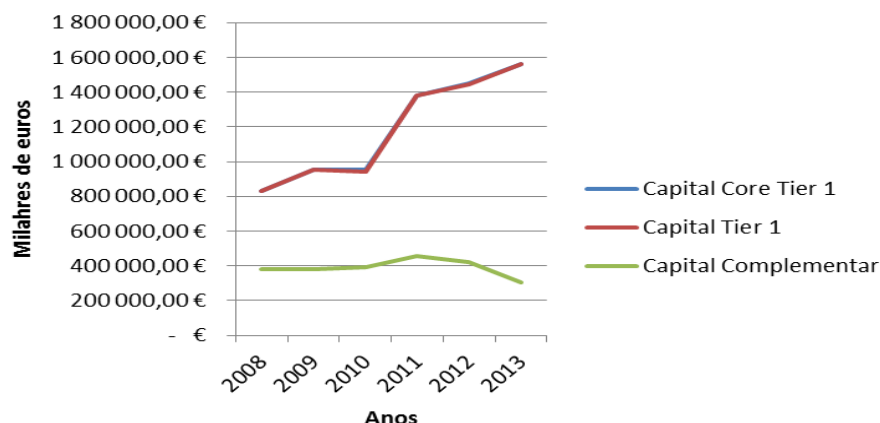


Gráfico 19 Evolução das principais categorias que compõem os Fundos Próprios do Grupo Montepio (2008-2013)

Fonte: Elaboração própria com base na informação encontrada nos Relatórios e Contas do Montepio de 2008-2013

Em primeiro lugar, é necessário verificar que nos Fundos Próprios do Montepio, até 2010, possuem no capital *Core Tier* e capital *Tier* o mesmo valor, pois a CEMG não possui instrumentos híbridos⁸.

Verifica-se ao longo dos anos, na CEMG, um aumento progressivo dos Fundos Próprios com capital de qualidade superior (*Core Tier 1*) e a diminuição do capital de qualidade inferior (*Tier 2*) reduzindo o capital complementar, como se pode observar no Gráfico 19.

A evolução do *capital Core Tier 1* deve-se essencialmente a aumentos do capital institucional de 40 milhões de euros, 50 milhões de euros, 205 milhões de euros, em 2010, 2012 e 2013 respetivamente, por doação da Associação Mutualista. No ano de 2013, a subida permitiu cobrir o aumento dos requisitos de fundos próprios de 3,9 por cento.

Uma vez analisados os Fundos Próprios do Montepio, avaliam-se as Posições de Risco Ponderadas.

⁸ Instrumentos Híbridos- O termo aplica-se geralmente a instrumentos financeiros que pagam um retorno estável e garantido durante um determinado período, possuindo depois a facilidade ou obrigação de serem convertidos em ações, noutro período.

Posições de Risco Ponderadas

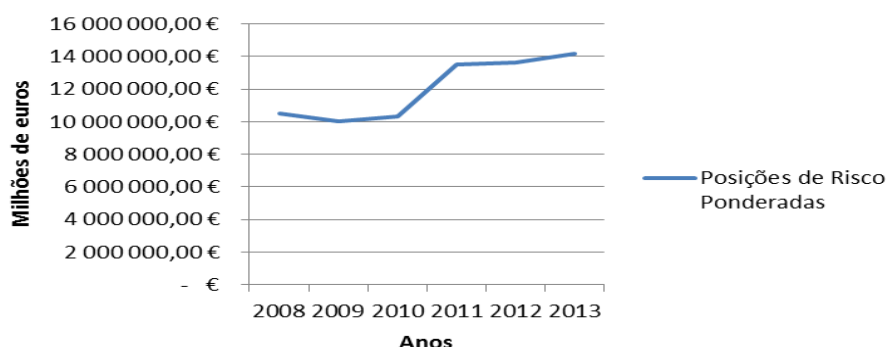


Gráfico 20 Evolução das Posições de Risco Ponderadas do grupo Montepio (2008-2012)

Fonte: Elaboração própria consoante os dados disponíveis no Relatório e Contas de 2008-2012

Como se verifica no Gráfico 20, as posições de risco ponderadas aumentaram sensivelmente a partir de 2010, demonstrando assim o elevado grau a que a instituição estava sujeita. Mais uma vez é de salientar a aquisição do Finibanco, S.A, que contribui para o aumento das posições de risco ponderadas, mas a subida foi maior em 2013 de 3,9 por cento, ou seja os capitais ponderados por o risco aumentaram em 2013.

Depois de verificar as alterações nos Fundos Próprios e na Posição do risco Ponderada verifica-se agora o rácio Core Tier 1 e Tier 1 da CEMG.

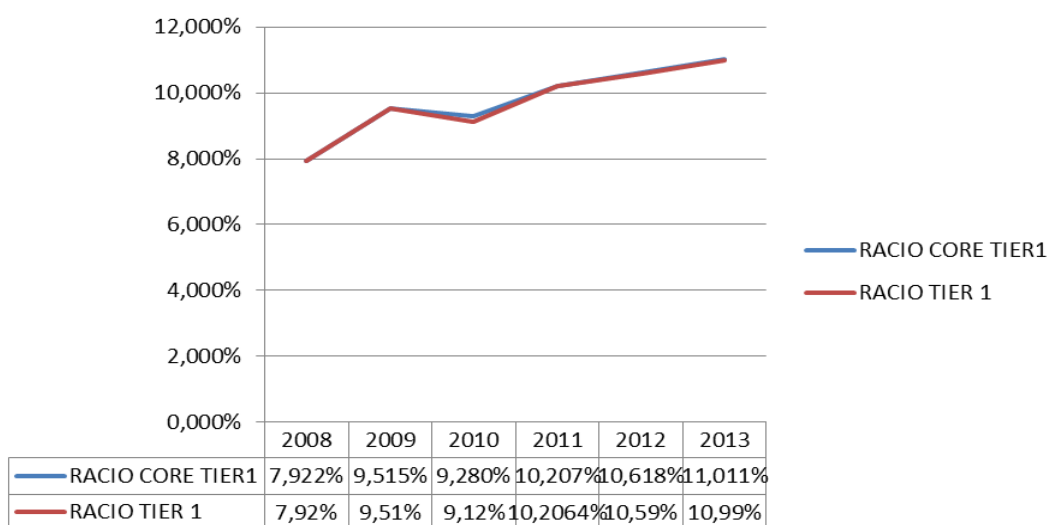


Gráfico 21 Evolução do rácio Core Tier 1 e Tier 1 na CEMG (2008-2013)

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados dos Relatórios e Contas 2008-2013

Verifica-se, segundo o Gráfico 21, um aumento dos rácios devido ao aumento do capital realizado ao longo dos anos por parte da Associação Mutualista e não pela diminuição do risco do ativo (posições ponderadas pelo risco). Acabando por superar sempre o limite mínimo exigido para o rácio Core Tier 1, 9,51 por cento em 2009 quando o mínimo exigido era 8 por cento, 9,12 por cento em 2010, sendo o mínimo exigido de 9

por cento e 10,20 por cento, 10,59 por cento e 10,99 por cento, em 2011, 2012 e 2013, respetivamente, quando o limite mínimo era de 10 por cento.

5.1. Impacto da Desalavancagem no Montepio

Alterações na concessão de créditos, no aumento dos recursos dos clientes e no capital levaram a que houvesse alterações em outras rubricas no grupo Montepio.

Acrescentando a estas alterações encontram os meios de cálculo de risco, recomendados no Basileia III assim como na estrutura do ativo, do passivo e do capital próprio.

A desalavancagem financeira não é somente a diminuição do rácio de transformação, poderá ter outros efeitos, como adequação do capital e venda de ativos.

A evolução do ativo, do passivo e do capital próprio é verificada no Gráfico 22 e Gráfico 23. Verifica-se que a evolução do ativo é semelhante à evolução do passivo, no entanto, esta informação não desagrega suficientemente a composição do património da CEMG, que é o que realmente importa sobre o impacto da desalavancagem financeira, pois é necessário perceber como é que os recursos foram utilizados e como é que o endividamento financeiro foi contornado pela CEMG.

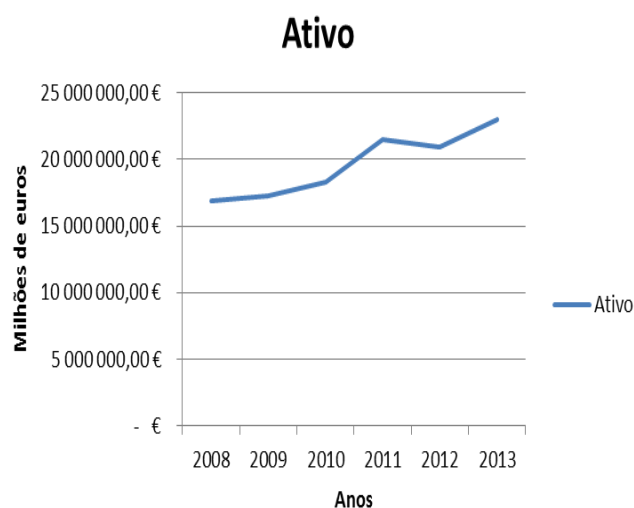


Gráfico 22 Evolução do ativo da CEMG

Fonte: Elaboração própria consoante os dados dos Relatórios e Contas do grupo Montepio de 2008 a 2013



Gráfico 23 Evolução do Passivo e do Capital Próprio da CEMG

Fonte: Elaboração Própria consoante os dados dos Relatórios e Contas do grupo Montepio de 2008 a 2013

A estrutura do ativo, tal como se observa no Gráfico 24, divide-se em três rubricas, o crédito dos clientes (liquido), carteira de títulos equiparados e outras aplicações.

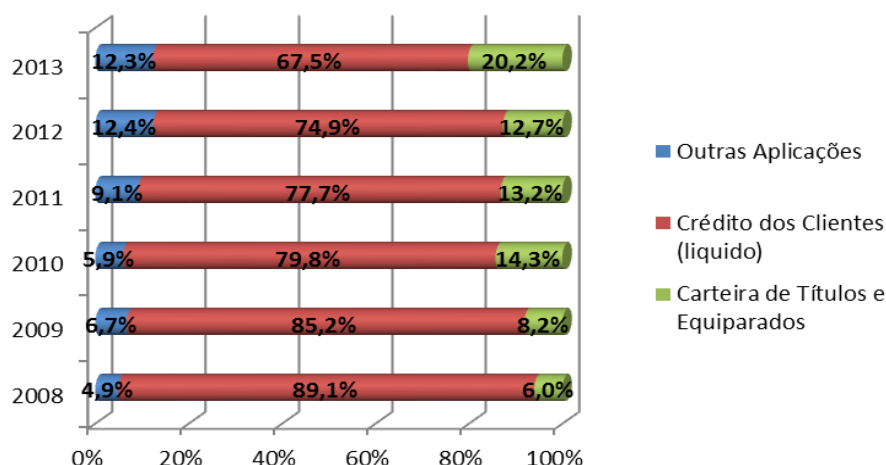


Gráfico 24 Evolução das componentes dos ativos (2008-2013)

Fonte: Elaboração Própria consoante os dados do Relatório e Contas da CEMG de 2008 a 2013

Ao longo dos anos, as rubricas “outras aplicações” e a “carteira de títulos e equiparados” começam a crescer de forma sustentada, acompanhando o crescimento do ativo. Este aumento das aplicações e da carteira de títulos tem aumentado a sua posição ao longo do ativo pois a posição de liquidez começa a ser relevante, assim a aposta acaba por ser em ativos de maturidade curta, ou seja menor risco, diminuindo o nível de concentração do ativo.

A Carteira de Títulos aumentou devido ao aumento dos ativos financeiros para negociação e os ativos financeiros disponíveis para venda, este último refere-se a obrigações de tesouro, de Pelican, Obrigações e papel comercial, unidades de participação de Fundos de Investimento e Participações Financeiras.

A aquisição do Finibanco Holding SGPS, S.A., melhorou a estrutura da CEMG, pois permitiu diminuir o risco de concentração. No entanto, o aumento dos créditos concedidos aos clientes, caso retirando o ativo nesse ano tem diminuído 1,6 por cento.

A redução dos créditos foi crucial para a implantação de um ativo menos concentrado e mais versátil, o ano 2013, por exemplo, fica marcado por o aumento das carteiras de títulos.

O ativo foi modificado pela desalavancagem financeira realizada, a diminuição dos créditos e o aumento de ativos com maior liquidez e menor risco, permitiu modificar a estrutura do ativo ao longo dos tempos, assim como aumentam os ativos disponíveis para venda e por consequência a carteira de títulos.

Tal como se verifica no Gráfico 25, o passivo e o capital também sofreram consequências com a desalavancagem financeira.

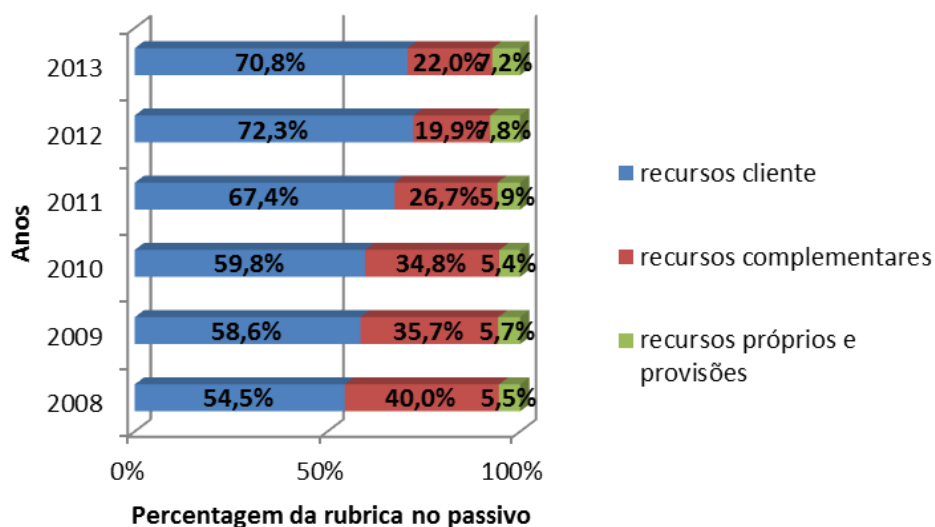


Gráfico 25 Evolução do Passivo e Capital da CEMG (2008-2013)

Fonte: Elaboração Própria consoante os dados dos Relatórios e Contas da CEMG de 2008-2013

Este aumento do passivo deriva de duas rubricas os recursos complementares, que são essencialmente recursos de financiamentos externos, referentes de outras Instituições de crédito e do Banco Central. A Terceira rubrica apresentada no Gráfico 25 refere-se ao Capital da CEMG, onde se encontram os resultados transitados, o Capital Institucional, os Resultados do Exercício, entre outros.

Verifica-se assim que, ao longo do tempo, a nível do Passivo, existe um aumento dos recursos dos clientes e uma diminuição dos recursos complementares.

Os recursos dos clientes são compostos por depósitos de clientes e títulos dados aos clientes com maturidade de 2 a 5 anos (obrigações de caixa). No entanto, o peso dos depósitos é maior e tem vindo a aumentar ao longo dos anos, tendo um impacto bastante

positivo no peso dos recursos dos clientes, que se deve à captação de fundos que o Montepio tem vindo a promover.

Em relação aos recursos complementares estes recursos são mais estáveis e com maturidade mais longa, permitindo a cedência de liquidez por parte do Banco Central. Estes recursos complementares ao longo dos anos têm vindo a descer de forma significativa, o que implica que o financiamento externo para o Montepio tem vindo a reduzir-se sendo, por exemplo, em 2010, utilizados para conseguir financiar as contas correntes, os créditos mútuos e as PME, no entanto os recursos complementares em 2013 subiram e a dívida emitida diminuiu.

De salientar que o Montepio conseguiu não aceder ao apoio da República Portuguesa para concretizar emissões de dívida sénior no Mercado Internacional em 2009, devido a atividades de financiamento através de recursos próprios, de Depósitos de Clientes e do refinanciamento do Banco Central e de empréstimos de longo prazo junto do BEI para financiamento de apoio às PME.

Por fim, em relação ao Capital Próprio, verifica-se um aumento deste, isto devido, maioritariamente, ao aumento do capital institucional ao longo dos anos, por parte da doação da Associação Mutualista, de forma a solidificar a liquidez e a solvabilidade da CEMG. No entanto, em 2013 houve um reforço dos Fundos Próprios Base (*Core Tier 1*), o que permitiu um aumento do rácio *Core Tier 1*, este reforço foi dado pelas Unidade de Participação Montepio de 200.000.000 unidades de participação de valor nominal de 1 euro, conseguindo-se um aumento no capital de 200 milhões de euros, no entanto o ano de 2013 também possuiu uma doação da Associação Mutualista de 205 milhões de euros, assim o Capital total a 31 de Dezembro era de 405 milhões de euros.

5.1.1.A Gestão de Riscos

As alterações que foram descritas anteriormente têm impacto automático na gestão dos riscos que a CEMG está sujeita. Uma vez que o Grupo Montepio verifica que a política de gestão de risco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

5.1.1.1. Risco de Crédito

O Risco de Crédito desde 2011 aumentou a sua importância, pois considera-se este um indicador da qualidade de crédito (veja-se o Aviso do Banco de Portugal nº23/201). Este é avaliado com base em modelos de *scoring* para a carteira de clientes e

de *rating* para as Empresas. Existem modelos desenvolvidos a partir de dados históricos internos que permitem obter uma avaliação quantitativa da probabilidade de incumprimento da classe de risco atribuída ao Cliente/operação.

Os modelos de *rating* interno classificam as empresas em sete níveis desde o *performing* ao em incumprimento.

Os escalões de decisão de *pricing* são definidos em função da rentabilidade dos capitais próprios (ROE) ajustada ao risco e de acordo com o princípio dos níveis hierárquicos mais elevados disporem de competência para aprovar operações com menor ROE ajustada ao risco. As rejeições de crédito são determinadas pela ocorrência de eventos de crédito no sistema financeiro, incumprimento de regras de crédito (taxas de esforço, por exemplo) e sempre que a incorporação do risco *pricing* agrave significativamente o risco de seleção adversa.

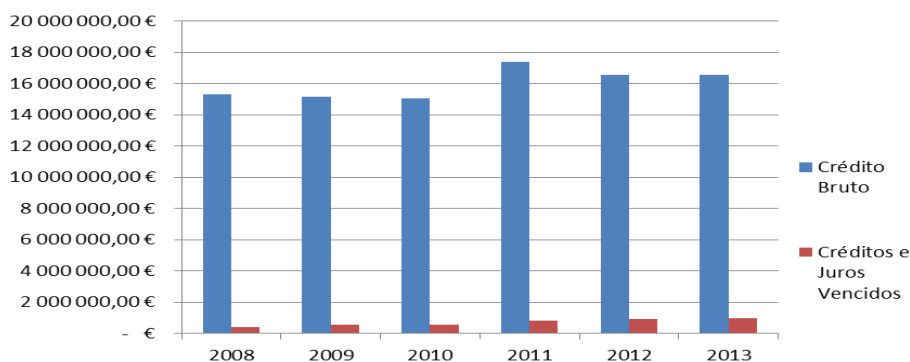


Gráfico 26 Evolução do Crédito Total e do Crédito e Juros Vencidos na CEMG (2008-2013)

Fonte: Elaboração própria consoante dados do Relatório e Contas de 2008 a 2013

Verifica-se no Gráfico 26 que o crédito e os juros vencidos têm aumentado ao longo dos anos apesar dos créditos terem diminuído. Este incumprimento deve-se essencialmente ao setor de construção civil que foi fortemente afetado com a crise financeira global e com as restrições bancárias impostas.

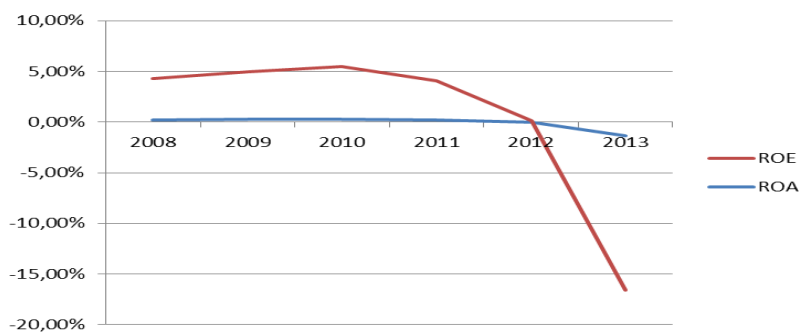


Gráfico 27 Evolução do ROE e do ROA (2008-2013)

Fonte: Elaboração Própria consoante os dados dos Relatórios e Contas de 2008 a 2013

Como se verifica no Gráfico 27, o ROE ao longo do tempo tem vindo a descer, principalmente desde 2012, apesar dos aumentos de Capital, pois os resultados do exercício têm vindo a diminuir ao longo dos anos, o que influencia o ROE.

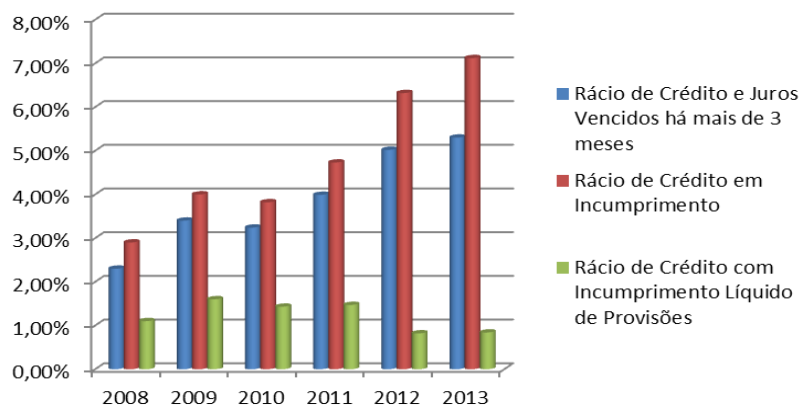


Gráfico 28 Risco de Crédito (2008-2013)

Fonte: Elaboração Própria consoante os dados presentes nos Relatórios e Contas de 2008-2013

Em consonância com a diminuição da Rentabilidade dos Capitais Próprios, a instituição tem vindo anualmente a aumentar consideravelmente o seu risco de crédito desde 2007 com o acentuar da crise financeira (Gráfico 28).

5.1.1.2. Risco de Liquidez

A diversificação de fontes de financiamento privilegia a estabilidade dos recursos, a manutenção de ativos de elevada liquidez que permitam recorrer à cedência de liquidez junto do Banco Central Europeu (BCE) em caso de necessidade e, ainda, medidas que permitam aumentar a captação de depósitos e outros recursos de clientes. No entanto, a mitigação do risco vai muito além da desalavancagem financeira.

O processo de desalavancagem permitiu uma diminuição do *gap* comercial, que resulta da subtração dos depósitos de clientes ao crédito total líquido. Com a diminuição do *Gap* comercial ao longo dos anos consegue-se automaticamente um aumento de liquidez, o que implica que os créditos cedidos são maioritariamente utilizados por recursos dos clientes, prioritariamente, depósitos dos clientes.

Em relação ao financiamento com o BCE, tem vindo a modificar-se de ano para ano, no entanto nos últimos anos o financiamento junto do BCE aumentou devido à valorização no mercado dos ativos dados como garantia junto do BCE, às aquisições de dívida pública portuguesa e à emissão de obrigações hipotecárias retidas em balanço, efetuada em Maio de 2013.

Desta forma, a CEMG conseguiu amortizar antecipadamente uma operação de refinanciamento de longo prazo do BCE, no valor de 25 milhões de euros.

Por fim, com *Gaps* dinâmicos de liquidez positivos, com *mismatches* (desfasamentos entre entradas e saídas de recursos) acumulados positivamente para os diversos intervalos temporais até 12 meses, como se observa no Gráfico 29, a CEMG consegue um plano de liquidez equilibrado. Existe uma explicação para aquele aumento desproporcional em 2013, devendo-se ao aumento de capital e ao aumento de títulos elegíveis para captação de recursos junto do BCE.

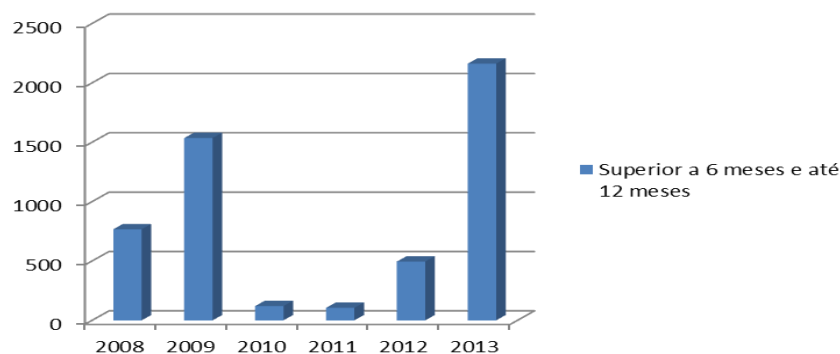


Gráfico 29 Evolução do *Mismatchess* Acumulados

Fonte: Elaboração Própria consoante os dados dos Relatórios e Contas de 2008 a 2013

5.1.1.3. Risco Operacional

O risco operacional enquadra todas as perdas resultantes de deficiências/falhas dos processos internos, recursos humanos, sistemas ou de fatores externos.

Ao longo dos anos, a CEMG tem vindo a melhorar a sua gestão e ultimamente procedeu à descentralização de reporte e recolha de eventos de risco operacional, intensificando a cultura de gestão de risco operacional por parte do grupo.

Através dos indicadores fundamentais de risco verifica-se que o risco é influenciado por falhas de execução, entrega e gestão de processos e o impacto financeiro com os clientes/negócio.

O ciclo de Gestão da Continuidade de Negócio é suportado por um conjunto de atividades de avaliação, desenho, implementação e monitorização, integradas num ciclo de melhoria contínua que tem por objetivo tornar os processos de negócio mais resilientes, permitindo assegurar a continuidade das operações no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção da atividade.

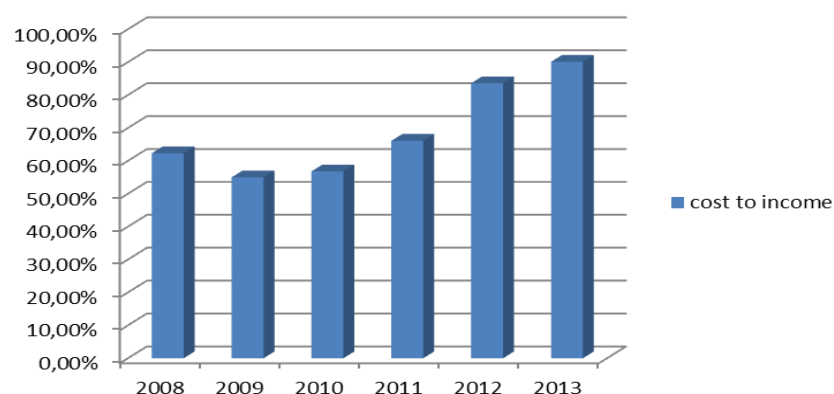


Gráfico 30 Evolução do rácio *Cost to Income*

Fonte: Elaboração Própria consoante os dados representados nos Relatórios de Contas de 2008-2013

A evolução do rácio *Cost to Income* (Gráfico 30) indica que a eficiência da CEMG encontra-se elevada, pois a redução dos custos operacionais não acompanhou o ritmo de redução das receitas bancárias, apesar dos programas de reestruturação. É necessário assim otimizar os custos de forma a acompanhar a restrição em que a CEMG se encontra.

5.1.1.4. Risco de mercado

O risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxa de juro, preços de diferentes instrumentos financeiros que compõem, considerando, as correlações existentes quer as respetivas volatilidades.

De forma a verificar o risco da taxa de juro são estudados os *gaps* da taxa de juro.

	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
GAP DE TAXA DE JURO	Min	Max	Min	Max	Min	Max	Min	Max	Min	Max	Min	Max
	472.200	1.033.200	400.068	924.031	315.813	461.488	448.894	604.896	-	-	-	-
									181.142	161.278	638.569	547.431

Tabela 5 Gap da Taxa de Juro da CEMG no período de 2008 a 2013

Fonte: Consoante dados do Relatório e Contas de 2008 a 2013 e elaboração própria

Atendendo à natureza da atividade de retalho, a instituição apresentou até 2011 *gaps positivos* da taxa de juro, mas com a entrada do Finibanco, S.A para o grupo o *gap* passou a ser negativo, o que implica que existem mais passivos sujeitos a alterações de risco do que nos anos anteriores e, por outro lado, a descida da taxa de juro será desfavorável para a CEMG.

5.2. Desalavancagem Financeira na região de Braga da CEMG (Análise Qualitativa)

Existem indicadores macroeconómicos que combinados com a situação financeira atual influenciaram as variações de crédito e de depósito, a nível nacional.

A ideia inicial seria perceber quais são esses indicadores e de que forma eles influenciaram as variações existentes na Caixa Económica Montepio Geral, especificamente na região de Braga (por ser este o local de estágio). No entanto, devido à falta de dados referentes somente à região de Braga, a opção seria realizar uma análise qualitativa. Essa análise qualitativa teve como base um inquérito de resposta fechada (Inquérito em anexo), referente aos diferentes produtos do Montepio de Crédito e de Depósitos, assim como sobre medidas de desalavancagem em geral. De forma a conseguir chegar a todos os balcões da região de Braga e depois de aprovado pelo Diretor Regional, a Gerente do Balcão enviou para todos os colegas via correio eletrónico o inquérito em questão. Inicialmente, a amostra deveria ser de 62 respostas, no entanto as respostas foram somente 30.

Como no processo de desalavancagem financeira da Caixa Económica Montepio Geral existem componentes macroeconómicas que marcaram as mudanças realizadas, e uma vez que não é possível realizar-se uma análise quantitativa realiza-se uma análise qualitativa que pretende exemplificar os métodos de desalavancagem utilizados, na ótica comercial na caixa económica em questão.

Inicia-se a análise verificando a evolução dos depósitos na região de Braga, segundo os inquiridos, na CEMG (Gráfico 31). Verifica-se que a maioria concorda que desde 2007 existiu um aumento de depósitos no setor dos Particulares, ou seja, 86,67 pontos percentuais assumindo que em média esta subida é cerca de 15 pontos percentuais.

Depósitos dos Particulares

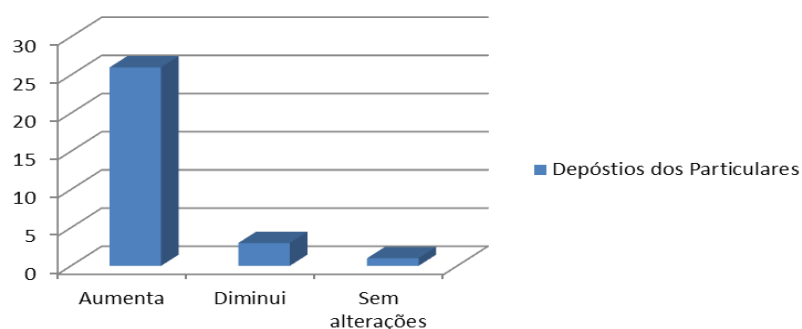


Gráfico 31 A evolução dos Depósitos a Particulares

Fonte: Elaboração Própria

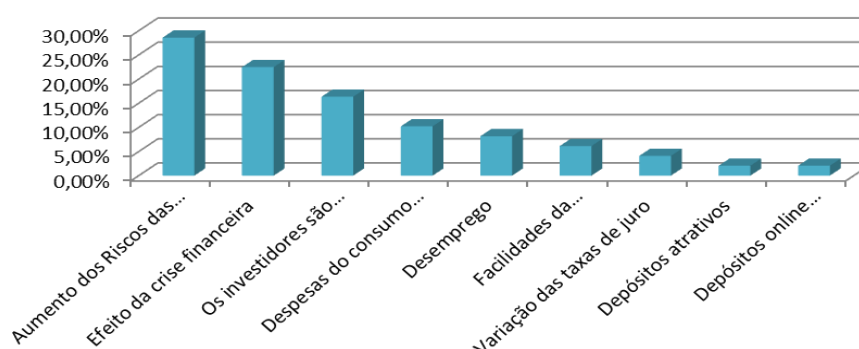


Gráfico 32 Razão das alterações positiva nos depósitos

Fonte: Elaboração Própria

Dos inquiridos que respondem que os depósitos têm vindo a aumentar, as justificações dadas encontram-se descritas no Gráfico 34, em que 28,57 por cento afirma que será por o aumento do risco de outras aplicações, por isso os clientes preferem aplicações com menor risco e com mais estabilidade, em segundo lugar com 22,45 por cento o efeito da crise financeira está associado a esta subida e em terceiro lugar a forma como os investidores são conservadores, pessoas adversas ao risco, preferindo aplicações com menor risco como os depósitos com capital garantido. No entanto, verifica-se que as primeiras três razões para as alterações positivas não estão relacionadas com a macroeconomia diretamente. As razões macroeconómicas mais votadas de seguida são as Despesas de Consumo das famílias e o Desemprego.

Os investidores preferem depósitos sem risco, com estabilidade, a nível de maturidade. Segundo o Gráfico 33, os clientes bracarenses preferem os depósitos de curto prazo, ou seja depósitos com prazos até 1 ano, conseguindo assim liquidez mais rapidamente.

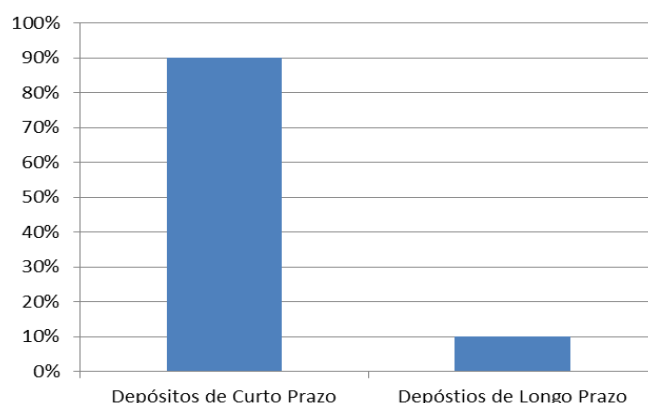


Gráfico 33 Tipos de Depósitos utilizados na CEMG na região de Braga

Fonte: Elaboração Própria

Com este panorama a nível de Particulares, destacam-se os três depósitos mais utilizados pelos clientes, que se encontram na Tabela 6.

	<i>Depósito</i>
1º	Depósito Super Poupança
2º	Deposito Exclusivo
3º	Depósito Aforro 18 meses

Tabela 6 Depósitos mais utilizados em 2007-2013

Fonte: Elaboração Própria consoante os dados do questionário

O Depósito Super Poupança possui juros semestrais em média de 2,15 por cento ao longo de três anos, sendo possível a mobilização antecipada com penalização somente nos juros, com mínimo de 2500 euros com múltiplos de 50 euros e máximo de 500.000 euros.

O Depósito exclusivo a 1 ano, não renovável permitindo a mobilização antecipada.

O Depósito Aforro 18 meses tem um prazo de 1 ano e 6 meses (18 meses), com juros trimestrais em média de 1,75 por cento, com mínimo de 500 euros e múltiplos de 50 euros e máximo de 500.000 euros, sendo possível a mobilização antecipada e sem prejuízo do capital investido.

Estes depósitos mais utilizados entre 2007 e 2013, são exemplos reais do que foi enquadrado anteriormente, são depósitos a curto prazo, excepto o Depósito Super poupança, permitindo a mobilização antecipada e o capital como garantia, ou seja sem riscos ou riscos mínimos.

As alterações dos depósitos das Empresas podem ser verificadas no Gráfico 34. Desde 2007, segundo os inquiridos, a maioria afirma que a tendência foi a diminuição destes, diminuição esta em média aproximadamente 17 por cento (16,67 por cento).

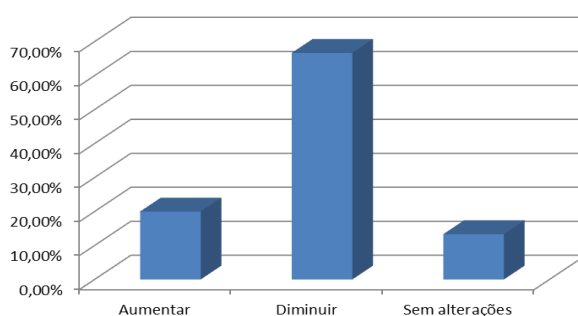


Gráfico 34 Evolução dos Depósitos das Empresas na região de Braga na CEMG

Fonte: Elaboração Própria

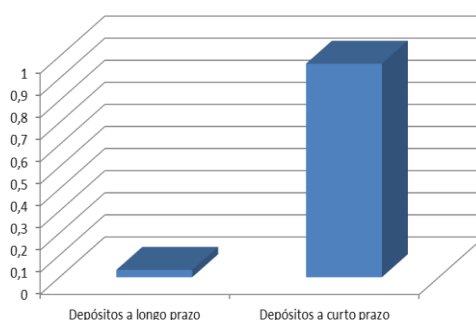


Gráfico 35 Tipos de depósitos escolhidos pelo segmento Empresas

Fonte: Elaboração Própria

Como se verifica no Gráfico 35, as Empresas apesar de estarem a diminuir os seus depósitos, aqueles realizados são maioritariamente de curto prazo, com maturidade até a uma ano permitindo maior liquidez para a empresa.

A razão para esta diminuição reside segundo os inquiridos (Gráfico 36) na variação da taxas de juro, na falência das empresas e no estado do setor e inflação.

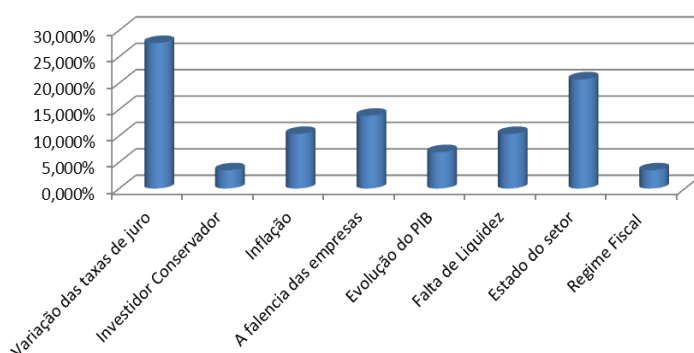


Gráfico 36 Características que influenciam o depósito das Empresas

Fonte: Elaboração Própria

Como se verifica no Gráfico 36, a diminuição dos depósitos das Empresas poderá ser consequência da variação da taxa de juro e da situação do setor que por sua vez poderá levar as empresas à falência. Por outro lado, a falta de liquidez também foi apontada como um ponto que deve ser explorado para a diminuição dos depósitos.

No entanto, a desalavancagem financeira não se fixa somente nas alterações dos depósitos, o rácio de transformação engloba, como já foi referido noutras secções, os créditos dos vários sectores do sistema bancário.

Os créditos dos Particulares, segundo 100 por cento dos inquiridos têm vindo a diminuir dramaticamente desde 2007. No entanto, existem créditos com mais alterações do que outros, desde 2007.

Encontra-se no Gráfico 37 os créditos que sofreram mais alterações de forma negativa, segundo a opinião dos inquiridos, mais de metade (61,5 por cento) explica que o Crédito Habitação foi o que sofreu mais alterações desde 2007 (é de realçar que foi em 2007 que a crise Imobiliária se desencadeou nos EUA), em seguida encontra-se o Crédito Individual (20,5 por cento) e, em terceiro lugar, o Crédito Automóvel (12,8 por cento).

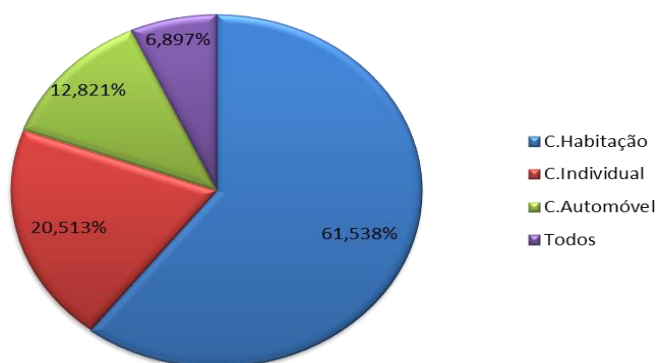


Gráfico 37 Créditos que sofreram alterações significativas desde 2007

Fonte: Elaboração Própria

Os inquiridos justificam as alterações negativas no Crédito à Habitação (Gráfico 38), através principalmente das variações na taxa de juro, seguida da evolução do PIB, o estado do setor, neste caso imobiliário, e a falência de Empresas.

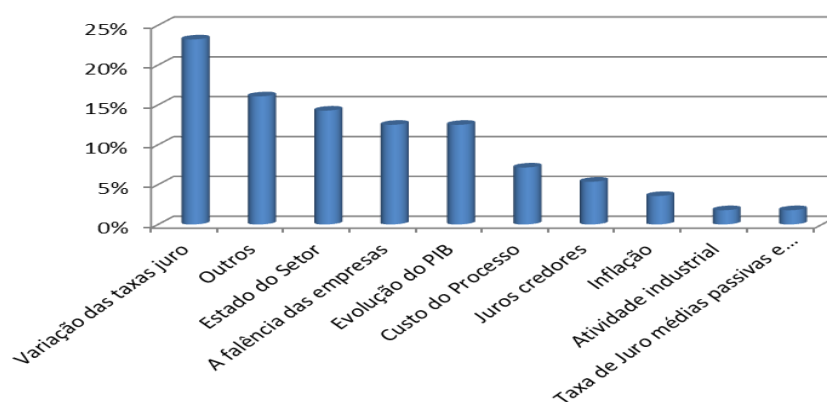


Gráfico 38 Razões para alteração do Crédito Habitação na CEMG

Fonte: Elaboração Própria

Em relação ao crédito individual os inquiridos indicam que a sua diminuição deve-se à falência das empresas, à evolução da inflação e -à Evolução do PIB em Portugal (Gráfico 39). Em relação ao *Leasing*, verifica-se a evolução do PIB e a atividade industrial como principais elementos de alteração (Gráfico 40).

Por fim, o crédito automóvel sofreu alterações devido às variações da taxa de juro (subida das taxas de juro para o crédito) e à evolução do PIB (Gráfico 41).

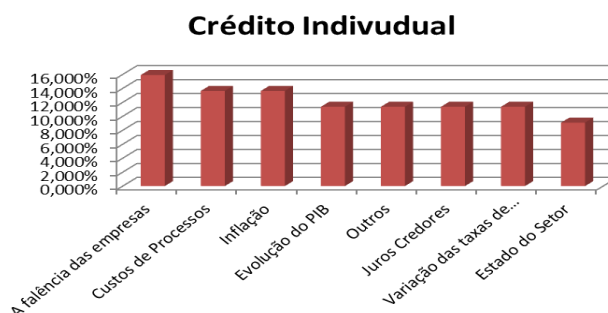


Gráfico 39 Crédito Individual na CEMG

Fonte: Elaboração Própria

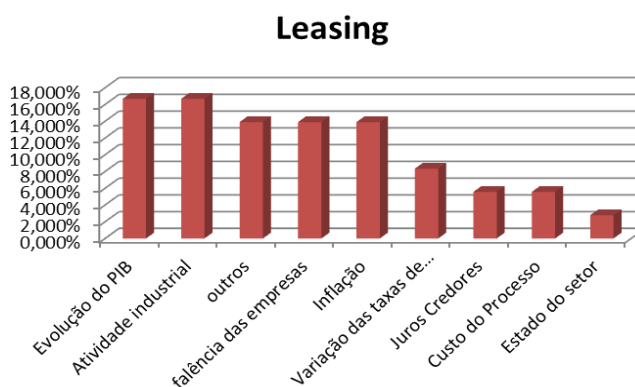


Gráfico 40 Leasing na CEMG

Fonte: Elaboração Própria

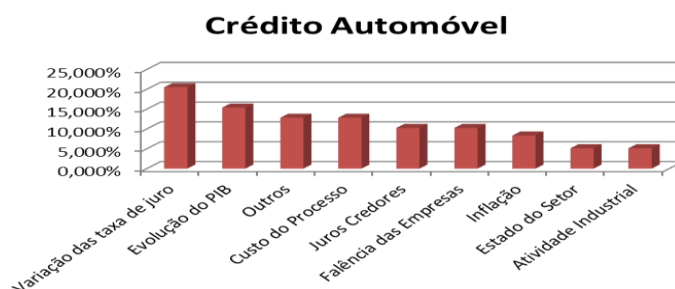


Gráfico 41 Crédito Automóvel na CEMG

Fonte: Elaboração Própria

Como conclusão dos créditos dos Particulares, verifica-se que estes diminuíram devido a restrições, à evolução do PIB, às variações das taxas de juro, aos custos dos

processos, à falência das empresas e ao desenvolvimento do setor, isto relativamente ao Crédito à Habitação.

Apesar dos créditos serem os produtos mais trabalhados na desalavancagem financeira, existem alternativas ao crédito. É o caso dos cartões de crédito, em que o utilizador tem à sua disposição um *plafond*, acordado entre o banco e o cliente, de acordo com as necessidades do cliente, permitindo facilidades de pagamento e liquidez num curto período de tempo. No entanto, na região de Braga, segundo os inquiridos, esta procura deste tipo de cartão diminuiu e quem possui tende a diminuir o *plafond*, logo tendo custos menores, ou mesmo a anular o cartão, para racionalização de gastos.

A desalavancagem financeira em relação aos créditos pretende a sua diminuição para conseguir diminuir o rácio de transformação. Em relação aos créditos dos Particulares verifica-se que estes a nível Nacional, na CEMG, e na CEMG na região de Braga se encontram a diminuir.

Em relação aos créditos às Empresas, segundo o Gráfico 42, verifica-se que a maioria nos inquiridos defende que na região de Braga os créditos a Empresas têm vindo a diminuir, no entanto os créditos ainda utilizados são sem dúvida os créditos a curto prazo.

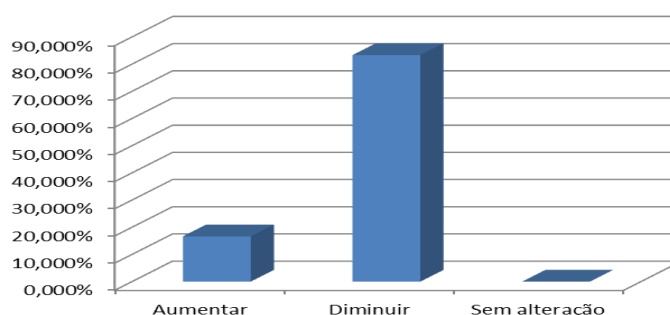


Gráfico 42 Evolução dos Créditos a Empresas desde 2007 na CEMG

Fonte: Elaboração Própria

Segundo a análise realizada às respostas dos inquiridos, na região de Braga na CEMG, os Créditos de Fundo de Maneio foram aumentando desde 2007, ao contrário dos outros tipos de crédito.

Os créditos de Fundo Maneio, na região de Braga aumentaram devido à facilidade que se encontra associada a estes, com o crédito conta corrente flexível e crédito conta corrente. Na região de Braga os inquiridos afirmam que o aumento deste tipo de crédito deve-se essencialmente à flexibilidade utilizada, à rapidez e à simplicidade na formalização dos créditos, seguido da otimização de custos, a variação da taxa de juro e a falência das empresas. Os créditos por livranças diminuíram segundo os inquiridos devido aos custos associados elevados, aos juros de capital, à falência das empresas

que utilizavam este tipo de crédito, à otimização de custos, à atividade industrial e, por fim, ao estado do setor, sendo as razões menos votadas a variação das taxas de juro, as taxas de juro médias passivas e ativas e, por fim, a inflação.

Em relação à Emissão de Papel Comercial verifica-se, segundo os inquiridos, uma diminuição neste tipo de crédito de fundo de maneio, que segundo os mesmos deve-se aos custos elevados, à falência das empresas, à atividade industrial, à otimização de custos, aos juros sobre o capital, à variação das taxas de juro e, por fim, à falta de informação para o cliente, sendo ainda considerado um conceito confuso para alguns clientes.

O desconto comercial desde 2008 tem vindo a diminuir, este consiste num adiantamento realizado pelo banco ao portador de um título crédito, antes da data do seu vencimento e igual ao valor nominal deduzido de juros e encargos, esta diminuição deve-se com 25 por cento de respostas neste sentido dos custos relacionados com a conta, seguido do Estado do Setor, a Falência das Empresas, Inflação, atividade industrial e as taxas de juro médias passivas e ativas. Em relação ao Factoring segundo a análise aumento ao longo dos anos, devendo-se essencialmente à rapidez e simplicidade na formalização, à flexibilidade de utilização, otimização de custos, ao estado do setor e à atividade industrial e por fim à falência das empresas.

Os créditos propícios ao investimento são os empréstimos de médio e longo prazo, o *Leasing*, *Renting* e as garantias e avales bancários. Os créditos de médio e longo prazo, por sua vez este tipo de crédito tem vindo a diminuir e como explicação os inquiridos apontarem principalmente o estado dos setores atualmente, os custos do processo de crédito, as taxas médias passivas e ativas do setor, a falência das empresas e por fim a inflação e a variação das taxas de juro. Em relação ao *leasing* verifica-se que existe uma diminuição ao longo dos anos, esta diminuição deve-se essencialmente aos custos do processo, Estado do setor, variação das taxas de juro, evolução do PIB, falência das empresas e por fim a atividade industrial desenvolvida ultimamente e as taxas de juro passivas e ativas.

No que toca às linhas de apoio às Pequenas e Médias Empresas nos últimos anos desenvolveu-se uma grande importância nas linhas protocoladas, linhas de apoio ao negócio das pequenas e médias empresas e ao empreendedorismo, resultando de protocolos necessários e desenvolvidos para facilitar o acesso ao crédito numa época de crise em que a banca se encontra a restringir o acesso ao crédito, portanto este tipo de crédito tem vindo a aumentar desde 2007, principalmente nestes últimos anos, isto

devido aos custos do processo, serem gratuitos neste caso, à variação das taxas de juro, inflação, estado do setor e o regime fiscal.

Verifica-se com este inquérito que as PME recorrem com frequência ao crédito na Caixa Económica Montepio Geral. As pequenas e médias empresas são o tipo de empresas que ultimamente o Montepio tem vindo a auxiliar na sua gestão de ativos, pretendendo que estes atinjam os seus objetivos com o contributo de Soluções de Negócio preparadas especialmente para estas empresas de forma a auxiliar da melhor forma possível. O Montepio, assim como qualquer entidade bancária necessita de garantias mais elevadas em relação a anos anteriores, uma vez que o rácio de incumprimento deve diminuir, assim sendo quanto maior o crédito procurado por parte das empresas maior são as garantias necessárias, segundo o inquérito as empresas que procuram maiores créditos são as empresas de maior dimensão. As PME da região de Braga preferem créditos das linhas protocoladas-PME crescimento, normalmente para Fundo de Maneio das empresas em questão ou para aquisição de ativos tangíveis ou intangíveis, no entanto também recorrem a créditos de médio e longo prazo, não com tanta frequência como até à chegada das linhas protocoladas e só para valores superiores aos acordados recorrendo também em menor número aos créditos conta corrente.

O inquérito feito aos colaboradores tinha uma terceira secção que estava indiretamente relacionado com os ativos fora do balanço, ou seja, existiam duas questões sobre as negociações de ações, FOREX, negociações de futuros, entre outros ativos com risco e as suas aplicações. Segundo os inquiridos na região de Braga, a maioria explica que existiu uma diminuição deste tipo de ativos com risco elevado/moderado e em simultâneo aumentou o resgate para depósitos a prazo, mas também se verificou que na região de Braga os valores resgatados eram aplicados em depósitos à ordem.

5.3. Conclusões da análise à Caixa Económica Montepio Geral

O ano de 2011 é um ano marcante para Caixa Económica Montepio Geral pois, se por um lado começa o seu processo de desalavancagem financeira, imposto pelo Programa de Ajustamento Económico e Financeiro devendo diminuir créditos e aumentar os depósitos, para o rácio de transformação ser de 120 por cento, por outro lado é o ano de aquisição do Finibanco, S.A, assim como todos os elementos dentro e fora do balanço deste.

O cumprimento do rácio de transformação foi conseguido a partir do ano de 2012, devido ao aumento de depósitos, estes por sua vez aumentaram o seu peso na estrutura do ativo e permitiram que existisse uma diminuição de crédito do exterior para a Caixa Económica Montepio Geral. A concentração do ativo diminuiu passando a existir ao longo dos anos maior importância para, por exemplo, títulos complementares.

Na região de Braga esse aumento de depósitos foi notório, estando associado à crise financeira vivida e aos riscos das outras aplicações, acabando por estar de acordo com o que foi observado a nível nacional. A oferta de produtos de baixo risco, com vantagens atrativas, como Capital Garantido e a maturidade curta permitiu responder às necessidades dos clientes e tornar a CEMG um banco de maior referência.

Os créditos na região de Braga foram diminuindo, como a nível Nacional, apesar da fusão em 2011 com Finibanco, S.A, esta diminuição em traços gerais deriva da evolução do PIB, da falência das empresas e de problemas do setor. No entanto, na região de Braga verifica-se que os créditos ainda utilizados são os créditos conta corrente e conta corrente flexível, créditos de curto prazo e fácil acesso. As pequenas e médias empresas seriam normalmente as primeiras empresas a serem afetadas pela restrição de crédito, no entanto verifica-se a nível Nacional e a nível de região de Braga que o apoio ao financiamento das PME a partir de linhas protocoladas tem vindo a aumentar, devido às condições adequadas a este tipo de empresas.

Ao mesmo tempo na região de Braga os inquiridos verificam que os depósitos têm vindo a aumentar devido a resgates efetuados de ativos mais elevados, ao mesmo tempo a nível nacional na CEMG verifica-se que os ativos com risco elevado e risco moderado têm vindo a diminuir.

O impacto da desalavancagem além da estrutura do Ativo, Passivo modificada também possui alterações no Capital, o aumento de Capital *Core Tier 1* permite o aumento de capital de qualidade que como consequência permitirá à CEMG possuir mais liquidez a fim de satisfazer as suas necessidades. Verificando-se este caso no risco de liquidez, verificou-se uma diminuição do *Gap* comercial, sendo a maior parte dos créditos financiados por os depósitos.

Apesar da diminuição dos créditos e aumentos do Capital, a partir de aumento de capital institucional, o ROE continua a diminuir devido aos resultados do exercício, o que provoca o aumento do risco de crédito.

IV. Conclusões

Este trabalho teve como objetivo perceber quais foram as medidas de desalavancagem financeira na Caixa Económica Montepio Geral, assim como as razões das alterações dos créditos e dos depósitos na região de Braga na Caixa Económica Montepio Geral.

Ao longo dos últimos anos, o processo de desalavancagem financeira permitiu um ajustamento significativo na estrutura de financiamento dos diferentes setores, assim como as suas interligações (Banco de Portugal, 2014b). No caso da Caixa Económica Montepio Geral o financiamento, que até 2011 dependia em grande parte do mercado externo, no final de 2013 dependia do financiamento do BCE e dos recursos dos clientes, sendo estes recursos os mais seguros.

Também se verificaram modificações nas estruturas dos ativos, passivos e do capital. A Caixa Económica Montepio Geral verificou na estrutura de ativos uma menor concentração no crédito dos clientes e um aumento de títulos complementares e, em relação à estrutura de passivos, verificou-se um aumento dos recursos dos clientes, ou seja de depósitos ao longo dos anos em análise. Por fim, o capital institucional da Caixa Económica Montepio Geral foi desde 2011 aumentando devido a doações por parte da Associação Mutualista, verifica-se também que o Capital em geral em 2013 deveria aumentar devido ao reforço por parte de Fundos de Participação, no valor de 200.000.000 euros.

Ou seja, a desalavancagem permitiu à Caixa Económica Montepio Geral reforçar os capitais e modificar a estrutura de financiamento atual implicando uma menor dependência do acesso a financiamento nos mercados financeiros internacionais.

A gestão de riscos da Caixa Económica Montepio Geral também acabou por ser alterada por todas as modificações realizadas, o risco de crédito passou a ser um indicador de qualidade o que aumenta de forma exponencial a sua importância na gestão de risco.

A nível nacional, na Caixa Económica Montepio Geral, as poupanças das famílias portuguesas assumiram uma magnitude significativa, no entanto não é possível verificar quais as causas desse aumento. Mas em relação à região de Braga, tudo indica que este aumento notado na CEMG se deve aos riscos das outras aplicações e à crise financeira, pois esta levou ao aumento do desemprego, diminuição do rendimento e por isso ao aumento da taxa de poupança. No entanto, os depósitos das empresas têm vindo a diminuir, ao contrário do que se passa a nível global na Caixa Económica Montepio

Geral, devido à variação das taxas de juro, falência das empresas e ao estado dos diferentes setores.

Os créditos às empresas, ou aos particulares têm diminuído para que o nível de concentração do ativo diminua, como já descrito. No entanto na região de Braga foi possível verificar que os créditos de curto prazo, mais flexíveis e com pouca burocracia são utilizados, por exemplo Crédito Conta Corrente Flexível e Conta Corrente. Nos Investimentos as PME, que seriam as primeiras a serem afetadas, aumentaram o crédito através de linhas de apoio ao Investimento, através de linhas protocoladas que permitem uma divisão de responsabilidades em caso de incumprimento. Os restantes sofreram diminuição e as causas associadas passam pela falência de empresas, o estado do setor, os custos de processo e o pagamento de juros, embora que no desconto comercial as causas da sua alteração negativa sejam a inflação e a taxa de juro passivas e ativas.

A imposição de uma desalavancagem do sistema financeiro levou à imposição da desalavancagem dos sectores não financeiros. Devido à incerteza vivida as pessoas pretendem produtos de baixo risco e de curta maturidade, sendo possível verificar na Caixa Económica Montepio Geral um aumento de produtos de baixo risco ou mesmo nulo e de baixa maturidade. Na região de Braga, essa procura é verificada e ainda se tem verificado que os ativos de risco elevado estão a ser resgatados para depósitos como se verifica a nível Nacional.

Este estudo acaba por tentar abranger três situações diferentes, da desalavancagem financeira, em Portugal, na Caixa Económica Montepio Geral a nível nacional e a nível de região de Braga, porém a falta de dados não permitiu um estudo intensivo. As conclusões retiradas podem não ter viabilidade suficiente, visto que a amostra foi reduzida a metade do que se estava à espera.

Estas conclusões seriam mais consistentes se existisse cruzamento de dados quantitativos e qualitativos para melhor compreensão do que aconteceu nos depósitos e nos créditos na região de Braga, assim como se existissem dados sobre a análise de risco da região de Braga na Caixa Económica Montepio Geral.

V. Bibliografia

- Allen, B., Chan, K.K., Milne, A., Thomas, S. (2012). Basel III: Is the cure worse than the disease? *Internacional Review of Financial Analysis* 25, 159-166.
- Alves, & Cardoso. (2010). A poupança das famílias em Portugal: Evidência Micro e Macroeconómica. *Boletim Económico de Inverno 2010*.
- Banco Central Europeu. (2008). *Relatório Anual 2010*.
- Banco de Portugal & INE. (2012). *Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2010*.
- Banco de Portugal. (2002). *Cheques Regras Gerais*. (B. d. Portugal, Ed.) Lisboa.
- Banco de Portugal. (2008). *Inquérito aos bancos sobre o Mercado de Crédito- Janeiro de 2008- Resultados para Portugal*. Lisboa
- Banco de Portugal. (2009). *Inquérito aos bancos sobre o Mercado de Crédito- Janeiro de 2009- Resultados para Portugal*. Lisboa.
- Banco de Portugal. (2010). *Inquérito aos bancos sobre o Mercado de Crédito- Janeiro de 2010 Resultados para Portugal*. Lisboa.
- Banco de Portugal. (2011). *Inquérito aos bancos sobre o Mercado de Crédito- Janeiro de 2011- Resultados para Portugal*. Lisboa.
- Banco de Portugal. (2011a). Ajustamento estrutural do rácio entre crédito e depósitos nos planos de financiamento e de capital dos oito maiores grupos bancários portugueses. *Relatório de Estabilidade Financeira Novembro de 2011*, 25-29.
- Banco de Portugal. (2011b). Caixa 4.3: Novas exigências de adequação de capital desenvolvimentos recentes e perspectivas para 2012. *Relatório de Estabilidade Financeira Novembro de 2011*, 149-150.
- Banco de Portugal. (2012). *Inquérito aos bancos sobre o Mercado de Crédito- Janeiro de 2012- Resultados para Portugal*. Lisboa.
- Banco de Portugal. (2012a). A subida da taxa de poupança das famílias em 2012: uma explicação com base em evidência macro e microeconómica. *Relatório do Conselho de Administração. A Economia Portuguesa*, 123-125.

- Banco de Portugal. (2012b). Adequação dos Fundos Próprios. *Relatório de Estabilidade Financeira Maio de 2012*, 111-128.
- Banco de Portugal. (2013). Setor Bancário. *Relatório de Estabilidade Financeira*.
- Banco de Portugal. (2013). *Inquérito aos bancos sobre o Mercado de Crédito- Janeiro de 2013- Resultados para Portugal*. Lisboa.
- Banco de Portugal. (2014). *Inquérito aos bancos sobre o Mercado de Crédito- Janeiro de 2014- Resultados para Portugal*. Lisboa.
- Banco de Portugal. (2014a). O Processo de Ajustamento em curso na Economia Portuguesa. *Relatório do Conselho de administração- A economia portuguesa*.
- Banco de Portugal. (2014b). O processo de desalavancagem da economia portuguesa: factos e desafios. *Relatório do conselho de administração- a economia portuguesa*.
- Banco de Portugal. (2014c). Situação patrimonial e prudencial dos setores financeiros: setor bancário. *Relatório de Estabilidade Financeira*, 28-38.
- Banco de Portugal. (2014d). Riscos para a estabilidade financeira. *Relatório Económico de Maio*, 51-61.
- Barfiel, R. (2011). "A practitioners's guide to basel III and beyond". *Thomson Reuters*.
- Bhatia. (2007). New landscape, new challenges: structural change and regulation in the U.S financial sector. *IMF working paper* 07/195.
- BIS. (1988). International Convergence of capital measurement and capital standards.
- BIS. (2013). A brief of the Basel Committee.
- Caballero, C. C., Drumond, I., & Pontuch, P. (2013). Assessing the private sector deleveraging dynamics. *Quarterly Report on the Euro Area*.
- Caixa Económica Montepio Geral . (2012). *Relatório e Contas Anuais 2012*.
- Caixa Económica Montepio Geral. (2008). *Relatório e Contas Anuais 2008*.
- Caixa Económica Montepio Geral. (2009). *Relatório e Contas 2009*.
- Caixa Económica Montepio Geral. (2010). *Relatório e Contas Anuais*.

- Caixa Económica Montepio Geral. (2011). *Relatório e Contas Anuais 2011*.
- Caixa Económica Montepio Geral. (2013). *Relatório e Contas Anuais 2013*.
- Caixa Económica Montepio Geral. (2013a). A Estrutura do Grupo . *Relatório e Contas 2013*, 15.
- Campello, M., Graham, J., & Harvey, C. (2010). The real effects of financial constraints: Evidence from a financial crisis. *Journal of Financial Economics* 97(3), 410-487.
- Castro, G. (2007). Os efeitos da riqueza no consumo para economia portuguesa. *Boletim Económico-Inverno*.
- Castro, Julio, Félix, & Maria. (2014). Fricções financeiras e propagação de choques: uma aplicação ao caso português. *Boletim Económico de Junho*, 49-87.
- Castro, V. (2013). Macroeconomic determinants of the credit risk in the banking system: The case of the GIPSI. *Economic Modeling*, 31, 672-680.
- Cecchetti, S. (2010). Financial reform: a progress report. *Bank for International Settlements*.
- Chick, V. (1994). A evolução do sistema bancário e a teoria da poupança, do investimento e dos juros. *Ensaio FEE*, 9-23.
- Cosimano, T. & Hakura, D. (2011). Bank behavior in response to Basel III: A cross-country analysis. *IMF Working Paper WP 11/19*.
- Cuerpo, C., Drumond , I., Lendvai, J., Pontuch, P., & Raciborski, R. (2013). *Indebtedness, Deleveraging Dynamics and Macroeconomic Adjustment*. Brussels: European Commission.
- Deloitte. (2012). *Capital gain, asset loss European bank deleveraging*. The Deloitte Bank Survey.
- Devereux, M. B., & Sutherland, A. (2011). Evaluating international financial integration under leverage constraints. *European Economic Review* 55(3), 427-442.
- Diamond, D. & Dybvig. (1983). Bank runs, deposit insurance, and liquidity. *Journal of Political Economic* 91, 401-419.

- Diamond, D. & Rajan, R. (2006). Money in a theory of banking. *American Economic Review* 96(1), 30-53.
- Diamond, D. (1984). Financial Intermediation and delegated monitoring. *The Society for Economic Analysis Limited*.
- Diamond, D., & Dybvig, P. H. (1986). Bank Theory, Deposit Insurance and Bank regulation. *The Journal of Business* 59(1), 55-68.
- Dietrich, A., Hess, K., & Wanzenried, G. (2014). The good and bad news about the new liquidity rules of Basel III in western European countries. *Journal of Banking and Finance* 44, 13-25.
- Dimartino, D., & Duca, J. (2007). The rise and fall of subprime mortgages. *Economic Letter* 2(11). Federal Reserve Bank of Dallas.
- Eggertsson, G. B., & Krugman, P. (2012). Debt, Deleveraging, and the liquidity trap: A Fisher-Minsky-Koo approach. *The Quarterly Journal of Economics* 127(3), 1469-1513
- ESBG. (2011). Transposing Basel III into the EU: Core messages of Europe's savings and regionally oriented retail banks. *European Savings Group Register*.
- European Union. (2014). Private sector deleveraging: where do we stand? 13 n°3.
- Farinha, L. (2009). Os efeitos da riqueza sobre o consumo em Portugal: uma abordagem microeconómica. *Relatório de Estabilidade Financeira 2008*.
- Ferreira, L. (2004). *O risco da instituição financeira*. Obtido em 21 de Abril de 2014, de Instituto de Formação Bancária: <http://www.ifb.pt/inforbanca-61>
- Feyen, E., & Mazo, I. (2013). *European Bank Deleveraging and Global Credit Conditions*. World Bank.
- Fisher, I. (1933). The debt-deflation theory of great depressions.
- Freixas, X., & Rochet, J.-C. (2008). *Microeconomics of Banking* (2º ed.). London: MIT Press.
- Glick, R., & Lansing, K. (2009). US Household Deleveraging and future consumption Growth. *FRBSF Economic Letter*.

- Glick, R., & Lansing, K. (2011). Consumers and the Economy, Parte I: Household credit and personal saving. *FRBSF Economic letter*.
- Gorton, G. (2009). Slappen in the Face by the Invisible Hand: Banking and the Panic of 2007.
- Governo de Portugal. (2014). *A Gestão do Programa de Ajustamento - 1000 dias. 450 medidas cumpridas*. Lisboa: Estrutura de Acompanhamento dos Memorandos (ESAME).
- Grouhy, M., Jarrow, R., & Turnbull, S. (2008). The subprime credit crises of 2007. *The Journal of Derivatives* 16(1), 81-110.
- Gurley, & Shaw. (1960). *Money in a theory of finance*. Washington: Brookings Institution.
- Hyun, J., & Rhee, B. (2011). Bank Capital regulation and credit supply. *Journal of Banking & Finance* 35, 323-330.
- Iyer, R., Lopes, S., Peydro, J., & Schoar, A. (s.d.). Interbank liquidity crunch and the firm credit crunch: Evidence from the 2007-2009 crisis. *Unpublished MIT*.
- Jackson, P., Furfine, C., Groeneveld, H., Hancock, D., Jones, D., Perraudin, W., Radecki, L & Yoneyama, M. (1999). Capital Requirements and bank behaviour: the impact of the basle accord. *Bank for international settlements*.
- Kalemli-Ozcan, S., Yesiltas, S., & Sorensen, B. (2012). Leverage across firms, banks, and countries. *Journal of International Economics* 88(2), 284-298.
- Klemkosky, C. (2013). Financial System Fragility. *Kelly School of Business*.
- Konh, M. (1999). Early deposit banking. (D. College, Ed.) *Working Paper 99-03*.
- Mendicino, C., & Punzi, M. (2013). Confiança e atividade económica: o caso de Portugal. *Boletim Económico Inverno 2013*, 43-53.
- Mettenheim, V., & Butzbach, O. (2012). Alternative banking: Theory and evidence from Europe. *Brazilian Journal of Political Economy*, XXXII, 580-596.
- Neves, J. (2011). *As 10 questões da crise*. Alfragide: Dom Quixote.
- Paulo, S. (2011). A Europa e a Crise Financeira Mundial. Balanço da resposta política da União Europeia. *Comissão Europeia*.

- Purnanandam, A. (2008). Originate-to-Distribute Model and The Sub-prime Mortgage. Atlanta Meetings Paper. *Atlanta Meetings Paper*.
- Regime Geral das Instituições Financeiras de Crédito. (s.d.). *Decreto Lei nº298/92*. Lisboa.
- Reis, R. (2013). The Portuguese Slump and Cash and the Euro Crisis. *Brookings Papers on Economic Activity*, Spring.
- Ribeiro. (2009). Globalização e crises financeiras- a crise de crédito do subprimenos EUA (2007/08). *Informação Internacional da Sphera*.
- Roland-Lexy, C., Boumelki, F., & Guillet, E. (2010). Representation of the financial crisis effect on social representations of savings and credit. *The Journal of Socio-Economics* 39(2), 142-149.
- Rossignolo, A., Fethi, M., & Shaban, M. (2012). Market crisis and Basel Capital requirements: Could Basel III have been different? Evidence from Portugal, Ireland, Greece and Spain (PIGS). *Journal of Banking e Finance* 37, 1323-1339.
- Roxburgh, C., Lund, S., Wimmer, T., Amar, E., Atkins, C., Kwek, J.-H., Dobbs, R. & Mangika, J. (2010). *Debt and Deleveraging: The global credit bubble and its economic consequences*. Mckinsey & Company.
- Santos, J. (2000). Bank Capital Regulation in Comtempoary Banking Theory: A review of the literature. *Bank for International Settements Information. Press & Library*.
- Shim. (2013). Bank capital buffer and portfolio risk: the influence of business cycle and revenue diversification. *Journal of Banking and Finance* 37, 761-772.
- Valukas. (2010). Examiner's report. *United States Bankruptcy Court Southern District of New York*.
- Vieria, E., & Novo, J. (2010). A estrutura de capital das PME: Evidência no mercado português. *Estudos do Isca2*.
- Wall, L. &. (1995). Bank holding company capital targets in the early 190s: The regulators versus the markets. *Journal of Banking e Finance* 19(3-4), 563-574.

VI. Sites Consultados

A.P.B. (14 de Abril de 2014). *Importância na atividade económica*. Obtido de Associação Portuguesa de Bancos:
http://www.apb.pt/sistema_financeiro/importancia_na_actividade_economica

VII. Anexos

Anexo I

Questionário

O meu nome é Nazaré Silva e encontro-me a realizar um estágio curricular no Montepio, no balcão de Vila Verde, a fim de realizar um relatório de estágio que irá estudar o impacto da desalavancagem financeira nos créditos e nos depósitos.

Assim, solicito a sua ajuda com o preenchimento rápido deste questionário, maioritariamente de questões de resposta fechada. O questionário é anónimo. Desde já agradeço a sua colaboração!

I) Depósitos

• Particulares

1. Os depósitos dos particulares, em geral, desde 2007, têm:
 - a. Aumentado
 - b. Diminuído
 - c. Não sofreram alterações
2. Refira uma percentagem para essa alteração: _____
3. Quais os depósitos a prazo mais utilizados, desde 2007?
 - a. Os de curto prazo (até 1 ano)
 - b. Os de longo prazo (mais de um ano)
4. Assinale quais os depósitos mais utilizados dos abaixo assinalados.
(Pode assinalar mais do que uma opção)
 - a. Depósito Super Poupança
 - b. Depósito Aforro 18 meses
 - c. Depósito Poupança Flexível
 - d. Depósito Especial e Especial Associado
 - e. Depósito 1 ano não mobilizável
 - f. Depósito Poupança Ativa
 - g. Depósito Exclusivo
 - h. Depósito tradicional
 - i. Depósito a Prazo inferior a 30 dias
 - j. Depósito Conta corrente
 - k. Depósito Especial Moeda Estrangeira
 - l. Depósito Especial Emigrante Moeda

m. Depósito à ordem ou Depósito a Prazo em Moeda estrangeira

5. Em relação aos menores, desde 2007 existe uma maior preocupação em conseguir constituir uma poupança para estes?
- a. Sim existe uma maior preocupação em criar poupanças a menores, devido principalmente ao agravamento da crise financeira e da instabilidade financeira atual.
 - b. Sim, devido às soluções que o mercado oferece.
 - c. Não existe uma preocupação em constituir poupanças para menores, pois a crise financeira e a instabilidade financeira não permite realizar poupanças.
 - d. Sem alteração face a anos anteriores a 2007.
6. Na sua opinião, o que influencia o cliente a procurar os Depósitos a Prazo?
- a. Vantagens do Depósito a Prazo
 - b. Taxa de Juro alternativa
 - c. Período Temporal
 - d. Capital Garantido
 - e. Ausência de Risco/Diminuição de Risco
 - f. Periodicidade de pagamento dos juros
 - g. Evolução do PSI20
 - h. Desemprego
 - i. Índice do poder de compra
 - j. Consumo público/privado
 - k. Instabilidade Financeira
7. Se considerou que existiram alterações nas movimentações dos depósitos. Indique quais é que são, na sua opinião, as causas dessas alterações: (Indique mais do que uma opção)
- a. A variação das taxas de juro
 - b. O aumento do risco das outras aplicações
 - c. Os efeitos da crise financeira
 - d. Os investidores serem conservadores
 - e. Poupança per capita
 - f. O desemprego
 - g. O regime fiscal
 - h. As facilidades da constituição de Depósitos
 - i. A inflação
 - j. Os depósitos atrativos (vantagens)
 - k. A facilidade em fazer depósitos a prazo online
 - l. Despesas de consumo das famílias
 - m. Dívida Pública/Privada
 - n. A evolução do Índice do PSI20
 - o. Outros. _____

- **Empresas**

1. Os depósitos das empresas têm, de forma geral:
 - a. Aumentado
 - b. Diminuído
 - c. Sem alteração
2. Se referiu que existiu uma alteração. Indique uma percentagem de alteração, na sua perspetiva. _____
3. Os saldos médios dos depósitos à ordem têm sido:
 - a. Menores
 - b. Maiores
 - c. Sem alteração significativa
4. Os depósitos a prazo mais utilizados são:
 - a. Os de curto prazo (menos de 1 ano)
 - b. Os de longo prazo (mais de 1 ano)
5. As alterações nos depósitos a prazo podem ter acontecido por causa de:
 - a. Variação das taxas de juro
 - b. Evolução do índice PSI20
 - c. Investidor Conservador
 - d. Inflação
 - e. Evolução do PIB
 - f. Estado do setor
 - g. Regime fiscal
 - h. A falência das empresas
 - i. Outro _____
6. As empresas preferem:
 - a. Depósitos a prazo em nome das empresas
 - b. Transferir o dinheiro para depósitos a prazo a título particular
7. Na sua opinião as empresas que utilizam as soluções empresa, SDD, TPA, Net global, Gestão de cheques pré-datados, Fatura ok, entre outros:
 - a. Aumenta as suas poupanças e assim aumenta os depósitos a prazo
 - b. Aumenta os saldos médios à ordem
 - c. Diminui os saldos médios à ordem
 - d. Diminui as suas poupanças e assim diminui os depósitos a prazo
 - e. Não tem relação.

II) Créditos

- **Particulares**

1. Os créditos a particulares foram sofrendo alterações desde 2007?
 - a. Sim, menos procura.
 - b. Sim, mais procura.
 - c. Não.
2. Qual foi o crédito que sofreu mais alterações, desde 2007? (Pode identificar mais do que uma opção)
 - a. Habitação
 - b. Individual
 - c. Automóvel
 - d. Leasing
 - e. Todos
 - f. Nenhum
3. Essa alteração no crédito à Habitação deve-se a: (Pode indicar mais do que uma opção)
 - a. Juros credores
 - b. Custos de Processo
 - c. Variação das taxas de juro
 - d. Evolução do índice PSI20
 - e. Inflação
 - f. Evolução do PIB
 - g. Estado do setor
 - h. Regime fiscal
 - i. Atividade industrial
 - j. Taxa de Juro médias passivas e ativas
 - k. Yields das obrigações de Tesouro a 10 anos
 - l. A falência das empresas
 - m. Euribor a 3/6 meses
 - n. Outros
4. Essa alteração no crédito Individual deve-se a: (Pode indicar mais do que uma opção)
 - a. Juros credores
 - b. Custos de Processo
 - c. Variação das taxas de juro
 - d. Evolução do índice PSI20
 - e. Inflação
 - f. Evolução do PIB
 - g. Estado do setor
 - h. Regime fiscal
 - i. Atividade industrial

- j. Taxa de Juro médias passivas e ativas
 - k. Yields das obrigações de Tesouro a 10 anos
 - l. A falência das empresas
 - m. Euribor a 3/6 meses
 - n. Outros
5. Essa alteração no Leasing deve-se a: (Pode indicar mais do que uma opção)
- a. Juros credores
 - b. Custos de Processo
 - c. Variação das taxas de juro
 - d. Evolução do índice PSI20
 - e. Inflação
 - f. Evolução do PIB
 - g. Estado do setor
 - h. Regime fiscal
 - i. Atividade industrial
 - j. Taxa de Juro médias passivas e ativas
 - k. Yields das obrigações de Tesouro a 10 anos
 - l. A falência das empresas
 - m. Euribor a 3/6 meses
 - n. Outros
6. Essa alteração no Crédito Automóvel deve-se a: (Pode indicar mais do que uma opção)
- a. Juros credores
 - b. Custos de Processo
 - c. Variação das taxas de juro
 - d. Evolução do índice PSI20
 - e. Inflação
 - f. Evolução do PIB
 - g. Estado do setor
 - h. Regime fiscal
 - i. Atividade industrial
 - j. Taxa de Juro médias passivas e ativas
 - k. Yields das obrigações de Tesouro a 10 anos
 - l. A falência das empresas
 - m. Euribor a 3/6 meses
 - n. Outros
7. Em relação aos cartões de crédito:
- a. Existe menos procura e as pessoas que tinham estão a diminuir o *plafond*/ anular o cartão
 - b. Existe menos procura mas o mesmo número de cartões ativos.
 - c. Existe mais procura mas os clientes que já possuem cartão de crédito pretendem diminuir o *plafond*/anular o cartão.

- d. Existe mais procura e os clientes que possuem cartão de crédito mantêm-se.

- **Empresas**

1. Desde 2007, o crédito tem vindo a:
 - a. Aumentar
 - b. Diminuir
 - c. Sem alteração

2. O Crédito mais utilizado, desde 2007 é o crédito de:
 - a. Curto prazo (até 1 ano)
 - b. Longo prazo (mais que 1 ano)
3. Pode-se afirmar que, a partir de 2007, em relação ao financiamento de fundo de Maneio:
 - a. Aumentou
 - b. Diminuiu
 - c. Sem alteração
4. O financiamento ao Fundo de Maneio, mais precisamente, Conta Empréstimo, desde 2007 tem vindo a:
 - a. Aumentar
 - b. Diminuir
 - c. Sem alteração
5. O financiamento ao Fundo de Maneio, mais precisamente, o crédito conta corrente, desde 2007 tem vindo a:
 - a. Aumentar
 - b. Diminuir
 - c. Sem alteração
6. Se considerou o que existiram alterações, indique quais poderão ser as causas:(Pode indicar mais do que uma opção)
 - a. Flexibilidade de utilização
 - b. Otimização de custos
 - c. Juros sobre o capital
 - d. Rapidez e simplicidade na formalização
 - e. Regime fiscal
 - f. Conceito confuso para o cliente
 - g. Falta de Informação para o cliente
 - h. Custos relacionados com a conta elevados
 - i. Necessita de renovação
 - j. Variação das taxas de juro
 - k. Evolução do índice PSI20
 - l. Inflação

- m.** Evolução do PIB
- n.** Estado do setor
- o.** Regime fiscal
- p.** Atividade industrial
- q.** Taxas de Juro médias passivas e ativas
- r.** Yields das obrigações de Tesouro a 10 anos
- s.** A falência das empresas
- t.** Euribor a 3/6 meses
- u.** Outros

7. O financiamento ao Fundo de Maneio, mais precisamente, Conta Corrente Flexível, desde 2007 tem vindo a:

- a.** Aumentar
- b.** Diminuir
- c.** Sem alteração

8. Se considerou o que existiram alterações, indique quais poderão ser as causas: (Pode indicar mais do que uma opção)

- a.** Flexibilidade de utilização
- b.** Otimização de custos
- c.** Juros sobre o capital
- d.** Rapidez e simplicidade na formalização
- e.** Regime fiscal
- f.** Conceito confuso para o cliente
- g.** Falta de Informação para o cliente
- h.** Custos relacionados com a conta elevados
- i.** Necessita de renovação
- j.** Variação das taxas de juro
- k.** Evolução do índice PSI20
- l.** Inflação
- m.** Evolução do PIB
- n.** Estado do setor
- o.** Regime fiscal
- p.** Atividade industrial
- q.** Taxas de Juro médias passivas e ativas
- r.** Yields das obrigações de Tesouro a 10 anos
- s.** A falência das empresas
- t.** Euribor a 3/6 meses
- u.** Outros

9. O financiamento ao Fundo de Maneio, mais precisamente, Financiamento por Livranças, desde 2007 tem vindo a:

- a. Aumentar
- b. Diminuir
- c. Sem alteração

10. Se considerou que existiram alterações, indique quais poderão ser as causas: (Pode indicar mais do que uma opção)

- a. Flexibilidade de utilização
- b. Otimização de custos
- c. Juros sobre o capital
- d. Rapidez e simplicidade na formalização
- e. Regime fiscal
- f. Conceito confuso para o cliente
- g. Falta de informação para o cliente
- h. Custos relacionados com a conta elevados
- i. Necessita de renovação
- j. Variação das taxas de juro
- k. Evolução do índice PSI20
- l. Inflação
- m. Evolução do PIB
- n. Estado do setor
- o. Regime fiscal
- p. Atividade industrial
- q. Taxas de Juro médias passivas e ativas
- r. Yields das obrigações de Tesouro a 10 anos
- s. A falência das empresas
- t. Euribor a 3/6 meses
- u. Outros

11. O financiamento ao Fundo de Maneio, mais precisamente, Conta Empréstimo, desde 2007 tem vindo a:

- a. Aumentar
- b. Diminuir
- c. Sem alteração

12. Se considerou o que existiram alterações, indique quais poderão ser as causas: (Pode indicar mais do que uma opção)

- a. Flexibilidade de utilização
- b. Otimização de custos
- c. Juros sobre o capital
- d. Rapidez e simplicidade na formalização

- e. Regime fiscal
- f. Conceito confuso para o cliente
- g. Falta de informação para o cliente
- h. Custos relacionados com a conta elevados
- i. Necessita de renovação
- j. Variação das taxas de juro
- k. Evolução do índice PSI20
- l. Inflação
- m. Evolução do PIB
- n. Estado do setor
- o. Regime fiscal
- p. Atividade industrial
- q. Taxas de Juro médias passivas e ativas
- r. Yields das obrigações de Tesouro a 10 anos
- s. A falência das empresas
- t. Euribor a 3/6 meses
- u. Outros

13. O financiamento ao Fundo de Maneio, mais precisamente, Emissões de Papel Comercial, desde 2007 tem vindo a:

- a. Aumentar
- b. Diminuir
- c. Sem alteração

14. Se considerou o que existiram alterações, indique quais poderão ser as causas: (Pode indicar mais do que uma opção)

- a. Flexibilidade de utilização
- b. Otimização de custos
- c. Juros sobre o capital
- d. Rapidez e simplicidade na formalização
- e. Regime fiscal
- f. Conceito confuso para o cliente
- g. Falta de informação para o cliente
- h. Custos relacionados com a conta elevados
- i. Necessita de renovação
- j. Variação das taxas de juro
- k. Evolução do índice PSI20
- l. Inflação
- m. Evolução do PIB
- n. Estado do setor
- o. Regime fiscal
- p. Atividade industrial
- q. Taxas de Juro médias passivas e ativas

- r. Yields das obrigações de Tesouro a 10 anos
- s. A falência das empresas
- t. Euribor a 3/6 meses
- u. Outros

15. A antecipação de receitas, realizado por desconto comercial, desde 2007, tem vindo a

- a. Aumentar
- b. Diminuir
- c. Sem alteração

16. Se considerou que existiram alterações na antecipação de receitas, indique quais poderão ser as causas: (Pode indicar mais do que uma opção)

- a. Flexibilidade de utilização
- b. Otimização de custos
- c. Juros sobre o capital
- d. Rapidez e simplicidade na formalização
- e. Regime fiscal
- f. Conceito confuso para o cliente
- g. Falta de informação para o cliente
- h. Custos relacionados com a conta elevados
- i. Necessita de renovação
- j. Variação das taxas de juro
- k. Evolução do índice PSI20
- l. Inflação
- m. Evolução do PIB
- n. Estado do setor
- o. Regime fiscal
- p. Atividade industrial
- q. Taxas de Juro médias passivas e ativas
- r. Yields das obrigações de Tesouro a 10 anos
- s. A falência das empresas
- t. Euribor a 3/6 meses
- u. Outros

17. Na sua opinião o crédito antecipação de receitas, realizado por factoring, desde 2007, tem vindo a:

- a. Aumentar
- b. Diminuir
- c. Sem alteração

18. Se considerou o que existiram alterações, indique quais poderão ser as causas: (Pode indicar mais do que uma opção)

- a. Flexibilidade de utilização
- b. Otimização de custos
- c. Juros sobre o capital

- d. Rapidez e simplicidade na formalização
- e. Regime fiscal
- f. Conceito confuso para o cliente
- g. Falta de informação para o cliente
- h. Custos relacionados com a conta elevados
- i. Necessita de Renovação
- j. Variação das taxas de juro
- k. Evolução do índice PSI20
- l. Inflação
- m. Evolução do PIB
- n. Estado do setor
- o. Regime fiscal
- p. Atividade industrial
- q. Taxas de Juro médias passivas e ativas
- r. Yields das obrigações de Tesouro a 10 anos
- s. A falência das empresas
- t. Euribor a 3/6 meses
- u. Outros

19. Na sua opinião, desde 2007, o crédito a médio a longo prazo tem vindo a:

- a. Aumentar
- b. Diminuir
- c. Sem alteração

20. Se considerou o que existiram alterações, indique quais poderão ser as causas: (Pode indicar mais do que uma opção)

- a. Juros credores
- b. Custos de Processo
- c. Variação das taxas de juro
- d. Evolução do índice PSI20
- e. Inflação
- f. Evolução do PIB
- g. Estado do setor
- h. Regime fiscal
- i. Atividade industrial
- j. Taxas de Juro médias passivas e ativas
- k. Yields das obrigações de Tesouro a 10 anos
- l. A falência das empresas
- m. Euribor a 3/6 meses
- n. Outros

21. Na sua opinião, desde 2007, o Leasing tem vindo a:

- a. Aumentar
- b. Diminuir

c. Sem alteração

22. Se considerou o que existiram alterações, indique quais poderão ser as causas: (Pode indicar mais do que uma opção)

- a. Juros credores
- b. Custos de Processo
- c. Variação das taxas de juro
- d. Evolução do índice PSI20
- e. Inflação
- f. Evolução do PIB
- g. Estado do setor
- h. Regime fiscal
- i. Atividade industrial
- j. Taxas de Juro médias passivas e ativas
- k. Yields das obrigações de Tesouro a 10 anos
- l. A falência das empresas
- m. Euribor a 3/6 meses
- n. Outros

23. As linhas protocoladas Globais (PRODER E PROMAR, PME crescimento 2013, crédito Export invest, crédito BEI, Apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego e Garantias Mutuas) ao longo do tempo tem vindo a:

- a. Aumentar
- b. Diminuir
- c. Sem alteração

24. Se considerou o que existiram alterações, indique quais poderão ser as causas: (Pode indicar mais do que uma opção)

- a. Juros credores
- b. Custos de Processo
- c. Variação das taxas de juro
- d. Evolução do índice PSI20
- e. Inflação
- f. Evolução do PIB
- g. Estado do setor
- h. Regime fiscal
- i. Atividade industrial
- j. Taxas de Juro médias passivas e ativas
- k. Yields das obrigações de Tesouro a 10 anos
- l. A falência das empresas
- m. Euribor a 3/6 meses
- n. Dívida Pública/Privada
- o. Outros

25. O montante de crédito está relacionado com a dimensão da empresa:
- a. Positivamente
 - b. Negativamente
 - c. Sem relação
26. Os cortes salariais, o aumento dos impostos, a maior restrição devido ao acordo de Basileia III, relaciona-se com os créditos às empresas:
- a. Positivamente
 - b. Negativamente
 - c. Sem relação
27. Portugal é um país que possui 99% de PME . Estas empresas recorrem a financiamento com frequência ou evitam?
- _____
- _____
28. Aquando de financiamento qual é o mais utilizado nas PME?
- _____
29. Normalmente, as empresas recorrem a crédito para:
- a. Fundo de Maneio
 - b. Aquisição de Bens tangíveis ou intangíveis
 - c. Capitais Permanentes
 - d. Outro. _____

III) Medidas gerais de Desalavancagem

1. Desde de 2007, pode-se afirmar que as negociações de Ações, negociações de ETFs, negociação de CFD, negociação de FOREX e negociação de futuros, ou seja ativos com risco moderado/ risco elevado:
 - a. Aumentou a procura e a subscrição também.
 - b. Aumentou a procura mas a subscrição manteve-se
 - c. Diminuiu a procura e a subscrição também.
 - d. Diminui a procura e aumentou o resgate para depósitos a prazo
 - e. Aumentou a procura e aumentou o resgate para depósitos a prazo
2. Pode-se afirmar que a partir de 2007, os valores que se encontravam aplicados em ativos com risco moderado/ risco elevado (nas negociações acima indicadas):
 - f. Diminuiu os valores aplicados, pois foi retirado e aplicado em ativos sem risco/risco mais baixo
 - g. Diminuiu os valores aplicados e foi resgatado para depósitos à ordem
 - h. Aumento a aplicação de valores em ativos com risco moderado/risco elevado
 - i. Sem alteração